

Coneção

P O L Í T I C A

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí

11

ANO VI - V. 6 - N. 02
TERESINA-PI, JUL./DEZ. 2017

ISSN 2317-3254

Representação e partidos políticos



Revista Conexão Política

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Piauí

Ano - 6

2017

Representação e Partidos Políticos



EDUFPI

Teresina- Piauí

Conexão Política - v. 6, n. 2 - jul./dez. 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitor

Prof. Dr. José Arimatéia Dantas Lopes

Pró-Reitor de Ensino de Pós-graduação

Prof. Dra. Regina Lucia Ferreira Gomes

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Dr. João Xavier da Cruz Neto

Superintendente de Comunicação Social

Profa. Dra. Jacqueline Lima Dourado

Diretor da Editora da UFPI

Prof. Dr. Ricardo Alaggio Ribeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS – CCHL

Diretor: Prof. Dr. Carlos Sait Pereira de Andrade

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Coordenador: Prof. Dra. Olívia Cristina Perez

ENDEREÇO PARA CONTATO

Universidade Federal do Piauí

Campus Universitário Ministro Petrônio Portella

Centro de Ciências Humanas e Letras – CCHL

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Bairro: Ininga - Teresina – PI

CEP: 64049-550

E-mails: cienciapolitica@ufpi.edu.br

revistaconexaopolitica@ufpi.edu.br

Fone: (86) 3237-1692

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Serviço de Processamento Técnico

Conexão Política [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Piauí. — v. 6, n. 2 (jul./dez., 2017) — . — Dados eletrônicos. — Teresina: UFPI, 2017— . — 130p.

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: <http://www.revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica>

Semestral.

ISSN: 2317-3254.

1. Ciência Política. 2. Relações Internacionais. I. Universidade Federal do Piauí-UFPI.
II. Título: Conexão Política

CDD: 320

Revista Conexão Política

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política
da Universidade Federal do Piauí



EDUFPI
Teresina- Piauí
Conexão Política - v. 6, n. 2 - jul./dez. 2017

EXPEDIENTE

Editor Responsável

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

Editor Assistente

Prof. Dr. Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas

CONSELHO EDITORIAL

Ana Beatriz Martins dos Santos Seraine – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Ana Paula Mauriel – Universidade Federal Fluminense (UFF – Brasil)

Arleth Borges – Universidade Federal do Maranhão (UFMA – Brasil)

Ana Paula Tostes – Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ – Brasil)

Cleber de Deus – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Cristina Buarque de Holanda – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – Brasil)

Flávio Resende – Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE – Brasil)

Gabriela Tarouco – Universidade Federal de Pernambuco – (UFPE – Brasil)

Gilmar Antônio Bedin – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ – Brasil)

Héctor Luis Saint-Pierre – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Campus de Franca – Brasil)

Jairo Marconi Nicolau – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ – Brasil)

Luis Gustavo Grohmann – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS – Brasil)

Marcia Soares – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – Brasil)

Mathew D. McCubbins – Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD – Estados Unidos)

Monique Menezes – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Odete Maria de Oliveira – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC – Brasil)

Raimundo Batista dos Santos Junior – Universidade Federal do Piauí (UFPI – Brasil)

Scott Desposato – Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD – Estados Unidos)

Taeko Hiroi – University of Texas – At El Paso (Estados Unidos)

Valeriano Mendes Ferreira Costa – Universidade Federal de Campinas (UNICAMP – Brasil)

CAPA

Sammy Lima, com interferências sobre a obra “Cardume”, do artista plástico Adriano Lobão Aragão. Fotocolagem, 29cm x 29 cm, 2017

REVISÃO

José Pereira de Andrade Filho e Ilza Cardoso

TRADUÇÃO E REVISÃO PARA LÍNGUA ESTRANGEIRA

Denise Mendes Pinheiro

EDITORIAÇÃO

José Anchiêta do Nascimento Lima

FOTO

Adriano Lobão Aragão

Sumário

Apresentação	
<i>Olívia Cristina Perez & Raimundo Batista dos Santos Junior</i>	7
Aspectos Paradigmáticos para o Estudo dos Partidos Políticos na Ciência Política Brasileira	
<i>Sara de Sousa Fernandes Epitácio</i>	11
Os Remanescentes do Partido Libertador no Bipartidarismo: Análise do Desempenho Eleitoral dos seus Deputados Estaduais no Rio Grande do Sul	
<i>Rafael Machado Madeira, Taiane Bringhenti & Suliane Cardoso</i>	27
O Conflito como Estratégia Política: Grandes Mobilizações e Realinhamento Partidário	
<i>Vitor Vasquez</i>	41
Questões Preliminares acerca da Representação Política no Brasil: a Percepção dos Eleitores a partir dos Dados do Eseb de 2002 a 2014	
<i>Soraia Marcelino Vieira</i>	65
Clientelismo e Teoria Democrática: do Passado ao Presente	
<i>Adauto de Galiza Dantas Filho</i>	81
As Estratégias Eleitorais dos Ferreira Gomes e os Alinhamentos na Política Cearense Contemporânea (2006-2014)	
<i>Cleyton Monte</i>	97
Resenhas	121
CHWALISZ, Claudia. <i>The populist signal: why politics and democracy need to change</i>. London: Rowman & Littlefield, 2015.	
<i>Isabele B. Mitozo</i>	123
GOHN, Maria da Glória. <i>Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade</i>. São Paulo: Cortez, 2017.	
<i>Caroline Bandeira de Brito Melo</i>	127

APRESENTAÇÃO

Para esta edição da Revista Conexão Política (Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPI) apresentamos um dossiê que trata de representação e partidos políticos. O tema escolhido pela revista vem em boa hora. Atualmente, o Brasil passa por um momento de inflexão em seu regime, relacionado à crise de representatividade, agravada desde os movimentos de 2013, e aos conflitos entre as instituições e os atores políticos. Em meio à atual conjuntura, a Ciência Política se coloca diante de novas e velhas questões relacionadas à representação política e às principais organizações de representação, os partidos políticos. Com vistas a dar conta de abordar o tema, esse dossiê contemplou diversas perspectivas teórico-metodológicas e empíricas, que têm sido consonantes com a orientação plural que a revista tem adotado.

Os dois primeiros artigos do dossiê tratam especificamente de partidos políticos. O primeiro, intitulado “Aspectos paradigmáticos para o estudo dos partidos políticos na Ciência Política brasileira”, de autoria de **Sara de Sousa Fernandes Epitácio**, realiza uma importante análise sobre as abordagens teórico-metodológicas adotadas para o estudo dos partidos políticos no Brasil. Para tanto, a autora analisa a produção da área de partidos políticos em duas revistas relevantes da área de Ciências Sociais e Ciência Política do país. A análise demonstrou, dentre diversos achados, que a produção mais recente tem afastado progressivamente a imagem negativa dos partidos.

O segundo artigo, ainda tratando sobre partidos políticos, intitulado “Os remanescentes do Partido Libertador no bipartidarismo: análise do desempenho eleitoral dos seus deputados estaduais no Rio Grande do Sul”, de autoria de **Rafael Machado Madeira**, **Taiane Bringhenti** e **Suliane Cardoso**, tem como objetivo analisar como os remanescentes do Partido Libertador (PL) buscaram inserir-se no novo sistema partidário inaugurado pelo regime militar brasileiro. Os autores analisaram as quatro legislaturas eleitas entre 1966-1978 para Deputado Estadual no estado do Rio Grande do Sul e observaram que os ex-libertadores, em referência ao PL, filiaram-se exclusivamente à Arena, partido da base de apoio ao regime.

Tratando de aspectos mais amplos sobre a representação política, o artigo escrito por **Vitor Vasquez**, intitulado “O conflito como estratégia política: grandes mobilizações e realinho partidário”, analisa três grandes mobilizações políticas no Brasil (o Diretas Já, o Fora Collor e as manifestações de junho de 2013), a partir das contribuições teóricas de Schattschneider (1975), explorando suas ideias de expansão, contágio e consequências do conflito. A proposta

do autor permitiu a identificação de possíveis rearranjos político-partidários ocorridos após os conflitos políticos ocorridos no país.

Ainda quanto à dimensão da representação política, o dossiê apresenta o artigo escrito por **Soraia Marcelino Vieira**, “Questões preliminares acerca da representação política no Brasil: a percepção dos eleitores a partir dos dados do ESEB de 2002 a 2014”. A autora analisa a trajetória da democracia brasileira a partir da percepção dos cidadãos que responderam ao *survey* nacional pós-eleitoral denominado Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) durante os anos 2002, 2006, 2010 e 2014. O artigo aponta em que medida os brasileiros não se sentem representados pelos partidos políticos existentes, indicando a necessidade de mudanças no sentido de aproximar mais os representantes dos representados.

O artigo “Clientelismo e teoria democrática: do passado ao presente”, de **Adauto de Galiza Dantas Filho**, tem como preocupação discutir conceitualmente o clientelismo, apresentando as diversas faces do processo analisado. Além disso, o autor aponta para a coexistência das práticas participativas daquelas consideradas clientelísticas. Assim sendo, o clientelismo não seria inerente à democracia? É sobre essa questão que o autor se debruça, sabendo que dificilmente será esgotada, dada a complexidade conceitual e empírica de se tratar o fenômeno.

Por fim, o último artigo do dossiê, “As estratégias eleitorais dos Ferreira Gomes e os alinhamentos na política cearense contemporânea (2006-2014)”, escrito por **Cleyton Monte**, analisa as alianças eleitorais formadas pelos Ferreira Gomes, importante família política do estado do Ceará, representados por duas lideranças: os irmãos Ciro e Cid Gomes. O artigo contempla outro aspecto importante da análise sobre representação política, que são as estratégias de grupos políticos para além dos partidos políticos.

Este número da Revista Conexão Política ainda conta com duas resenhas. A primeira é de autoria de **Isabele B. Mitozo** e trata do livro “*The populist signal: why politics and democracy need to change*” de Claudia Chwalisz. O livro foi publicado em 2015 e apresenta uma análise sobre o populismo contemporâneo em um contexto de forte insatisfação em relação às instituições democráticas. A segunda resenha apresentada é de autoria de **Caroline Bandeira de Brito Melo** e trata do livro “Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade”, de Maria da Glória Gohn. Publicado em 2017, o livro busca compreender a dinâmica dos “novíssimos” movimentos sociais em meio às manifestações ocorridas nos últimos anos no Brasil.

Boa leitura a todos e todas!

Teresina, dezembro de 2017.

Profa. Dra. Olívia Cristina Perez

Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Ciência Política – UFPI

Prof. Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior

Editor-chefe da Revista Conexão Política

ASPECTOS PARADIGMÁTICOS PARA O ESTUDO DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA CIÊNCIA POLÍTICA BRASILEIRA

PARADIGMATIC ASPECTS FOR THE STUDY OF POLITICAL PARTIES IN BRAZILIAN POLITICAL SCIENCE

Sara de Sousa Fernandes Epitácio*

Resumo: O presente artigo tem como objetivo verificar quais as abordagens teórico-metodológicas adotadas para o estudo dos partidos políticos nas duas principais revistas especializadas em Ciências Sociais: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), de periodicidade quadrimestral, e a *Revista Dados – Revista de Ciências Sociais*, publicação trimestral. A proposta justifica-se por possibilitar a exposição do “estado das artes” sobre os partidos na Ciência Política brasileira e verificar qual paradigma exerceu maior influência sobre a produção acadêmica referente à temática partidária, durante os anos de 1996 a 2012. O artigo é dividido em três seções. Inicialmente será discutida a formação do campo epistemológico da Ciência Política no século XX, com base no conceito de revolução científica e paradigma proposto por Thomas Kuhn. Em um segundo momento será analisada a influência dos paradigmas nas revistas norte-americanas e inglesa, e, por fim, tendo em vista a maneira pela qual os paradigmas atuaram sobre o processo de institucionalização da Ciência Política no Brasil, objetiva-se verificar como esses influenciaram os estudos partidários.

Palavras-chave: Partidos políticos. Ciências Sociais. Brasil. Paradigmas.

Abstract: This article aims to verify the theoretical - methodological approaches adopted for the study of political parties in the two specialized journals in Social Sciences: *Revista Brasileira de Ciências Sociais* (RBCS), quarterly periodicity, and the *Revista Data - Revista de Ciências Sociais*, quarterly publication. The proposal of this article is justified because it allows to expose the “state of the arts” on the parties in the Brazilian political science and to verify which paradigm exerted greater influence on the academic production related to the theme of political parties in the period between 1996 and 2012. The article is divided in three sections. Initially it discusses the formation of the epistemological field of political science in the twentieth century, based on the concept of “scientific revolution” and the paradigm proposed by Thomas Kuhn. After we analyze the influence of paradigms in the American and English journals, and finally

* Professora Adjunta da Universidade Federal do Pampa – Unipampa – São Borja. Possui Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (2003), Bacharelado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (2006) e Especialização em História do Brasil pela mesma instituição (2004), Mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (2010) e é Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015). E-mail: saraepitacio@unipampa.edu.br

in view of the way in which the paradigms have acted on the process of institutionalization of political science in Brazil, it aims to verify how they influenced party studies.

Keywords: Political Parties. Social Sciences. Brazil. Paradigms.

1 Introdução

Durante o século XX, a Ciência Política foi caracterizada por profundas transformações ocasionadas pelo avanço democrático e pela progressiva inclusão de novos segmentos sociais nos assuntos políticos. A ampliação do sufrágio, a emergência dos partidos políticos e a pluralidade de demandas sociais alteraram a relação entre Estado e sociedade. No âmbito epistemológico, o século em questão foi palco de discussões centrais que envolveram disputas sobre quais seriam os procedimentos mais adequados para a construção do conhecimento científico. Nesse contexto, merecem destaque as proposições vinculadas a Karl Popper (1972). Para esse, era necessário o afastamento do método indutivo e a distinção entre psicologia e lógica do conhecimento em prol de uma construção baseada na dedução. De forma sintética, o conhecimento científico, para o autor, deveria ter como substrato a resolução de problemas práticos ou teóricos, e a possível resposta a esses problemas deveria ser demonstrada através da elaboração de teorias, que, por sua vez, admitiam demonstrações empíricas. Ao serem apresentadas, essas teorias estariam sujeitas a testes e poderiam ser comprovadas, falseadas ou corroboradas. Todo esse esforço metodológico, com base em testes empíricos, pretendia demarcar a fronteira entre a ciência e as ideias metafísicas, e, nesse sentido, o método empírico deveria ser comprometido com a falseabilidade, ou seja, com a sujeição dos enunciados singulares a testes intersubjetivos. Dessa forma, outros enunciados poderiam ser gerados, também suscetíveis a testes.

O progresso científico, nesses moldes, se daria através da construção de conjecturas que necessariamente deveriam ser refutadas. Novas teorias, por sua vez, seriam apresentadas. Esse procedimento assevera que as verdades no campo científico são apenas provisórias e que a tentativa de as tornar conclusivas reflete a conversão da ciência em dogma. Trata-se de uma crítica direcionada ao Positivismo. Outra crítica a essa vertente filosófica esteve centrada na tentativa, frustrada, segundo Popper, de desvincular metafísica e ciência, para dessa forma contribuir para o efeito inverso. O mesmo argumento que nega a possibilidade do pensamento metafísico de encontrar base concreta para suas afirmações impede também que os positivistas assentem seu método em dados da experiência (justificação empírica). Se a metafísica é definida como não científica devido à essência intangível dos seus enunciados, o positivismo pode ser não científico pelo mesmo motivo, pois a lógica indutiva não garante que a experiência empírica se distancie das dimensões sensoriais e valorativas e, dessa forma, sua condução lógica permite uma condução ao erro (PERES, 2002).

As críticas construídas por Popper foram de fundamental importância para que a prática científica fosse repensada, principalmente no tocante à rigidez da noção de verdade, até então professada pelo positivismo como algo estático. Entretanto, a adoção do seu modelo epistemológico pelas Ciências Sociais e, em particular, pela Ciência Política, merece algumas

considerações, pois é possível observar que estão no cerne dessa discussão os problemas de demarcação e os procedimentos que levam o objeto ao conhecimento (agente que conhece), ou seja, o método é privilegiado em detrimento do agente que conhece (sujeito). É nessa fenda analítica deixada por Popper que Thomas Kuhn (2000) insere um elemento essencial para se pensar uma construção epistemológica para além das ciências naturais, qual seja a noção de paradigma.

Nas palavras de Kuhn, o termo paradigma deve ser compreendido como realizações científicas universalmente reconhecidas que fornecem problemas e soluções modulares para uma comunidade de praticantes. Um paradigma perde sua legitimidade quando há um fracasso na resolução de problemas. Nessas circunstâncias, o paradigma até então hegemônico não consegue se autorreformular e sanar seus problemas de validade, e, por consequência, os desafios propostos por teorias concorrentes. Nesse momento de crise, é aberta a competição para que outros paradigmas se apresentem e apenas um deles prevaleça em relação a seus concorrentes, de maneira que o abandono de um paradigma implica necessariamente a adoção de outro modelo paradigmático. A descrição desse processo corresponde ao funcionamento da ciência normal, atividade na qual a maioria dos cientistas emprega inevitavelmente todo o seu tempo na construção e manutenção de explicações sobre o mundo propostas pelo paradigma hegemônico. Em comparação com o argumento popperiano, a função essencial dos cientistas é trabalhar para a manutenção do *status quo* e não para a refutação de proposições sustentadas pelo *establishment*. A estrutura das revoluções científicas,¹ nesse caso, preserva a dinâmica do conhecimento e aproxima a epistemologia de uma construção sócio-histórica em que o sujeito, antes secundário, exerce um papel ativo no estabelecimento, manutenção e substituição do paradigma. Entretanto, por ser parte da comunidade científica, o sujeito do conhecimento deve compartilhar de valores morais que permitam a crença nas evidências (verdades) propostas por essa comunidade. O processo de formação dos paradigmas se assemelha à construção de uma cosmologia, de forma que o aceite a um determinado paradigma (cosmologia) consiste na aceitação de um conjunto de valores a ele implícito. A prática científica, longe de ser uma atividade ingênua ou imparcial, é alicerçada por disputas de poder e verdades pretensamente hegemônicas (PERES, 2001). Aplicado o modelo de construção científica de Thomas Kuhn à Ciência Política, é possível constatar o predomínio de três vertentes paradigmáticas ao longo século XX. São elas: o pré-comportamentalismo ou antigo institucionalismo – anterior aos anos de 1940; o comportamentalismo – entre 1950 a 1965; e o neo-institucionalismo – a partir de 1970 (PERES, 2008; REITER, 2006).²

O pré-comportamentalismo, ou antigo institucionalismo, se destacou por seu apreço à análise descritiva valorativa, formalista e especulativa. Construídos de forma dedutiva, tais teorias pressupunham uma relação direta entre as regras formais e o comportamento. Nas palavras de David Easton (1985), havia a convicção de que, uma vez descritas as leis, seria possível compreender as regras que regem a distribuição do poder em um sistema político e, ainda, ter a compreensão exata de como instituições políticas operam. Durante a vigência do paradigma

¹ “Neste ensaio, são denominados de revoluções científicas os episódios extraordinários nos quais ocorre essa alteração de compromissos profissionais. As revoluções científicas são os complementos desintegradores da tradição a qual a atividade da ciência normal está ligada” (KUHN, 1998, p. 25).

citado, a Ciência Política manteve estreitas relações com a Filosofia, a História e o Direito. Desse modo, os aspectos institucionais eram vistos como os grandes responsáveis por moldar a cultura e os valores constitucionais. Apesar do excessivo apego ao normativismo, a busca por uma compreensão das estruturas políticas e seus impactos conferiu aos estudos institucionalistas uma importância central na formação da Ciência Política do século XX (ALMOND, 1998; GOODING; KLINGEMAN, 1998). Um dos principais legados desse paradigma corresponde ao processo de institucionalização da Ciência Política norte-americana, processo esse acompanhado pela fundação dos primeiros departamentos direcionados à disciplina, além da fundação da APSA (*The American Political Science Association*), criada em 1903. Como destaca Feres (2000), o estabelecimento da Ciência Política nos Estados Unidos foi acompanhado pelo crescimento de departamentos, centro de pesquisas, programas especializados e linhas de financiamento. Outra característica que impulsionou a disciplina no país refere-se à adoção do discurso de que a Ciência Política, de fato, era diretamente associada ao regime democrático, e que os países liberais estariam, portanto, mais autorizados a desenvolvê-la.

A desestruturação do antigo institucionalismo foi um processo constituinte da Ciência Política americana. As críticas a esse paradigma eram centradas principalmente na ineficácia do aparato técnico e normativo para a explicação de processos que ocorriam fora dos ordenamentos formais e também no surgimento de outros fenômenos que não podiam ser explicados com o uso de descrição histórica. Dessa forma, houve a possibilidade de deslocamento analítico do aspecto puramente formal para outras esferas, entre elas partidos políticos, opinião pública, grupos de interesse e outros (EASTON, 1985). Nesse escopo, coube à Ciência Política de matriz norte-americana propor um novo paradigma: o comportamentalismo, iniciado no Pós-Segunda Guerra e rapidamente disseminado para outros países do mundo. Tratava-se de uma teoria empiricamente orientada, que buscava explicar, compreender e prever o comportamento político dos indivíduos e também como as instituições funcionavam sob a influência do comportamento.

Como destaca David Easton (1985), o comportamentalismo aplicado à Ciência Política é distinto daquele da teoria psicológica comportamental. Duas semelhanças, porém, devem ser ressaltadas: a unidade de análise – o ator humano ou seu comportamento como fonte adequada de informações sobre por que as coisas acontecem no mundo e como o indivíduo atua nesse processo; e a apropriação de uma metodologia com base nas ciências naturais para o estudo do comportamento (EASTON, 1985, p. 137). Na Ciência Política, o comportamentalismo assume os seguintes pressupostos: 1) uniformidade no comportamento humano passível de testes empíricos; 2) desejo por maior rigor nos métodos de aquisição de dados e para análises quantificáveis sempre que possível; 3) vasta gama de técnicas empíricas sofisticadas –questionários, entrevistas, amostragens e análises de regressão. Com relação ao paradigma precedente, o comportamentalismo substituiu as teorias de caráter histórico e filosófico em favor da utilização de conceitos empiricamente orientados. Tal deslocamento reflete a pretensa neutralidade axiológica justificada devido à filiação do comportamentalismo ao positivismo do Círculo de Viena. Entretanto, essa neutralidade era incompatível com o viés valorativo desenvolvido nas análises comportamentais em que a explicação da realidade política tinha como principal objetivo a disseminação dos valores liberais e a busca de solução para os “problemas sociais urgentes”. A excessiva preocupação

metodológica e a ausência de paradigmas concorrentes conferiram significativa vitalidade ao comportamentalismo, ao passo que a ciência social perdia o seu viés crítico. Apesar dessa hegemonia, o *status quo* foi confrontado por novas demandas sociais, ignoradas até então devido ao predomínio de “interpretações benignas” do sistema político norte-americano: as reivindicações pelos direitos civis, a luta contra a desigualdade racial e social, os protestos contra a guerra do Vietnã são alguns dos movimentos que contribuíram para a virada pós-comportamentalista (LESSA, 2010; EASTON, 1985).

Como destaca Peres (2008), as críticas aplicadas ao comportamentalismo ressaltam a necessidade de comprometimento moral do pesquisador com a pesquisa realizada, e, desse modo, a crença na neutralidade axiológica professada pelos comportamentalistas deveria ser amenizada. O enfoque multidisciplinar que aproximou a Ciência Política da Psicologia Social, da Sociologia e da Antropologia contribuiu para que essa ciência perdesse seu foco de análise. Esta se mostrava ineficiente para a explicação de processos decisórios e processos legislativos, ou seja, para a explicação de fenômenos políticos que tinham suas explicações relacionadas, impreterivelmente, a normas e regras institucionalizadas. Segundo o autor, o retorno às instituições foi antecipado por dois processos. O primeiro, representado por uma aproximação de teorias econômicas à explicação dos fenômenos políticos, ainda sob a égide do comportamentalismo, que pressupunha que o indivíduo agiria guiado por seus interesses e toda sua ação social e política (tomada de decisão) seria reflexo de um cálculo individual, e, por conseguinte, egoísta, em que a busca pela satisfação seria o imperativo. O segundo processo derivou da demonstração de que a racionalidade individual empreendida pelo *homo economicus* é sujeita a constrangimentos institucionais, gerando, dessa forma, ações coordenadas (coletivas).

As regras institucionais relegadas com a vigência do paradigma comportamentalista ganham uma nova roupagem que podem ser sintetizadas, de acordo com Hall e Taylor (1996), em três vertentes: institucionalismo histórico, institucionalismo da escolha racional e institucionalismo sociológico. Para o institucionalismo histórico, as instituições – em particular o Estado – são vistas como um conjunto de regras protocolares oficiais ou oficiosas. A inovação teórica dessa vertente analítica reside em considerar as trajetórias históricas (o tempo) de interação entre os atores e as instituições como aspectos relevantes para a análise dos fenômenos políticos. É a partir desse processo que ocorrem a institucionalização do ordenamento político e também a internalização das normas sociais pelos indivíduos. As instituições têm um papel ativo nesse processo, tanto na internalização quanto na reversão de condutas sedimentadas, e esse processo de “socialização política” ocorre de forma assimétrica e dialógica entre os atores sociais e as instituições. O institucionalismo da escolha racional utiliza alguns pressupostos do comportamentalismo, entretanto assevera que a racionalidade é moldada por aspectos institucionais, que constroem e oferecem atalhos para que os indivíduos calculem suas estratégias e possam agir de forma coletiva para a maximização de seus interesses (interações estratégicas). Para o institucionalismo sociológico, as instituições não correspondem apenas a regras, procedimentos ou normas formais, mas também aos sistemas de símbolos, aos esquemas cognitivos e aos modelos morais que fornecem “padrões de significação” que guiam a ação humana (HALL; TAYLOR, 1996, p. 209).

Conforme exposto, cada paradigma é responsável pela construção dos métodos, objetos e resultados utilizados na construção da ciência normal. A ideia de paradigma é indissociável da ciência normal, e ambos devem a sua existência – bem como os processos de manutenção e limpeza necessários à manutenção de sua hegemonia – a uma comunidade científica. Os membros de tal comunidade não são selecionados aleatoriamente, tendo em vista as importantes funções que lhes são atribuídas. Para verificar de que forma os paradigmas influenciam a produção da Ciência Política, as duas últimas seções do presente artigo têm como objetivo propor um exercício empírico. Na primeira serão discutidos os trabalhos de Pippa Norris (1997) sobre a abordagem teórico-metodológica das principais revistas internacionais especializadas em Ciência Política e também o artigo de Howar Heiter (2006) sobre o estudo dos partidos à luz dos paradigmas. A segunda seção deste trabalho busca replicar essas análises à produção da Ciência Política brasileira, em particular ao estudo dos partidos políticos. Devido à recente trajetória dessa ciência no Brasil, o marco temporal aqui utilizado é bem reduzido se comparado aos periódicos europeus e norte-americanos, entretanto, esse exercício é válido por fornecer uma visão panorâmica sobre o desenvolvimento da Ciência Política nacional e suas tendências.

2 Produção da Ciência Política à luz dos paradigmas: uma análise sobre os partidos políticos

Dentre as inúmeras variantes que poderiam influenciar no processo de “escolha” dos membros de uma dada comunidade científica, uma maneira possível de mensuração seria através de análises das publicações em revistas científicas consolidadas. Este é o exercício que Pippa Norris (1997) realiza ao analisar o *European Journal of Political Research* – ECPR (Inglaterra) e o *American Political Science Review* - APSA (Estados Unidos), durante as décadas de 1970, 1980 e 1990. De acordo com a autora, a preocupação em construir conceitos, teorias e generalizações empíricas, que viajam para além das fronteiras nacionais de qualquer sistema político, remonta a Aristóteles. Esse cosmopolitismo² é necessário para a construção de uma ciência madura e também para a profissionalização dos cientistas políticos. Profissionalização significa o desenvolvimento de um corpo coerente de conhecimento que define o assunto da disciplina, o recrutamento, a certificação por normas reconhecidas, além de um padrão profissional avaliado por um processo interno de revisão por seus pares, que têm como responsabilidade a organização formal da disciplina e a defesa dos interesses dos seus membros. Todo esse procedimento tem como objetivo o melhoramento do estatuto da disciplina e a construção de uma ciência política madura (NORRIS, 1997).

As duas revistas em questão guardam distinções justificadas pelo processo de institucionalização. Na Europa, a Ciência Política se consolidou com a criação de departamentos para separar a disciplina de suas correlatas (História, Direito, Filosofia e Sociologia). Entretanto, essas permanecem fortes na Ciência Política europeia, assim como a psicologia social e a econo-

² A ideia de cosmopolitismo em Pippa Norris guarda estreitas relações com a definição de paradigma para Thomas Kuhn.

mia, emergentes no paradigma comportamentalista, permanecem fortes nos Estados Unidos.³ Sobre os aspectos empíricos, Norris constata na Europa uma maior diversificação das teorias e metodologias utilizadas. Na EJPR, 49,6% dos artigos eram empírico/comportamentais, 43% empírico/institucionais, e 7,4% se dividiam entre conceituais/filosóficos ou dedutivo/escolha racional. Na APSR, essa diversificação é mais restrita: 53,3% do conteúdo analisado utiliza o aparato teórico metodológico empírico/comportamental, seguido por 21% relacionados com o dedutivo/escolha racional, 7,6% institucionais/descritivos e 8,4 conceituais/filosóficos. No que se refere às temáticas, a pesquisa observou que o sistema partidário e as organizações partidárias estão presentes em 22% dos periódicos da EJPR. Já na APSR, as eleições e o comportamento eleitoral (17%), seguidos pelos estudos de opinião pública e de atitudes (16%), foram os mais relevantes. A análise sobre a convergência geográfica demonstra que, na EJPR, 60% dos artigos foram referentes à própria Europa, enquanto 47% das produções da APSR tiveram como foco aspectos da política norte-americana.

Com relação aos partidos políticos, nosso principal foco de análise, é possível observar que esses sofreram alterações ao longo dos três paradigmas desenvolvidos na Ciência Política, e tais mudanças podem ser observadas de forma mais clara na análise de alguns periódicos. Howard L. Reiter (2006), assim como Norris, com o objetivo de verificar quais as influências que os paradigmas exerceram sobre o estudo dos partidos políticos, faz uso das principais revistas de Ciência Política: os jornais são *American Political Science Review* (APSR); *American Politics Quarterly/American Politics Research*; (APQ/APR); *British Journal of Political Science* (BJPS); *Comparative Political Studies* (CPS); *Journal of Politics* (JOP); e *Midwest Journal of Political Science/American Journal of Political Science* (MWJ/AJPS). De início, o autor ressalta a centralidade dos partidos nos estudos da política moderna, centralidade essa que dificulta uma classificação precisa entre os artigos que de fato tratam sobre partidos e aqueles que o fazem apenas de maneira tangencial. Durante a vigência do pré-comportamentalismo, ou antigo institucionalismo, o estudo sobre os partidos já ocupava lugar central na Ciência Política norte-americana, e a metodologia empregada era quase sempre holística, de viés normativo, com o predomínio de estudos organizacionais ou de estudos sobre o sistema de partidos em geral. Com o paradigma comportamentalista, os aspectos normativos e organizacionais são preteridos em detrimento de análises empíricas sobre o comportamento eleitoral. A etapa posterior de desenvolvimento dos estudos partidários ocorreu com a emergência da visão econômica aplicada à política (escolha racional), em particular, na teoria proposta por Anthony Downs (1999), na qual a relação entre partidos e eleitores é reduzida a uma simplificada equação – os partidos buscam maximizar votos para ganhar as eleições e os eleitores, por sua vez, votam nos partidos que melhor atendem aos seus interesses individuais. Apesar da escolha racional ter posto nos partidos novos procedimentos analíticos, estes, em âmbito geral, já não ocupam um lugar central na Ciência Política, declínio que pode ser explicado, de acordo com Reiter, devido à apropriação e à dissolução dos assuntos partidários por outras áreas dessa ciência ou até mesmo como consequência da ausência de construções teórico-metodológicas mais inovadoras e eficazes para

³ Norris analisa o conteúdo de 587 artigos publicados por essas revistas.

o estudo dos partidos contemporâneos. Nesse sentido, a junção entre a contribuição holística desenvolvida na fase pré-comportamentalista e as análises empíricas pode oferecer substratos teórico-metodológico para a renovação dos estudos partidários.

A construção desse quadro analítico sobre a produção da Ciência Política à luz dos periódicos possibilita algumas considerações. A principal delas é que, apesar das facilidades técnicas que favorecem parcerias intelectuais transnacionais, há uma enorme dificuldade em transformar essa ciência em um conhecimento cosmopolita, visto que ainda permanece restrita às comunidades nacionais (NORRIS, 1997; REITER, 2006). Esse paroquialismo impede a construção de teorias generalizantes e transforma os cientistas políticos em especialistas inteligíveis e relevantes apenas para suas comunidades científicas locais (nacionais). Aplicada ao estudo sobre os partidos, é possível verificar que essa temática também sofreu reflexos do paroquialismo, característica que impediu a inovação teórica e a ampliação do escopo analítico, de forma que, na atualidade, as teorias que versam sobre os partidos encontram-se defasadas e inapropriadas para a compreensão da atuação dessas organizações em contextos pós-materiais, como também em democracias recentes. Uma das possibilidades para revitalizar o campo dos estudos partidários reside na tentativa de se investir em formulações teóricas mais parcimoniosas através de estudos comparados, que atendessem aos requisitos de generalidade sem ignorar os particularismos.

O reflexo desse processo pode ser percebido nos países de produção científica periférica que, em sua maioria, tiveram o processo de institucionalização da Ciência Política inspirado em uma dessas duas matrizes teórico/metodológica. O objetivo da próxima seção consiste em verificar o impacto dos paradigmas na produção dessa ciência, em particular sobre o impacto desses na produção sobre os partidos políticos brasileiros.

3 A Ciência Política brasileira e a produção sobre os partidos políticos na *RBCS* e *Dados*

No Brasil, a implantação da Ciência Política enquanto disciplina ocorreu após a reformulação das abordagens tradicionais advindas dos Estados Unidos e da Europa. Trata-se de um conhecimento recente cujos padrões disciplinares foram fixados e consolidados nos anos de 1970 e 1980. O deslocamento de uma matriz histórico-ensaística em favor de um maior rigor metodológico, o apreço por técnicas quantitativas e uma maior autonomia conferida aos fenômenos políticos demonstram que a formação da Ciência Política brasileira foi marcada pela profusão de movimentos paradigmáticos, característica que possibilitou a vigência de uma agenda de pesquisa capaz de sintetizar tanto os paradigmas hegemônicos quanto as críticas a eles apresentadas (LESSA, 2010). Desse modo, mesmo que a institucionalização da Ciência Política brasileira esteja atrelada à escola norte-americana – núcleo de pós-graduação mais procurado por brasileiros durante as décadas de 1970 e 1980 –, é possível observar o ecletismo de temas e métodos. Esse ecletismo pode sinalizar para a absorção, no Brasil, do paradigma neoinstitucionalista firmado no campo do conhecimento concomitante ao processo de institucionalização da Ciência Política brasileira.

De maneira análoga ao processo de institucionalização dessa ciência, o estudo sobre os partidos também migrou de uma tradição vinculada aos relatos jornalísticos e jurídicos para análises orientadas por procedimentos teóricos e metodológicos mais específicos, processo ocorrido principalmente em virtude da consolidação dos programas de pós-graduação em Ciência Política.

De acordo com Jairo Nicolau (2010), foi durante a década de 1980 que o estudo sobre os partidos ganhou impulso, justificado principalmente por um novo arranjo institucional que conferia aos partidos um lugar central no processo de transição democrática. Os desafios e dilemas propostos aos partidos foram analisados sob ópticas diferentes. Entretanto, o ponto consensual dessa literatura acentuava a fragilidade histórica, a efemeridade e a tendência à fragmentação dos partidos políticos brasileiros. Em síntese, essas produções observavam que: 1) em âmbito organizacional, os partidos políticos brasileiros não desenvolveram raízes sociais (partidos de massa) significativas que pudessem delinear um perfil ideológico, e, por conseguinte, uma diferenciação no interior do sistema político; 2) a organização dos partidos estava relacionada a concessões estatais e não à estruturação de grupos de interesse organizados socialmente (MAINWARING, 2002; MENEGUELLO; LAMOUNIER, 1986). Ou seja, essas análises estavam comprometidas em compreender os partidos brasileiros à luz dos partidos europeus, e a incompatibilidade dos dois casos era refletida em conclusões normativas e valorativas.

Com o objetivo de compreender de forma sistematizada a interferência dos paradigmas na produção da Ciência Política brasileira, em particular, no estudo dos partidos políticos, foi realizada uma análise sobre os artigos que se dedicam a essa temática na Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS), publicada desde 1986 junto à Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS, de periodicidade quadrimestral, e na Revista Dados - Revista de Ciências Sociais, editada pelo Instituto Universitário de Pesquisa Rio de Janeiro – IUPERJ, publicação trimestral iniciada em 1966. O período temporal utilizado nesta análise corresponde ao íterim de 1997 a 2012, período que equivale às edições disponíveis *online*. A justificativa do recorte também se deve à possibilidade de observar se durante os últimos 15 anos, à luz dos periódicos, foram verificadas modificações metodológicas significativas, dispensadas ao estudo dos partidos. A escolha das duas revistas se deve, também, à excelência de suas publicações, pois ambas são classificadas, no sistema Qualis da CAPES, como A1. Já os artigos selecionados obedeceram aos seguintes critérios: 1) incluía a palavra partido no título; 2) incluía o nome de um partido no título; 3) tratava sobre a atuação dos partidos na arena eleitoral ou dos aspectos organizacionais. Desse modo, artigos que versavam sobre sistema partidário, entendidos como sistemas que dizem respeito à dinâmica de competição e de representação política (MENEGUELLO, 2011), sobre a relação executivo e legislativo, ou ainda, estudos do legislativo, mesmo que considerem a relevância dos partidos, não foram selecionados, pois a temática “partidos” nesses artigos é utilizada apenas de forma tangencial.

Diante desse procedimento, foram selecionados 5 artigos pertencentes a RBCS, de um total de 439 publicados (45 volumes), e 11 artigos da revista Dados, de um total de 389 artigos publicados (60 volumes) até o primeiro semestre do ano de 2012. Apesar dos dois periódicos terem como proposta contemplar as três áreas das Ciências Sociais (Ciência Política, Antropologia e

Sociologia), é interessante mencionar que nenhuma das duas é especializada em Ciência Política. É possível observar a reduzida expressividade dos estudos sobre partidos, que representa apenas 2,05% do total dos artigos pesquisados. Desse total, 4 analisam a atuação dos partidos durante a democracia de 1946 a 1964, outros 12 artigos têm como foco a democracia recente. O reduzido número de publicações que obedecem aos nossos critérios de seleção também pode ser justificado em virtude da dissolução do tema partido em múltiplas áreas da Ciência Política, como já foi citado. Entretanto, o nosso objetivo é observar como os partidos, enquanto unidades de análise, são estudados na Ciência Política brasileira.

O Quadro 1 apresenta o título do periódico seguido da revista e do ano de publicação destes. Esses dados são importantes por permitir a observação de mudanças metodológicas ao longo do tempo e por constituírem-se no universo empírico da presente análise.

Quadro 1 - Ano de produção, revista e título dos artigos

Ano	Revista	Título
1997	RBCS	I. A ilegalidade mata
2002	Dados	II. O PT e a unidade partidária como problema
2002	RBCS	III. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999
2003	Dados	IV. Partidos fracos na arena eleitoral
2004	Dados	V. Partidos na República de 1946
2004	Dados	VI. Partidos políticos, preferência partidária
2004	Dados	VII. Velhas teses, novos dados
2004	RBCS	VIII. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985
2005	Dados	IX. Projeção da imagem partidária
2005	Dados	X. Partidos na república de 1946: uma réplica metodológica
2005	RBCS	XI. Os partidos no eleitorado
2007	Dados	XII. Um equilíbrio delicado
2008	Dados	XIII. Definindo a arena política local
2009	RBCS	XIV. Disciplina e coalizões partidárias na assembleia de Santa Catarina (1999-2006)
2011	Dados	XV. A Força dos Partidos “Fracos”
2011	Dados	XVI. Coesão e disciplina partidária no Senado Federal

Aspectos Paradigmáticos para o Estudo dos Partidos Políticos na Ciência Política Brasileira

Fonte: OLIVEIRA, 2010.

Dentre os quatro artigos que versam sobre a experiência democrática anterior ao ano de 1964, um versa sobre a atuação do Partido Comunista (BRANDÃO, 1997) e o seu papel no sistema partidário. As teorias mobilizadas pelo autor derivam da história, filosofia e da própria Ciência Política, e os aspectos metodológicos estão centrados na descrição de processos e na tentativa de construção de um contrafactual histórico. Outros três artigos (NICOLAU, 2004; 2005; SANTOS, 2004) são constituídos por um debate metodológico sobre a fragmentação do sistema partidário brasileiro. Esse debate é relevante, pois demonstra a possibilidade de, através do uso de técnicas distintas, revitalizar discussões consagradas na política brasileira, quais sejam o uso da fragmentação partidária como uma das variáveis explicativas para o colapso do sistema democrático e a instauração do autoritarismo.

Os artigos que abordam a democracia recente, 12 no total, podem ser subdivididos em três categorias: 1) sistema partidário; 2) partidos enquanto organização e; 3) partidos no eleitorado.

Sobre “sistema partidário” foi possível mapear 4 artigos (ver artigos IV, XIII, XIV, XVI). Em todos há um debate sobre a validade da literatura que versa sobre a instabilidade e fragilidade partidária no Brasil (AMES, 2003; MAINWARING, 1993). Nesses, a conclusão sobre o debate retoma os trabalhos de Figueiredo e Limongi (1999) sobre o Congresso Brasileiro e concluem que a instabilidade dos partidos na arena eleitoral é compensada por sua disciplina no congresso. Ainda sobre o arcabouço teórico, é recorrente a utilização do paradigma neoinstitucionalista da escolha racional, amparado principalmente nos trabalhos de Gary Cox e Mathew McCubbins (2004) para a compreensão da ação (coordenação) dos partidos na esfera legislativa. No que se refere à metodologia, todos os trabalhos são empírico-quantitativos, apresentam como técnica de pesquisa modelos simples com a demonstração de percentuais, modelos de regressão, diagramas causais, equações para teste de hipóteses, índice de Rice (verificação da coesão partidária) e testes econométricos. Sobre os casos selecionados pelos autores, dois artigos se propõem a analisar a ação dos partidos em âmbito federal (Senado e Câmara Federal), e, dos outros dois, um dedica-se à análise da relação entre dinâmica eleitoral municipal e nacional, e o outro discute a disciplina na Câmara Federal em uma unidade subnacional. Apesar do pequeno número de casos analisados, é possível afirmar que esses trabalhos possuem uma discussão comum que, por sua vez, os conduzem a resultados semelhantes, quais sejam de que os partidos brasileiros possuem uma particularidade – são frágeis na arena eleitoral, mas são disciplinados na arena legislativa.

Sobre “partidos enquanto organização”, foram identificados quatro artigos (ver título II, III, XIII e XV). Nesses, os aspectos internos dos partidos possuem centralidade, em detrimento da competição interpartidária e da atuação dos partidos no governo. O referencial teórico mobilizado contempla desde os estudos clássicos de Maurice Duverger (1959), passando pela noção de campo político presente na teoria dos campos de Pierre Bourdieu (2002), até a concepção de Angelo Panebianco (2005) sobre a dimensão organizacional dos partidos. Necessário ressaltar que no material analisado o desempenho das lideranças adquire caráter central para a manutenção do partido e para o delineamento da ação interpartidária. Sobre as temáticas apresentadas, é possível afirmar que, em comparação com os partidos no sistema eleitoral, a dimensão organizacional possui um caráter mais generalizante, de forma a contemplar a ação do partido em todo o território nacional. Com relação aos aspectos metodológicos, as análises são, em sua maioria, empírico-quantitativas, com a presença de técnicas de pesquisa baseadas em modelos estatísticos simplificados e na descrição das normas e do procedimento interno dos partidos. Os casos selecionados, ou seja, os partidos em estudo, estão predominantemente relacionados ao Partido dos Trabalhadores (LACERDA, 2002; MIGUEL; MACHADO, 2010), e o cerne da discussão está na experiência do partido enquanto oposição e também em sua experiência no governo. O Partido da Social Democracia (PSDB) também foi analisado em seu momento de formação e na sua experiência governamental (ROMA, 2002). Foi possível detectar também um estudo sobre a organização dos pequenos partidos e sua força política (GUARNIERI, 2011).

No que se refere à “atuação dos partidos junto ao eleitorado”, tema direcionado à percepção da opinião pública, à participação eleitoral e outros, foi possível mapear quatro artigos (ver título VIII, VI, IX, XI). Inevitavelmente, esse tema tornou-se relevante para a Ciência Política à luz do paradigma comportamentalista. No contexto neoinstitucional, no entanto, outras nuances são acrescidas a essa temática. Através da análise dos artigos, é possível observar que no Brasil esses estudos são permeados por um certo negativismo em que os problemas de ordem institucional interferem na identificação dos eleitores com os partidos e também na identificação dos políticos com seus respectivos partidos. Dessa forma, a produção analisada apresenta um considerável viés normativo ao verificar, por exemplo, o descompasso entre a democratização brasileira, em moldes procedimentais, e a fragilidade da relação entre partidos e eleitorado. A metodologia apresentada é empírico-quantitativa, acompanhada por consideráveis discussões de viés normativo e pelo uso restrito de modelos analíticos estatísticos. Comparado aos dois subitens anteriores, é no estudo sobre os partidos no eleitorado que se apresentam as teses mais pessimistas sobre a democracia brasileira, e essa tendência pode ser atribuída a um novo perfil apresentado pelos partidos que o distanciam da sociedade e o aproximam das estruturas estatais (KATZ; MAIR, 1997).

Diante do empreendimento analítico proposto, é possível observar que a produção da Ciência Política brasileira sobre os partidos políticos é reduzida. Entretanto, ao invés do professado durante os anos de 1980 e a primeira metade dos anos 90, os estudos referentes à democracia recente desfazem progressivamente a imagem negativa dos partidos e buscam ressaltar as particularidades do caso brasileiro – a exceção se aplica apenas aos estudos vinculados à análise dos partidos no eleitorado. Outra característica relevante refere-se à ausência de modelos analíticos inovadores, principalmente nos estudos sobre sistema partidário. A semelhança das referências bibliográficas apresentadas e a discussão teórica dos trabalhos revelam uma uniformidade dos estudos. É possível afirmar que, apesar da Ciência Política brasileira ter se desenvolvido durante a vigência do paradigma neoinstitucionalista, é perceptível a dificuldade em se apropriar desse paradigma e de sua flexibilidade em favor da ampliação e inovação dos estudos partidários.

Comparando a tradições mais consolidadas, no Brasil os partidos conheceram apenas dois momentos. Um primeiro, em que os tratamentos históricos e normativos eram hegemônicos (NICOLAU, 2010), próximo do professado pelo antigo institucionalismo. E um segundo momento, em que a literatura buscou compreender de que forma essas instituições poderiam contribuir para a vigência e a estabilidade do regime democrático. A conclusão dessa segunda análise representou um movimento pendular entre a condenação e a exaltação dos partidos, e essa oscilação tem sido amenizada devido ao processo de aproximação entre realidades políticas de democracias avançadas e realidades políticas de democracias em desenvolvimento.

4 Considerações finais

A construção do conhecimento concebida em moldes paradigmáticos possibilita que a trajetória de uma disciplina seja analisada a partir das relações de poder presentes na disputa pela

hegemonia do *status quo*. Nesse contexto, as noções de verdade pleiteadas não têm como objetivo apenas o domínio do conhecimento, mas a capacidade de validar e invalidar intelectualmente os membros que devem ou não ser autorizados a praticar a ciência normal. Contudo, a formação de um conjunto básico de pressupostos comuns é condição *sine qua non* para a produção do conhecimento científico, e essa característica, ao mesmo tempo em que restringe as temáticas e os métodos utilizados, possibilita um diálogo comum necessário para um conhecimento cosmopolita. Esse cosmopolitismo, inalcançável pela Ciência Política, de acordo com Pippa Norris (1997), é imprescindível para que experiências de pesquisa sejam intercambiadas e contribuam para a construção de teorias mais eficientes e generalizantes.

A análise dos periódicos teve como objetivo observar de que forma os paradigmas do antigo institucionalismo, comportamentalista e neoinstitucionalista influenciaram a produção acadêmica. Desse modo, foi possível observar que esses não são modelos estanques, e, mesmo após a destituição de um paradigma, seu campo de influência ainda permanece ativo. Essa característica pôde ser observada na persistência de estudos comportamentalistas nos EUA até os anos de 1990 (NORRIS, 1997) e na permanência do institucionalismo nos periódicos ingleses mesmo sob a égide do comportamentalismo. Sobre as temáticas, em particular sobre os partidos políticos, foi possível observar que, apesar da centralidade do tema, esse vem perdendo espaço nas produções acadêmicas. A ineficiência teórica e metodológica, apontada como fator desestruturante dos estudos partidários, encontra justificativa no acelerado processo de mudança (de funções) dessas instituições representativas, acompanhado pelo processo de sobreposição dos estudos de comportamento eleitoral aos estudos partidários durante a revolução comportamentalista (REITER, 2006).

Sobre a Ciência Política brasileira, foi possível observar que essa teve seu processo de institucionalização ocorrido entre as décadas de 1970 e 1980, e durante esse processo esteve sob zona de influência da Ciência Política norte-americana. Contudo, a renovação paradigmática ocorrida nos EUA, principalmente no tocante ao estabelecimento do paradigma neoinstitucionalista, contribuiu para o ecletismo dos estudos brasileiros sem que o aprimoramento metodológico fosse preterido (LESSA, 2010). O estudo sobre os partidos demonstra esse processo de convivência de diferentes tradições e o progresso de diagnósticos alicerçado em visões menos críticas e mais descritivas.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRANDÃO, Gildo. A ilegalidade mata: o Partido Comunista e o sistema partidário entre 1945 e 1964. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 23-34, 1997.

CARREIRÃO, Yan de Souza; KINZO, Maria D'Alva G. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989/2002). *Revista Dados*, v. 47, n. 1, p. 131-167, 2004.

DAALDER, Hans. The comparative study of european parties and party systems: An Overview; In: ____; MAIR, P. (Ed.). *Western european party systems: continuity and change*. London: Sage, 1983.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1999.

Duverger, Maurice. 1979. *Os partidos políticos*. Zahar Editores. Rio de Janeiro

EASTON, David. Political Science in the United States: past and present. In: *International Political Science Review*, p. 487-492, 1985.

FERES JR., João. Aprendendo com os erros dos outros: o que a história da Ciência Política americana tem para nos contar. *Revista de Sociologia e Política*, n. 15, p. 97-110, 2000.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. O processo legislativo e a produção legal no congresso pós-constituente. *Novos Estudos Cebrap*, v. 38, p. 24-37, 1994.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: aspectos institucionais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 35, 1997.

GUARNIEI, Fernando. A força dos partidos “fracos”. *Revista Dados*. v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011.

HALL, Peter. A.; TAYLOR, Rosemary C. Political Science and the three new institutionalisms. *Political Studies*, n. 44, p. 936-957, 1996.

HIPOLLITO, Lúcia. *De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. El partido cartel. La transformación de los modelos de partidos y de la democracia de partidos. *Zona Abierta*, n. 108/109, p. 9-39, 2004.

KINZO, Maria D’Alva G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 23-40, 2004.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

LACERDA, Alan Daniel Freire. O PT e a unidade partidária como problema. *Revista Dados*, v. 45, n. 1, p. 39-76, 2002.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LESSA, Renato. *Ciência Política: horizontes das Ciências Sociais*. São Paulo: ANPOCS, 2010.

MAINWARING, Scott P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: FGV Editora, 2001.

Conexão Política, Teresina v. 6, n. 2, 11 – 25, jul./dez. 2017

NICOLAU, Jairo. Partidos na República de 1946: velhas teses, novos dados. *Revista Dados*. v. 47, n. 1, p. 85-129, 2004.

NORRIS, Pippa. Towards a more cosmopolitan political science? *European Journal of Political Research*, v. 30, n. 1, p. 17-34, 1997.

OLIVEIRA, Lilian Paula da Costa. *A produção da Ciência Política e da Sociologia no Brasil: uma análise dos artigos publicados nas revistas Dados e RBCS (1997-2009)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

PEREIRA, Carlos; MULLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *Revista Dados*, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003.

OS REMANESCENTES DO PARTIDO LIBERTADOR NO BIPARTIDARISMO: ANÁLISE DO DESEMPENHO ELEITORAL DOS SEUS DEPUTADOS ESTADUAIS NO RIO GRANDE DO SUL

THE REMNANTS OF THE LIBERTADOR PARTY IN BIPARTISANSHIP: AN ANALYSIS OF THE ELECTORAL PERFORMANCE OF THEIR STATE DEPUTIES IN RIO GRANDE DO SUL

Rafael Machado Madeira*

Taiane Bringhenti†

Suliane Cardoso‡

Resumo: A extinção dos partidos pelo Ato Institucional nº 2, em outubro de 1965, impõe uma nova configuração no cenário político nacional. Com isso, são criadas novas legendas: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que vão absorver os remanescentes (não cassados) dos partidos extintos. O presente artigo intenta observar como os remanescentes do Partido Libertador (PL) buscaram inserir-se no período bipartidário, tendo como foco de análise as quatro legislaturas eleitas entre 1966-1978 para deputado estadual no estado do Rio Grande do Sul. Também serão exploradas as raízes históricas e tradicionais do partido, sua fundação e atuação até 1965. Observou-se que os ex-libertadores eleitos e suplentes como deputado estadual no período bipartidário filiaram-se exclusivamente na Arena. Comparando-se os dois períodos aqui examinados, conclui-se também que a extinção do partido e a instauração do bipartidarismo vieram acompanhadas de queda expressiva da presença de lideranças deste partido no legislativo estadual.

Palavras-chave: Bipartidarismo. Ex-libertadores. Assembleia Legislativa. Arena. MDB.

Abstract: The extinction of the multi-party system by the 2nd Institutional Act, in October 1965, imposed a new configuration in Brazil's national political scenery. Two new political parties were created: Aliança Renovadora Nacional (Arena) and Movimento Democrático Brasileiro

* Doutor em ciência política pela UFRGS. Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUCRS e membro do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia (CBPD-PUCRS).

E-mail: rafael.madeira@pucrs.br

† Mestranda pelo PPG de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: taiane.bringhenti@acad.pucrs.br.

‡ Mestranda pelo PPG de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: sulianecardoso@gmail.com.

(MDB), absorbing the remnants (the ones that were not revoked) from the extinct parties. In this article we observe how the remnants of the Libertador Party (PL) sought to reinsert themselves in the bipartisan period, analyzing the four legislatures elected between 1966 – 1978 (State Deputy) in Rio Grande do Sul. This essay also intends to explore the historical and traditional party's roots, as its foundation and acting until 1965. It was observed that the former "libertadores" elected as State Deputies in the bipartisan period, were exclusively affiliated to Arena. Comparing the two periods examined here, we also identify that the extinction of the party and the establishment of a two-party system were accompanied by a significant decrease in the presence of leaders of the Libertador Party in the state legislature.

Keywords: Bipartisanship. Former libertadores. Legislative Assembly. Arena. MDB.

1 Introdução

Um dos principais impactos do regime civil-militar (1964-1985) na estrutura/dinâmica/vida partidária foi a extinção do multipartidarismo vigente no regime democrático anterior e a criação de um novo sistema partidário, composto por apenas dois partidos: Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Tal mudança foi implementada pelo Ato Institucional nº 2, em outubro de 1965¹. Assim como os demais partidos, os remanescentes do Partido Libertador precisaram posicionar-se diante da restrita oferta institucional então vigente: Arena (partido de sustentação do regime), ou MDB (partido de oposição consentida). Na conjuntura em que todas as identidades político-partidárias foram suplantadas pelo autoritarismo, o presente trabalho tem como objetivo analisar como os remanescentes de uma pequena legenda (o Partido Libertador², no RS), buscaram inserir-se nesse novo cenário político, levando em consideração todo o passado conservador e elitista do partido (que o aproximaria da Arena) e, ao mesmo tempo, uma larga defesa doutrinária do parlamentarismo e da descentralização administrativa (que cria tensões crescentes com o novo regime e o aproximaria do MDB).

A fim de observar o comportamento dos ex-libertadores no contexto autoritário, serão analisados os resultados eleitorais das quatro legislaturas para deputado federal e deputado estadual (eleitas em 1966, 1970, 1974 e 1978), no estado do Rio Grande do Sul. Para tanto, foram analisados aqueles que se candidataram aos respectivos cargos e receberam votos suficientes para se eleger ou ficar com a suplência. As eleições e cargos escolhidos para análise são o reflexo da posição e consolidação do extinto Partido Libertador no estado.

O padrão de funcionamento e a relação entre grupos, famílias e/ou máquinas político-partidárias e eleitorais e os partidos criados pelo regime ainda foram muito pouco cobertos pela Ciência Política e pela História. Este trabalho busca colaborar para suprir essa lacuna a partir da análise do desempenho eleitoral dos ex-libertadores sob o guarda-chuva constituído pela Arena e MDB sul-rio-grandenses.

¹ Foi imposto também pelo Ato: eleição indireta para presidente, vice-presidente, intervencionismo federal nos estados, perda dos direitos de estabilidade dos funcionários públicos e direito ao presidente de cassação de mandatos no legislativo.

² Ver mais em Tauffer (2008, p. 32-48).

Quanto mais afastados no tempo e quanto menor a importância dos cargos analisados, mais difícil se tornam o acesso e a coleta de dados confiáveis (HEINZ; CODATO, 2015). Grosso modo, dados para ex-presidentes, ex-ministros, ex-governadores e ex-senadores são acessíveis e encontram-se minimamente sistematizados. Analisar deputados estaduais e federais eleitos nas décadas de 1960 e 1970 constitui-se em empreendimento desafiador. Ferramentas on-line, como os verbetes encontrados no site da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), ajudaram a reconstruir e delinear os caminhos e percalços dos libertadores. Dicionários bibliográficos, biografias e obras diversas sobre a história política do Rio Grande do Sul também foram utilizadas como fonte de pesquisa. Parcela significativa de dados foi também coletada na página da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no Tribunal Regional Eleitoral e no Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense (UFRGS)³.

O artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira seção realizar-se-á um breve apanhado histórico do Partido Libertador, reconstituindo a trajetória do partido em meio a diferentes contextos históricos. Posteriormente será explorado o desempenho eleitoral dos libertadores na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul de 1947 até 1966, onde ocorreram cinco eleições, com a finalidade de observar a atuação dos libertadores até o bipartidarismo. Na seção seguinte será analisado o desempenho eleitoral dos ex-libertadores que alcançaram pelo menos uma suplência a deputado estadual no período bipartidário. Dessa forma, o artigo pretende contribuir para o estudo da composição da Arena no Estado, a partir da análise específica do desempenho eleitoral dos ex-libertadores que continuaram atuando na política durante o período bipartidário.

2 Oposicionista, regional e libertador

Em 1928, na cidade de Bagé, no interior do estado do Rio Grande do Sul, ocorreu a fundação do Partido Libertador. Herdeiro direto de alianças políticas oposicionistas ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), de Borges de Medeiros, o PL surge em torno da liderança política e intelectual de Joaquim Francisco de Assis Brasil e Raul Pilla. Este partido emerge da união entre dissidentes do PRR e remanescentes do antigo Partido Federalista do Rio Grande do Sul (PFR), que lutavam por espaço político no estado (BUENO, 2006).

Em um contexto político bipolarizado, o PL surge como uma oposição ao caráter centralizador e autoritário de Borges de Medeiros, tendo como bandeiras o liberalismo econômico, o parlamentarismo e a instituição do voto secreto dentro de um regime democrático (BRASIL, 1983). Esse partido constituiu-se como porta-voz dos interesses da elite estancieira do estado (linhagens familiares mais antigas, com vínculos históricos com a Monarquia) (TAUFFER, 2008).

As principais doutrinas do partido eram disseminadas pelo jornal *O estado do Rio Grande* (TORRES, 1999), periódico lançado em março de 1928, que se tornou o porta-voz do partido nesse primeiro período de atuação até 1937. O jornal era utilizado pelos libertadores para criticar a oposição, colocar seus posicionamentos e compromissos com a ideologia “libertadora”

³ Agradecemos à colega Maria Izabel Noll e ao colega Manoel Passos, respectivamente coordenadora e responsável técnico, por disponibilizar o acervo do núcleo.

e comentar a respeito da política nacional e local. Foi um dos últimos jornais político-partidários de grande destaque no estado.

Desde sua fundação em 1928 até 1937 o Partido Libertador atuou a nível estadual⁴, tendo uma média de 30 a 50 mil votos no estado. Esse número é bastante expressivo, uma vez que o PL não tinha acesso direto à máquina do estado. Em 1945, com a abertura política, ocorre a refundação do Partido Libertador, que agora se lança a nível nacional a partir dos esforços e atuação política de Raul Pilla⁵. Sua influência é notada para além dos limites do estado, como coloca Mem de Sá (1973, p. 132) em pronunciamento sobre a projeção nacional do partido⁶: “A partir de 1945, por força da lei, o Partido Libertador era, fora do Rio Grande, mais conhecido como Partido de Raul Pilla do que propriamente pelo nome”. Pilla era um grande nome dentro do partido. Depois de Assis Brasil, era ele quem tinha maior projeção e articulação entre os libertadores, juntamente com Antunes Maciel Junior⁷ e o próprio Mem de Sá.

Com essa refundação, o partido estruturou-se da seguinte maneira: Raul Pilla como presidente, Orlando da Cunha Carlos e Décio Martins Costa como 1º e 2º vice-presidente e Mem de Sá como secretário-geral⁸. Com o falecimento de Assis Brasil, em 1938, a atuação do partido ficará circunscrita em torno desses nomes, como também de Francisco Solano Borges e Paulo Brossard de Souza Pinto, projetando-se nos estados de Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Rio de Janeiro e Pará.

Mesmo com a sua inscrição como partido nacional, o PL não consegue ter o mesmo desempenho obtido no Rio Grande do Sul. Conforme dados das eleições de 1945, dos 51.324 votos que o partido obteve somente 6.017 eram de outros estados. Visto que a maioria dos inscritos ainda era do RS, somente em 1950 o partido terá membros de fora do Rio Grande do Sul figurando no diretório nacional, o que põe em evidência a principal característica do partido: ser um partido regional (CORTÉS, 2007).

Esse segundo período de atuação do partido foi marcado pela defesa mais enfática do parlamentarismo. Os libertadores acreditavam no sistema parlamentar e na defesa de uma economia que favorecesse a agricultura e pecuária. No RS, o PL mantém-se no bloco conservador (TRINDADE; NOLL, 1991), então capitaneado pelo Partido Social Democrático (PSD) e disputando espaço com demais “sócios minoritários” desse bloco: UDN, PRP e PDC. Como Brum (2013, p. 31-32) salienta,

O Partido Libertador, além de ter o apoio dessa elite tradicional, angariou votos de Grupos liberais-conservadores, que, em âmbito nacional, apoiavam a UDN. A vantagem que o PL tinha sobre o partido udenista está diretamente ligada à sua tradição na política gaúcha, que vinha desde a

⁴ Em 1937, Vargas estabelece a ditadura do Estado Novo, impondo o autoritarismo ao cenário político nacional. Os partidos foram extintos, sendo os estados governados por interventores nomeados (PESAVENTO, 1992).

⁵ Raul Pilla foi uma das principais referências intelectuais e uma das principais lideranças políticas do partido, tendo atuado em várias frentes para elevar a sigla a nível nacional, convocando reuniões e recolhendo assinaturas pelos estados onde tinha maior influência.

⁶ Em seu livro “A politização do Rio Grande”, Sá aponta as principais figuras do partido e a importância da imagem delas para seus membros. Figurando entre eles estão Raul Pilla e Assis Brasil.

⁷ Ver mais sobre Antunes Maciel no site do CPDOC da FGV, no verbete Francisco Antunes Maciel Junior (2017).

⁸ Dados do Tribunal Regional Eleitoral.

Primeira República. Essa tradição foi explorada pelos libertadores que buscaram na história do partido a legitimação da defesa das liberdades e da democracia.

Ou seja, o PL era portador de personagens políticos importantes e de uma base eleitoral já constituída que o diferenciava da UDN, que durante este período (1945-1965) teve moderada projeção no estado, sendo a 4ª força política dentro da Assembleia Legislativa e elegendo uma média de 4 a 6 deputados, logo atrás dos libertadores.

3 Desempenho eleitoral na Assembleia Legislativa (1945-1965)

De 1945 até 1965 os libertadores tiveram uma crescente soma de votos nas eleições para deputado estadual, saltando de 54 mil para 125 mil e garantindo uma estabilidade eleitoral em comparação com soma total de votos. Até a sua extinção, o partido conquistou de cinco a sete cadeiras na Assembleia Legislativa, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Libertadores eleitos de 1947 a 1963 para deputado estadual

Legislaturas	1ª Legislatura (1947)	2ª Legislatura (1951)	3ª Legislatura (1955)	4ª Legislatura (1959)	5ª Legislatura (1963)
Relação Deputado e total de votos obtidos	Antônio Maria	Heitor Galant	Amadeu Weimann	Cândido Norberto	Dario Beltrão
	Votos: 2.221	Votos: 3.401	Votos: 4.132	Votos: 12.631	Votos: 5.798
	Brito Velho	Hélio de Oliveira	Solano	Solano	Solano
	Votos: 2.809	Votos: 2.497	Borges Votos: 5.446	Borges Votos: 8.739	Borges Votos: 7.715
	Edgar Schneider	Mario Beck	Heitor Galant	Getúlio Marcantônio	Getúlio Marcantônio
	Votos: 4.239	Votos: 2.623	Votos: 4.290	Votos: 5.760	Votos: 7.710
	Henrique Fonseca	Mem de Sá	Henrique Fonseca	Gudben Castanheira	Gudben Castanheira
	Votos: 2.455	Votos: 3.795	Votos: 6.443	Votos: 5.661	Votos: 8.412
	Mem de Sá	Norberto Schmitz	Manoel	Heitor Galant	Honório Severo Votos:
	Votos: 2.552	Votos: 2.611	Gastal Votos: 6.612	Votos: 6.068	6.429
	-	Solano	Norberto	Manoel	Paulo
	-	Borges Votos: 2.877	Schmitz Votos: 4.515	Gastal Votos: 5786	Brossard Votos: 12.507
	-	-	Paulo	Paulo	-
	-	-	Brossard Votos: 4.666	Brossard Votos: 7.419	-

Fonte: Site do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (2017) e AS ELEIÇÕES... (1994).

Nesse período, o partido caracterizou-se por ser a 3ª maior força política na Assembleia Legislativa, logo atrás do PTB, com média de 20 a 25 cadeiras, e do PSD, de 15 a 18 cadeiras,

ocupando, inclusive, no período de 1956 a 1957 a presidência da casa com Manoel Braga Gastal, consagrado radialista e advogado natural da cidade de Santa Maria.

Tabela 1 - Total de votos obtidos pelo partido entre 1947-1963

Legislaturas	1947	1951	1955	1959	1963
Total de Votos	54.832	70.343	107.209	145.441	25.614
Total em (%)	9,86	9,77	12,79	11,97	9,27

Fonte: Site do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (2017) e AS ELEIÇÕES... (1994).

A porcentagem de voto é regular e se mantém de maneira crescente até 1959, caindo em 2,7% no último ano, como apresentado Tabela 1. Essa perda de votos se dá na eleição de 62, que não contou com Heitor Galant e Cândido Norberto. Heitor Galant deixa o cenário legislativo, assumindo mais tarde a Caixa Econômica Federal de 1966 a 1970. E Cândido Norberto não volta a se reeleger pelo Partido Libertador, mas continuou na Assembleia Legislativa, sendo eleito pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Francisco Solano Borges foi a liderança que mais vezes conquistou o cargo pelo PL, tendo exercido quatro mandatos. Foi seguido por Paulo Brossard de Souza Pinto, com três mandatos. Esses dois nomes serão importantes na transição para o período autoritário de 1965, pois tiveram longas trajetórias e ocuparam posições de destaque no quadro político bipartidário, como se verá mais à frente.

Essa estabilidade não garantiu aos libertadores um maior acesso a cargos importantes do governo como secretarias estaduais e conselhos. Somente em 1955, no governo de Ildo Meneguetti, o libertador Henrique Fonseca Araújo foi nomeado procurador do estado. Isso se explica pelo apoio do PL à candidatura de Meneguetti (PSD). Mais tarde, em 1962, são retomadas as alianças para eleição de Ildo Meneguetti a governador do estado, na Ação democrática popular (ADP), que reunia os partidos de oposição ao PTB de Brizola e foi formada por PSD, UDN, PL, Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Democrata Cristão (PDC). Em relação a essas alianças, destaca Tauffer (2008, p. 112).

O Partido Libertador manteve, nos diversos processos eleitorais, uma coerência político-ideológica muito grande com relação às coligações partidárias, pois sempre se coligou com partidos de orientação liberal, anticomunista, antifascista e antipetebista.

Como colocado pelo autor, ficando sempre ao lado de partidos de ordem conservadora e se colocando na defesa dos interesses da elite agrária, o Partido Libertador transitava entre seu caráter liberal e conservador. Posição essa que será mantida na medida em que os remanescentes do PL decidem, em sua maioria, filiar-se ao partido do regime, posicionamento que será apresentado na seção seguinte deste artigo.

3.1 Quadro político bipartidário no estado do RS

Com o Ato Institucional nº 2 (AI2), em outubro de 1965, foi decretado o fim do pluripartidarismo. Os militares enxergavam essa medida necessária para evitar o fortalecimento

político de uma oposição, desarticulando a possibilidade de manutenção da aliança PTB-PSD para eleições majoritárias⁹. Uma vez que organizava o cenário político em dois polos, colocando de um lado a oposição e de outro a base de apoio ao governo militar (GRINBERG, 2009; KRIEGER, 1976). Sobre a escolha da cúpula do governo pelo bipartidarismo, Maria D'Alva Gil Kinzo (1980, p. 219) pontua:

Criar um quadro partidário cujo divisor de águas fosse o apoio ou não ao governo. Tratava-se de aglutinar num só partido todos os parlamentares e correntes políticas que apoiavam o regime implantado [...] deixando do lado de fora, para a constituição de um partido de oposição, as forças políticas residuais.

O quadro político no Rio Grande do Sul foi palco de grandes disputas que ganharam diferentes formas e aos poucos foram delineando a história política rio-grandense. Pesquisadores como Flach (2005), Cortés (2007) e Chaves (2012) salientam o caráter polarizado do estado, que vem desde alianças políticas de 1962, dividindo o cenário político entre os petebistas e os antipetebistas. Dentro dessa perspectiva, temos de um lado os petebistas de Leonel Brizola e, de outro, a ADP¹⁰.

Em artigo sobre a formação da Arena no estado do Rio Grande do Sul, Ângela Flach (2005) aponta que essa medida do governo civil-militar teve apoio do então governador do estado Ildo Meneguetti e de seus aliados, que, mesmo não sendo a favor da perda de sua sigla partidária, não deixam de apoiar a medida autoritária, como afirmam em notas publicadas em jornais¹¹ de grande circulação no período.

Com o Ato Institucional nº 2 essas alianças políticas polarizadas facilitaram a migração para o sistema bipartidário no estado do Rio Grande do Sul (TRINDADE; NOLL, 1991), onde de um lado temos o MDB, composto majoritariamente pelos petebistas e alguns nomes do MRT, e do outro a Arena, composta pelos dissidentes da antiga ADP.

Chaves (2012), em estudo sobre a trajetória dos políticos que compuseram a base Arenista na Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul, salienta que o fato da Arena ter sido composta por alianças políticas anteriores ao bipartidarismo não fez com que disputas internas deixassem de ocorrer. Conflitos em torno de indicações a cargos de presidente do diretório regional, presidente da Assembleia e indicações de candidatos a disputas eleitorais eram comuns e resolvidos depois de muita agitação interna. Sobre essas disputas, Flach (2005, p. 3) ressalta:

A utilização do mecanismo de formação de sublegendas foi o meio encontrado pelo governo para apaziguar essas disputas, uma vez que tal

⁹ Embora não ocorresse no RS, a aliança PTB-PSD caracterizava as eleições presidenciais, e para governador em vários estados da federação. Em pleno regime autoritário, por exemplo, os candidatos apoiados por essa aliança venceram os partidos apoiadores do golpe nos estados de Minas Gerais e Guanabara.

¹⁰ A Ação Democrática Popular foi formada em 1961 a nível nacional como resposta à “ofensiva comunista” na política. Em 1962 ela se estabeleceu em diferentes assembleias pelo país, dentre eles Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais e São Paulo. Na Câmara dos Deputados, chegou a contar, segundo verbete temático do CPDOC, com 115 membros, dentre eles o libertador Raul Pilla e alguns nomes inclusive do PTB, como José de Souza Nobre. Adotaram a ideia de “anticomunistas sempre, reacionários nunca” para atacar setores que apoiavam João Goulart.

¹¹ Circulação do periódico *Diário de Notícias*.

mecanismo possibilitava que diferentes grupos, atuantes no mesmo partido, concorressem ao mesmo cargo nas disputas eleitorais.

O governo militar, como forma de possibilitar a convivência de diferentes grupos no mesmo partido, criou a sublegenda¹², através do Ato Complementar nº 26, em 29 de novembro de 1966, que possibilitou que mais de um candidato de um mesmo partido concorresse a eleições diretas nas disputas majoritárias. Isso viabilizou o convívio em uma mesma região de diferentes lideranças que apoiavam o governo autoritário, mas que se constituíram historicamente como rivais eleitorais irreconciliáveis, principalmente no âmbito local e regional. Tal estratégia funcionou como válvula de escape, dado que, ao direcionar a resolução das disputas internas para o voto, o regime não teve que arcar com o ônus de ser obrigado a privilegiar determinados grupos políticos em detrimento dos demais (MADEIRA, 2016).

No contexto de migrações, cassações e reconfiguração do cenário político institucional, o Partido Libertador, assim como os demais partidos, tinha a penosa decisão de escolher para que lado seguir: de um lado, a Arena, representando apoio ao autoritarismo e o risco de centralização do poder, tão combatidos pelo partido desde a sua fundação em 1928. Este conflito fez com que muitos libertadores abandonassem a vida pública¹³ por não se ajustarem a um sistema ditatorial e não aceitarem o fim do seu partido; do outro lado, tem-se o MDB, que abrigou todo o corpo político do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao qual o PL se fez opositor nos seus últimos anos de existência. Aceitar fazer parte de uma oposição ao regime significava entrar em um campo totalmente dominado por lideranças remanescentes do trabalhismo, que certamente não teriam os mesmos interesses da elite ao qual o PL representava. Existiam, então, três possibilidades: sair do cenário político, fazer parte da base de um governo autoritário ou fazer oposição ao lado dos antigos “inimigos” petebistas.

Com a delimitação do artigo, em analisar o cargo de deputado estadual, algumas das principais lideranças ficaram de fora da análise, como o caso de Paulo Brossard de Souza Pinto ex-libertador que aderiu ao MDB¹⁴. Foi o único dentre as maiores lideranças libertadoras que se filiou ao partido de oposição ao regime.

Outra liderança importante do partido que ficou de fora da análise é Mem de Sá, que teve uma longa trajetória política no período autoritário pela Arena. Sendo nomeado pelo presidente militar Humberto de Alencar Castelo Branco ao Ministério da Justiça, em 1966, no final do mesmo ano assume cargo no Senado, ficando até o final da legislatura, em 1971. Em abril de 1971, o presidente Emílio Garrastazu Médici nomeou Sá a ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), onde permaneceu até se aposentar, em 1973. Veio a falecer em março de 1989¹⁵. Aqueles que não seguiram para Arena ou MDB decidiram retirar-se da política, assim como o líder libertador Raul Pilla, que continuava fiel à ideia libertadora de democracia, creditando ao regime autoritário o sufocamento democrático.

¹²O mecanismo de sublegenda perdurou até 1984, sendo utilizado pela última vez nas eleições diretas em 1982.

¹³Ver mais em Cortés (2007).

¹⁴O episódio da cassação de mandatos dos emedebistas que defendiam o nome de Cirne Lima, apoiado por Brossard, foi decisivo para o político escolher filiar-se ao MDB.

¹⁵Cf. verbete Mem de Sá, no site do CPDOC (2017).

3.2 Ex-libertadores na Arena

Durante o período bipartidário, sucederam-se quatro eleições para deputado estadual no Rio Grande do Sul. Dessas quatro, a legislatura de 1979/1983 já marca o processo de redemocratização, em que temos o retorno do pluripartidarismo ao cenário político nacional. O Partido Libertador não voltou à atuação. Com a redemocratização, seus remanescentes se mesclam em diferentes legendas.

A Tabela 2 demonstra a presença dos ex-libertadores na Assembleia Legislativa, no estado do Rio Grande do Sul, pela Arena. Com políticos que vinham de longa trajetória no Partido Libertador, no cargo de deputado estadual, desde 1952, como o caso de Francisco Solano Borges, visto no Quadro 1.

Tabela 2 - Desempenho eleitoral dos ex-libertadores (1966-1978) pela Arena

Legislaturas	42 ^o Legislatura (1966)	43 ^o Legislatura (1970)	44 ^o Legislatura (1974)	45 ^o Legislatura (1978)
	Solano Borges (25.654)	Solano Borges (25.541)	Lóris Realli (18.520)	Lóris Realli (18.959)
	Getúlio	Getúlio	-	-
	Marcantônio (19.860)	Marcantônio (27.304)		
	Octavio Cardoso (11.521)	Lóris Reali*	-	-
	Say Marques* (1.963)	-	-	-
	Hélio de Oliveira* (4.475)	-	-	-
	Lóris Reali* (6.308)	-	-	-
	Dario Beltrão* (5.555)	-	-	-
	Eduardo Pinto* (6.357)	-	-	-

Fonte: Site do Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul (2017) e AS ELEIÇÕES... (1994).

Na 42^a Legislatura, aparecem oito remanescentes do PL, sendo três eleitos e cinco suplentes. Dos eleitos, Francisco Solano Borges, Getúlio Marcoantonio e Octávio Omar Cardoso eram deputados estaduais pelo PL até 1965 e tiveram êxito em se reeleger pela Arena. Em comparação com o desempenho dos ex-libertadores nas legislaturas apresentadas na Tabela 2, ocorre uma redução significativa no número de eleitos e suplentes. Na 44^a e 45^a Legislatura (1974 e 1978) somente um ex-libertador é eleito, Lóris Antônio Pasquali Realli, com reduzido número de votos, em comparação com os eleitos nas legislaturas anteriores (1966-1970).

Após a análise dos dados em seu conjunto, passa-se agora ao exame da trajetória de cada remanescente do Partido Libertador eleito deputado estadual e suplente pela Arena. Otávio Omar Cardozo, filiado ao PL desde 1949, vinha atuando como vereador desde 1950, elegeu-se pela Arena em 1967 como deputado estadual, permanecendo somente por um mandato, sendo

vice-líder da bancada no período de 1969 até 1970. Cardozo não disputou novamente o cargo, mas continuou figurando no cenário político. Atuou como vice-presidente do diretório da Arena no estado por duas oportunidades, a primeira em 1971 e depois em 1976, em que permaneceu até 1978. Foi eleito suplente de senador pela Arena, assumindo o mandato no mesmo ano. Embora não tenha ocupado outro cargo eletivo, permaneceu filiado ao Partido Democrático Social (PDS) após a extinção do bipartidarismo¹⁶.

Francisco Solano Borges foi o primeiro presidente do diretório regional da Arena, com dois mandatos cumpridos pelo partido, afastou-se durante alguns meses para assumir a Secretaria do Interior e Justiça em 1967 e, no período de 1971 à 1973, presidiu a Assembleia Legislativa. Após 1975 não voltou ao cargo de deputado estadual, entretanto continuou a atuar na política ocupando os cargos de vice-presidente e presidente do Tribunal de Contas do Estado do RS entre 1974 e 1983, tendo se aposentado em 1983. Solano Borges acumulou experiências legislativas desde 1951, o que configura também uma das características da Arena no estado, que era composta em sua maioria por deputados com longas carreiras e grande estabilidade política.

Getúlio Marcoantonio atuava desde 1959 como deputado estadual pelo Partido Libertador e, ao migrar para a Arena, continuou por mais dois mandatos. Em 1975 não voltou a figurar no cenário político como deputado estadual, mas permaneceu atuando como secretário de agricultura do estado de 1975 até 1977 e presidente da Federacit (Federação dos Clubes de Integração e Trocas de Experiência). Depois disso se dedicou à escrita e à criação de búfalo.

Lóris Antônio Pasquali Reali, natural do município de Bento Gonçalves, foi professor de uma escola agrotécnica e também funcionário público federal da antiga Estação de Enologia do Ministério da Cultura (SULZBACH, 2012). No que tange a sua trajetória política, Reali foi vereador municipal pelo Partido Libertador, deputado estadual pela Arena, no período bipartidário¹⁷ e, com a redemocratização, filia-se ao PDS e elege-se deputado estadual em 1983 na 46^a Legislatura. Em 1986, concorreu novamente ao cargo de deputado estadual, pelo mesmo partido, não sendo eleito. Atuou como Secretário de Minas e Energia do estado do Rio Grande do Sul e, em 1980, recebeu o Prêmio Springer.

Say Rodrigues Marques foi jornalista e editor chefe do jornal Diário de Notícias e, posteriormente, vereador (1963). Tornou-se figura importante da cidade de Porto Alegre e, dentre seus feitos, é lembrado por ser um dos idealizadores da Feira do Livro da cidade. Pela Arena, tentou o cargo de deputado estadual, ficando com a suplência.

O economista e escritor Hélio Alves de Oliveira foi prefeito do município de Montenegro por duas vezes, em 1955-1959 e 1963-1966¹⁸, e deputado estadual pelo PL na legislatura de 1950, mas por motivos desconhecidos, em 21 de março de 1954, renuncia ao mandato parlamentar. Volta a concorrer a cargo de deputado estadual em 1966, não alcançando o coeficiente eleitoral necessário para sua eleição, ficando com a suplência.

¹⁶Ver mais em: verbete CPDOC CARDOSO, Otávio. Acesso em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/otavio-omar-cardoso>.

¹⁷Durante a filiação de Lóris Antônio Pasquali Reali na Arena, o político teve um pedido de impugnação de sua candidatura como deputado estadual por motivos de ter sido autor de agressão e lesões corporais graves em anos anteriores. O pedido de impugnação foi negado (Boletim Eleitoral - TRE, 1979).

¹⁸Ver mais em: Biografia e livros de Hélio Alves de Oliveira (2017).

Apesar de alguns dos suplentes terem tido maior atuação na Arena do que outros, todos eles possuem informações bibliográficas escassas, não sendo possível, dessa forma, reconstruir de forma precisa a atuação política dos atores no período bipartidário. O que se pode afirmar é que, se comparados os períodos de 1945-1965 e 1966-1979, os dados demonstram uma significativa queda no desempenho eleitoral dos libertadores, que ao longo do primeiro período tiveram êxito em manter em torno de seis cadeiras e que não se manteve durante o bipartidarismo (apenas três cadeiras em 1966, duas em 1970 e uma em 74 e 78). Entretanto, os ex-libertadores que migraram para a Arena e se elegeram deputado estadual continuaram consolidando suas trajetórias e a figurando no cenário político para além do período bipartidário, mostrando que a experiência no Partido Libertador pôde servir de base para a permanência dos seus remanescentes na esfera pública. Mesmo o partido não retornando em 1979 com a abertura democrática, seus remanescentes seguiram atuando “em novas garrafas” (MADEIRA, 2006).

Mesmo sendo uma migração contraditória no sentido ideológico (mas condizente com a situação polarizada do estado), os libertadores que continuaram conseguiram permanecer e se estabelecer no campo político arenista, seja como deputado estadual, líder de partido, secretário de Estado ou membro do Tribunal de Contas, deixando em evidência que a experiência no período autoritário permitiu a manutenção das carreiras políticas das principais lideranças remanescentes do partido, dado que os mesmos tiveram êxito em permanecer atuantes e a figurar no cenário político para além do regime autoritário.

4 Considerações finais

Com a extinção dos antigos partidos, o Partido Libertador deixa de existir, e mesmo depois da redemocratização, em 1979, ele não volta a figurar no cenário político. Muitos de seus fiéis partidários deixam a vida política e outros buscam inserir-se em novos partidos e novas alianças políticas, deixando para a história o legado libertador. Dentro disso, o artigo buscou explorar o caminho percorrido por uma parcela de ex-libertadores no contexto bipartidário.

A migração dos remanescentes do Partido Libertador com o bipartidarismo deixa evidenciado o posicionamento conservador e elitista que foram marcas dos libertadores ao longo da história do PL. A escolha em continuar no cenário político em um período em que a democracia fora suplantada pelo autoritarismo, já contradizia bandeiras históricas do partido, deixando em evidência que o fator que mais pesou na escolha por permanecer no cenário político foi a necessidade de ajustar-se às novas propostas políticas.

Também identificamos que nenhum ex-libertador se elegeu deputado estadual ou suplente pelo MDB. Filiando-se ao MDB, os libertadores teriam de conviver e dividir o espaço com os ex-petebistas, que, antes de tudo, eram a principal força política no estado. Os libertadores seriam “estranhos no ninho” dentro de um MDB formado majoritariamente por ex-petebistas. Mas se ampliarmos a análise, como colocado anteriormente, o único ex-libertador encontrado no MDB em posição de liderança central foi Paulo Brossard de Souza Pinto, eleito primeiro presidente nacional do partido, deputado federal e senador em 1974. Brossard constitui uma longa trajetória dentro do partido, permanecendo na política para além do bipartidarismo.

Com os dados trazidos pelo artigo, também podemos observar que os ex-libertadores se caracterizavam por longas trajetórias políticas, ocupando distintos postos eletivos e não eletivos em diferentes momentos na história nacional, ou seja, a mudança do cenário político imposto pelo Ato Institucional nº 2 reduziu o número de ex-libertadores, mas aqueles que continuaram, consolidaram suas carreiras e continuaram articulando-se no cenário político.

Fazendo uma comparação entre os Quadro 1 e 2, verificam-se diversos nomes que deixaram de figurar nas disputas a deputado estadual que não conseguiram se reeleger ou que não se adequaram ao novo modelo político, imposto em 1965. Isso também pode ser entendido pela grande diversidade e competição que a legenda Arena comportava. Sendo até 1965 a terceira maior força política no estado os remanescentes do Partido Libertador dentro da Arena teriam de competir com a segunda maior força política, o PSD, que acabou por monopolizar a maioria dos votos e das disputas dentro do novo partido, podendo também explicar o desaparecimento dos ex-libertadores nas bancadas estaduais eleitas pela Arena.

Referências

AS ELEIÇÕES no Rio Grande. Porto Alegre: Síntese, 1994.

ASSIS BRASIL, Joaquim Francisco de Assis. *Democracia Representativa: do voto ao modo de votar*. Rio de Janeiro: GUILLARD, AILLJ\UD, 1983.

BIOGRAFIA e Livros de Hélio Alves de Oliveira. Disponível em: <<http://bibliotecapublicademontenegro.blogspot.com.br/2010/05/livros-de-helio-alves-de-oliveira.html>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no RS*. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

BRAGA, Diego Garcia. O regime civil-militar em Alegrete (RS): partidos e sublegendas durante a eleição municipal de 1976. *Revista latino-americana de História Uníssimos*, Novo Hamburgo, 6 out. de 2015, p. 207-227.

BRUN, Eduardo. *O liberalismo do partido libertador no contexto de radicalização política de 1963*. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2013.

BUENO, Antônio Avelange Padilha. *Raul Pilla: aspectos de uma biografia política*. Dissertação (Mestrado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2006.

CANEPÁ, Mercedes Maria Loureiro. *Partidos e representação política: a articulação dos níveis estaduais e nacional no Rio Grande do Sul (1964-1964)*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.

CHAVES, Eduardo dos Santos. Um partido de “revolucionários”: elementos sobre a trajetória dos políticos gaúchos da ARENA. *Anais do XIV Encontro Estadual de História - Tempo, memórias e expectativas*. Florianópolis, SC: UDESC, 2012.

Conexão Política, Teresina v. 6, n. 2, 27 – 40, jul./dez. 2017

CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha 1930-1964*. Tradução de Amy Cadwell de Farias. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

FRANCISCO ANTUNES MACIEL JUNIOR. In: CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-antunes-maciel-junior>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

FLACH, Ângela. A formação da ARENA no Rio Grande do Sul. *Anais da ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História*. Londrina, 2005.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena) 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

HEIZ, Flavio (Org.) *O parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados 1947-1982*. Porto Alegre: CORAG, 2005.

KINZO, Maria D'Alva Gil. Novos partidos: o início do debate. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). *Eleições e mudança política no Brasil (1970-1979)*. São Paulo: Vozes, Cebrap, 1980.

MADEIRA, Rafael Machado. Integração vertical e estabilidade de carreiras políticas: uma análise da trajetória política dos deputados federais da Arena gaúcha. *Revista Política e Sociedade*, nº 10, abr. 2007.

MEMORIAL DO LEGISLATIVO DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www2.al.rs.gov.br/memorial/P%C3%A1ginaInicial/tabid/3454/Default.aspx>>. Acesso em: 05 nov. 2017.

MIGUEL, Luís Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição ao congresso brasileiro. *Revista Sociologia Política Curitiba*, v. 20, p. 115-134, jun. 2003.

NOLL, Maria Izabel. TRINDADE, Hélió. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul 1983-2002*. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

OLIVEIRA, Augusto Neftali Corte. *O sistema partidário do Rio Grande do Sul de 1835 a 2014*. VIII encontro de economia gaúcha. Porto Alegre: FEE; PUCRS, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

PIZZOL, Elis Viviana Dal. *Os nomes das escolas de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

SÁ, Mem de. *A politização do Rio Grande*. Porto Alegre: Tabajara, 1973.

SA, MEM DE. In: CPDOC/FGV. Rio de Janeiro – RJ. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/sa-mem-de>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

SULZBACH, Aline de Fraga. Feira do livro de Porto Alegre: como espaço de incentivo à leitura na construção da cidadania infantil. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia). Faculdade de Biblioteconomia e Educação, UFRGS. Porto Alegre, 2012.

TAUFFER, Paulo Roberto. *Partido Libertador: formação e atuação política*. Dissertação (Mestrado em História). Unissinos, São Leopoldo, 2008.

TORRES, Andréa S. *Imprensa, política e cidadania*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Boletim Eleitoral. Brasília, 1979.

O CONFLITO COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA: GRANDES MOBILIZAÇÕES E REALINHAMENTO PARTIDÁRIO

CONFLICT AS A POLITICAL STRATEGY: POLITICAL MOBILIZATIONS AND PARTY REALIGNMENTS

Vitor Vasquez*

Resumo: Neste artigo foram analisadas três grandes mobilizações políticas no Brasil (o *Diretas Já*, o *Fora Collor* e as manifestações de junho de 2013) e o realinhamento partidário estabelecido após cada uma delas. Para tanto, tomei como referencial analítico a proposta de conflito político desenvolvida por Schattschneider (1975), explorando as ideias de expansão, contágio e consequências do conflito. A partir disso, procurei identificar as condições que possibilitaram o surgimento dessas mobilizações, bem como o desenrolar desses fenômenos e seus impactos no sistema político partidário. Argumento que, tanto nas *Diretas Já* quanto no caso Collor, o posicionamento das forças no conflito é mais claro, o que facilita a identificação dos fatores de expansão e contágio. Porém, no que diz respeito às jornadas de junho de 2013, a identificação das forças é menos elementar. Isso não impede, contudo, que se identifique, pelo menos por ora, o maior derrotado no realinhamento de força causado nesta última mobilização, qual seja, o PT.

Palavras-chave: Conflito político. Schattschneider. Mobilização política, sistema político, sistema partidário.

Abstract: In this article, I analyzed three political mobilizations in Brazil (*Diretas Já*; *Fora Collor*; and the protests occurred in June, 2013) and the party system realignment established after each one of them. To do so, I took as an analytical reference the proposal of political conflict developed by Schattschneider (1975), exploring the ideas of expansion, contagion, and consequences of the conflict. From this, I tried to identify the conditions that allowed the emergence of these mobilizations, as well as the process of these phenomena and their impacts on the party system. I argument that both in *Diretas Já* and in the Collor case the positioning of the forces in the conflict is clearer, which facilitates in the identification of the factors of expansion and contagion. However, regarding the June 2013 days, the identification of forces is less elementary. However, this does not prevent the identification, at least for the moment, of the greatest defeat in the realignment of force caused in this last mobilization, the PT.

Keywords: Political conflict. Schattschneider. Political mobilization. Political system. Party system.

* Doutorando em Ciência Política (DCP/IFCH/Unicamp). Bolsista Fapesp (projeto nº 2016/10421-1). Membro do Grupo de Estudos Legislativos da Unicamp e do Grupo de Estudos em Políticas Brasileiras associado ao Centro de Estudos de Opinião Pública (Polbras/CESOP – Unicamp). E-mail: vitor.vasquez@gmail.com

1 Introdução

Manifestações políticas de grandes proporções desafiam a ordem do sistema político estabelecido e, por vezes, rearranjam o equilíbrio de forças de seus principais atores. Nessas mobilizações, o debate extrapola as vias institucionais mais clássicas, como a partidária, passando a abranger diretamente o público. Tais fenômenos conformam um rico campo de investigação à Ciência Política, pois são eventos complexos que produzem consequências marcantes para a população e para o sistema político envolvido nesses conflitos. Isso faz dessas grandes mobilizações objeto das mais diferentes análises dentro da disciplina, sendo abordado por variadas vertentes, cada qual partindo de seu referencial analítico. O pesquisador, ao estabelecer seu referencial, orienta também a conformação de sua unidade analítica. Consequentemente, define para qual objeto olhará ao investigar um determinado fenômeno. Schattschneider (1975) assume, como sua referência investigativa, o conflito político. Por adotar a estratégia do conflito como unidade de análise, sua perspectiva se apresenta especialmente adequada para se analisar grandes mobilizações políticas.

Partindo desse referencial, o objetivo deste artigo foi analisar três grandes mobilizações ocorridas no Brasil: *Diretas Já* (1984); *Fora Collor* (1992) e as manifestações de junho de 2013, tomando-as como conflitos políticos. Além disso, busquei identificar de forma exploratória e descritiva o realinhamento político-partidário que ocorreu após esses eventos. Para tanto, dois pressupostos foram guias deste trabalho: um dos elementos centrais da política é a propensão à propagação do conflito;¹ e o envolvimento do público – audiência – na disputa determina o grau de impacto e os resultados desse conflito (SCHATTSCHEIDER, 1975).² Segundo Schattschneider (1975), não é qualquer conflito que consegue se expandir a ponto de abranger grande parte da audiência. Os conflitos que conseguem essa proporção se sobrepõem às demais disputas presentes no sistema político institucional e, portanto, têm potencial para gerar um realinhamento das forças políticas do sistema. Nesse sentido, as três mobilizações supracitadas podem ser incluídas nesse modelo abstrato de conflito por conta de suas proporções e dos impactos que desencadearam.

Para que assumam tal proporção, um conflito deve contagiar a audiência de tal forma que se expanda por ela. Isso só é possível quando o conflito abrange as demandas mais relevantes dessa audiência. Os impactos de um conflito desse porte são fortes e, por vezes, imprevisíveis (SCHATTSCHEIDER, 1975). Por isso, a estratégia política de fazer com que um conflito desses se estabeleça no sistema é normalmente utilizada em última instância e, prioritariamente, pelo lado mais fraco dentro do equilíbrio de forças institucionais. Desse modo, as mobilizações foram analisadas buscando compreender quais condições levaram o lado mais fraco a adotar tal estratégia; como ocorreu o contágio e a expansão do conflito; e qual o resultado, em termos de alinhamento de forças partidárias, que o conflito causou.

No que diz respeito às mobilizações pelas eleições diretas, defendendo que os opositoristas à ditadura conseguiram colocar a eleição direta para presidente como o principal conflito do

¹ “At the root of all politics is the universal language of conflict” (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 2).

² “The audience determines the outcome of the fight” (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 2).

sistema político naquele momento. Isso ocorreu em um contexto difícil para o governo autoritário, inclusive do ponto de vista partidário. O conflito se expandiu e abrangeu diferentes atores políticos que vislumbraram uma oportunidade de se apresentar ao sistema político enquanto protagonista viável. O resultado foi um novo alinhamento de força que favoreceu as principais lideranças do movimento *Diretas Já*, que se constituíram como principais agentes políticos do período de redemocratização.

Em relação ao *Fora Collor*, o conflito, colocado no cerne do sistema político, dividiu os atores que se posicionavam contra e a favor do então presidente. A oportunidade para que esse conflito assumisse o protagonismo veio com uma série de fracassos do governo e teve seu auge no deflagrar de um escândalo de corrupção. Novamente, seu poder de expansão foi amplo, sendo que dessa vez até estudantes foram sistematicamente abrangidos pelo conflito – os Caras Pintadas. O resultado ratificou as principais lideranças das mobilizações como principais forças políticas do sistema brasileiro – incluindo novos atores e consolidando outros mais experientes.

Já as manifestações de junho de 2013 conformam um conflito menos transparente, até pela proximidade dos acontecimentos. As condições de sua inserção no sistema político não são claras, pois nascem de protestos menores contra o aumento de passagem. Porém, conforme ganhou maiores proporções, colocou em xeque a classe política como um todo. Nessa dinâmica, esse conflito se sobrepôs aos demais e abalou as estruturas do atual sistema político. A polêmica cassação da presidente Dilma e o forte abalo sofrido pelo seu partido (PT), demonstrado pelos resultados eleitorais das disputas locais de 2016, estão entre seus efeitos. Mas o conflito parece ainda vivo e com capacidade para transformar ainda mais o arranjo institucional. Isso deixa em aberto a análise final de suas consequências, inclusive no que diz respeito ao realinhamento de forças por ele provocado.

O artigo está dividido em três etapas. Inicialmente, foi feito um debate teórico, focando especificamente nos desenvolvimentos conceituais de Schattschneider (1975). Nessa etapa, discuti a ideia de contágio, de expansão e de consequências do conflito. A partir disso, analisei cada uma das mobilizações em questão – *Diretas Já* (1984); *Fora Collor* (1992) e as manifestações de junho de 2013 –, tendo o debate teórico anterior como pano de fundo. Por último, elaborei algumas considerações finais para identificar limites e possibilidades das investigações desenvolvidas.

2 Conflito: contágio, expansão e resultado

Tomar o conflito como referencial analítico do fenômeno político implica pressupor que qualquer atividade política é desenvolvida a partir do conflito. Em condições típicas, os conflitos políticos não se expandem à audiência, restringindo-se às instituições políticas mais tradicionais. Assim, o conflito político normalmente possui poucos personagens envolvidos em seu cerne e uma audiência potencialmente participante ao seu redor (SCHATTSCHEIDER, 1975). Portanto, para compreender a dimensão que um conflito alcança, é necessário assimilar que relação há entre os competidores e a audiência. Conforme Schattschneider (1975, p. 3, tradução nossa), “a moral disto é, se uma briga começa, observe a multidão, porque a multidão desempenha o papel decisivo”.

Schattschneider (1975, p. 2-4) estabelece três proposições que se inter-relacionam para a análise do conflito político. A primeira delas trata do alcance de contágio do conflito, admitindo que o resultado de todo conflito é determinado pelo grau de envolvimento de sua audiência. Assim, quanto mais o público se envolver no conflito, mais impacto esse conflito poderá causar ao sistema político. Ao analisar conflitos que permeiam grandes mobilizações e, portanto, envolvem uma grande audiência, este artigo investiga três exemplos de conflitos cujo contágio teve amplo alcance, o que causou consequências impactantes ao sistema político institucional.

A segunda proposição refere-se à expansão do conflito, assumindo que “a estratégia mais importante de política diz respeito à abrangência do conflito” (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 3, tradução nossa). Ela deriva da primeira, pois um conflito só se expandirá significativamente, perante sua audiência, se for altamente capaz de contagiá-la. Essa segunda proposição tem um impacto importante para o sistema político, já que, uma vez socializado, ou seja, uma vez que o conflito abrange sua audiência, o público passa a fazer parte dele enquanto competidor. Consequentemente, em conflitos com essa característica, os participantes originais perdem o controle sobre seus resultados,³ que se tornam mais imprevisíveis.

Isso conduz à terceira e última proposição para análise do conflito político, qual seja, a que se refere ao seu resultado. Um conflito terá como resultado sempre um lado vitorioso e outro derrotado. Quando ele se expande, deve-se verificar qual dos desafiantes originais conseguiu conquistar a maior parte da audiência que se envolveu (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 4). Essa adesão, ou exclusão, de parte significativa da audiência frequentemente determina o lado ganhador e o derrotado do conflito, o que potencialmente levará a um realinhamento das forças político-institucionais inicialmente envolvidas no conflito. Em suma, é possível estabelecer três dimensões de um dado conflito político: (1) o alcance público do conflito: contágio; (2) o grau de participação da audiência: expansão, e (3); o realinhamento político causado pelo conflito: resultado. Lançar mão dessas três dimensões analíticas permite que se perpassasse as causas, a dinâmica e as consequências políticas das mobilizações investigadas.

Para que o contágio do conflito ocorra, visões políticas variadas e conflitantes devem concorrer na cena política. Isso faz da competitividade um mecanismo potencial de contágio. “Por outro lado, qualquer tentativa de monopolizar a política é quase por definição uma tentativa de limitar a abrangência do conflito” (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 16, tradução nossa). No entanto, para que o conflito se expanda até o público, mais do que preferências políticas diferentes e competitivas que permitam o contágio, a audiência deve ter acesso aos debates dessa competição. Ou seja, se por um lado a divergência de ideias é condição necessária ao contágio do conflito, a visibilidade dessas propostas é um fator necessário para sua expansão. Como o contágio e a expansão do conflito estão condicionados à competição de visões políticas e à adesão da audiência a um dos lados dessas visões, a abrangência de um conflito político não é, *a priori*, nem boa nem ruim. Quem determinará esse juízo será o próprio público, que, neste processo, passa a ser ativo no conflito. Assim, segundo Schattschneider (1975, p. 18, tradução nossa),

Conflito político não é como um jogo de futebol, disputado num campo

³ Schattschneider (1975, p. 15) argumenta que “the expansion of the conflict may have consequences that are extremely distasteful to the original participants”.

medido por um número fixo de jogadores na presença de uma audiência escrupulosamente excluída do campo de jogo. Política se parece muito mais com o jogo de futebol primitivo original no qual todo mundo era livre para se juntar, um jogo no qual toda a população de uma cidade movia-se livremente para frente e para trás pelo campo.

Uma perspectiva de conflito que assume a audiência como possível participante do jogo político acrescenta o público como disponível para além dos atores que institucionalmente já participam. A capacidade desses atores tradicionais em incluir a audiência com suas ideias influencia no sucesso ou fracasso de suas propostas para o resultado do conflito. Isto é, a abrangência do conflito – seu contágio e sua expansão – é reflexo do grau de organização política dos atores institucionais, em especial dos partidos políticos,⁴ e do alcance da competição política (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 20). Quanto mais organizados os atores políticos originais e quanto maior o alcance da competição, mais abrangente tende a ser o conflito.

A expansão do conflito pode ser pretendida por qualquer um dos competidores políticos, mas, na medida em que se expande, suas consequências vão saindo de controle. Essa imprevisibilidade de resultado torna a expansão do conflito uma alternativa desejável principalmente para os atores que desejam alterar o *status-quo*, fazendo com que o lado mais forte do equilíbrio de força tenha pouco interesse na socialização de um conflito. Afinal, se o balanço de força não for alterado, esse lado continuará mais forte e com maiores perspectivas de sucesso ao final de cada conflito. Por outro lado, caso se altere, há possibilidade de que o lado mais forte deixe de ter essa condição após a expansão do conflito. Assim, “é o fraco, não o forte, que apela pela ajuda da autoridade pública” (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 40, tradução nossa).

Como é sempre o lado o mais fraco que tem interesse em socializar o conflito, isso não ocorre o tempo inteiro. Pois o lado mais forte, justamente por ser o mais forte, possui mecanismos para evitar que o contágio e a expansão de um conflito abranjam grandes proporções. Para que o lado mais fraco tenha sucesso nesse processo – e isso não garante sucesso no resultado do conflito –, ele deve ser capaz de oferecer um conflito à audiência que seja, ao mesmo tempo, atrativo ao público e favorável ao seu lado. Nessa dinâmica, existem vários conflitos disponíveis na cena política. Escolher o momento ideal e o conflito mais adequado para ser socializado é o desafio de quem deseja desafiar o *status quo*. Para tanto, o desafiante deve, a um só tempo, propor esse conflito adequado e fazer com que ele se sobreponha aos demais conflitos disponíveis, isto é, precisa ser capaz de deslocar o conflito escolhido ao centro da competição política. Assim, a expansão do conflito está relacionada também ao deslocamento da natureza do conflito, o que

⁴ Schattschneider confere um peso especial aos partidos políticos em seu desenvolvimento argumentativo. Por um lado, o autor está discutindo com os pluralistas, que conferem protagonismo aos grupos de pressão. Segundo ele, os partidos são as únicas organizações políticas capazes de agregar vários tipos de interesses, congregando grupos diversos. Dessa forma, os grupos de pressão articulariam política somente em pequena escala, ao contrário dos partidos que podem fazer isso em proporções nacionais (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 34-35). Além disso, não se trata apenas de tamanho de grupo, mas também da especificidade dos partidos enquanto organização política. Por esse lado, a crítica agora é direcionada aos teóricos da escolha racional (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 57). Por isso, os partidos não podem ser comparados a outras organizações, pois possuem interesses específicos e exclusivos além de proporções maiores que os demais grupos políticos. Afinal, “*they are the only organizations that can win elections*” (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 57).

pode promover novas conformações de maiorias e, conseqüentemente, nova alocação de poder (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 61).

A política, portanto, é um jogo cujo resultado depende de qual conflito, dentre inúmeros possíveis, é o dominante no momento. Dependendo do tipo de clivagem que o conflito gera, um tipo diferente de maioria pode se formar, fazendo com que o sistema político se realinhe de uma ou de outra maneira (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 60). Ao se alterar o conflito principal de um sistema político, embora o universo desse sistema permaneça o mesmo, o posicionamento das pessoas em relação ao conflito se transforma. Conseqüentemente, “a evolução de um grande conflito (importante o suficiente para demandar mobilização de forças opostas) envolve um esforço para consolidar pessoas nos dois lados” (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 62, tradução nossa).

Ao se deslocar um novo conflito ao centro do jogo político e fazer com que ele contagie e se expanda à uma ampla audiência, demanda-se que quantidade significativa de energia seja gasta por ambos lados da competição. Pois não só o novo conflito precisa tomar o lugar de prioritário no sistema político, como também deve inibir o surgimento de outros conflitos concorrentes (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 63). Desse modo, o lado desafiante se esforçará para imputar o novo conflito, ao passo que o lado desafiado tentará manter o conflito anterior, que não contagiava e nem se expandia ao público. Disso resulta que a ocorrência de outro conflito principal depende de um outro alinhamento nas relações e nas prioridades dos envolvidos, incluindo aqueles que estão na audiência. Por esse ponto de vista, pode-se compreender que não só os atores políticos, mas também os conflitos competem entre si em busca do status de prioritários. Para que haja um novo conflito, esse deve vencer e prevalecer sobre o conflito anterior. Assim,

O novo conflito só pode se tornar dominante se o antigo for subordinado, ou obscurecido, ou esquecido, ou perder sua capacidade de excitar os concorrentes, ou se tornar irrelevante. Como é impossível manter o antigo e cultivar o novo ao mesmo tempo, *as pessoas devem escolher entre conflitos*. Em outras palavras, conflitos competem entre si (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 63, tradução nossa).

A competição entre conflitos acrescenta um elemento às estratégias dos atores políticos para além daqueles elementos restritos à disputa do conflito, qual seja a decisão sobre qual conflito propor. As sociedades modernas possuem uma gama infinita de conflitos disponíveis, mas apenas alguns deles possuem a capacidade de se expandir a ponto de abranger uma vasta parcela da audiência (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 64). Desse modo, o conflito escolhido deve ser capaz de contagiar e de se expandir à audiência. Deve, além disso, ser potencialmente favorável ao lado proponente. Por essa perspectiva, a chave do jogo político é, antes de tudo, baseada em estratégias de condução de conflitos. Em situações normais, as instituições são os meios pelos quais esses conflitos são manejados e, ao fazerem essa canalização de demandas, as instituições hierarquizam os conflitos (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 70). Por essa razão o público não participa ativamente dos conflitos rotineiros que, por sua vez, não desafiam gravemente o *status quo*.

No entanto, quando um conflito substitui o anterior e se expande de sobremaneira, as situações deixam de ser normais. Isto faz com que se realinhe a hierarquização de conflitos que até então prevalecia nas instituições. Assim, quando a parte mais fraca consegue deslocar o conflito do sistema político, fazendo com que esse se expanda até alcançar a audiência, os controles institucionais podem não ser mais suficientes. Nesse sentido, “a substituição de conflitos é o mais devastador tipo de estratégia política” (SCHATTSCHEIDER, 1975, p. 71, tradução nossa), o que torna o deslocamento do conflito algo custoso e difícil, mas não impossível. É justamente essa possibilidade, ainda que pequena, que torna o sistema político algo dinâmico, no qual um novo alinhamento de conflito principal possibilita um novo alinhamento de força e de maioria.

Neste artigo, assumo que as grandes mobilizações aqui investigadas deslocaram a prioridade das disputas e se tornaram o principal conflito do sistema político. Esses conflitos, abarcados por essas mobilizações, lograram êxito em se socializar, pois foram capazes de contagiar e se expandir à audiência, produzindo um realinhamento de forças no sistema partidário. Com isso, cada uma das mobilizações foi analisada focando não só o contágio e a expansão dos novos conflitos, mas também os resultados gerados por eles, identificando o novo alinhamento político já estabelecido.

3 Diretas já!

No início dos anos 1980, problemas de origens diversas assolavam o regime autoritário, gerido à época pelo presidente João Figueiredo. Um dos principais ministros do governo, Delfim Netto, responsável pela pasta do planejamento, estava em cheque.⁵ No plano partidário, um forte golpe fora desferido no ano anterior. Nas eleições disputadas em 1982, que marcaram o retorno do voto direto para líder do Executivo estadual, “os partidos de oposição receberam 56,8% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados, 57,9% para o Senado e 58,5% para governador” (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 27). Diante desses acontecimentos, não só o regime autoritário se encontrava com sua legitimação fragilizada, como o jogo partidário se mostrava cada vez mais competitivo. Essas condições conformaram um cenário viável e pertinente para que um novo conflito assumisse o protagonismo do sistema político. Em oposição ao regime – parte mais fraca desse equilíbrio de forças –, restava o desafio estratégico de escolher qual conflito seria capaz de contagiar a audiência, expandir-se ao público e garantir o apoio de uma maioria que gerasse um realinhamento de forças no sistema.

O conflito escolhido pela oposição fora pelo próprio fim institucional da ditadura e pela instauração da democracia, pelo menos do ponto de vista procedimental, pois ele se formalizava pela proposição de eleições diretas para a escolha do próximo presidente. Em 1983, o então

⁵ “[...]1983 foi o ano dos escândalos financeiros: o caso da corretora Delfin, a quebra do montepio Capemi e do conglomerado financeiro Coroa-Brastel, e o ‘caso das polonetas’, no qual o secretário-geral da Secretaria de Planejamento (Seplan), Flávio Pécora, foi acusado pela imprensa de se beneficiar da negociação de uma dívida da Polônia para com o Brasil. As denúncias de irregularidades acabaram provocando forte erosão na credibilidade do governo e, sobretudo, do ministro [do planejamento] Delfim Netto” (RODRIGUES, 2003, p. 26).

jovem deputado federal Dante de Oliveira elaborou uma emenda à Constituição que desencadeou uma série de manifestações que pressionariam definitivamente o regime autoritário. A Emenda Constitucional nº 5, que ficou conhecida pelo nome de seu proponente, tinha uma sugestão tão simples e direta quanto impactante. Seu teor dispunha sobre a eleição direta para presidente e vice-presidente da república:⁶

Art. 1º Os arts. 74 e 148 da Constituição Federal, revogados seus respectivos parágrafos, passarão a vigor com a seguinte redação:

“Art. 74 O Presidente e Vice-Presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.”

Parágrafo Único - A eleição do Presidente e Vice-Presidente da República realizar-se-á no dia 15 de Novembro do ano que anteceder ao término do mandato presidencial.

“Art. 148 O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.”

Art. 2º Ficam revogados o art. 75 e respectivos parágrafos, bem como o § 1º do art. 77 da Constituição Federal, passando seu § 2º a constituir-se parágrafo único (EC 05/1983).

Ainda em 1983, foi dado início o processo de deslocamento para um novo conflito, a partir de um grande comício ocorrido em novembro na cidade de São Paulo – Comício do Pacaembu –, que já trazia palavras de ordem que desafiavam o governo autoritário.⁷ O evento, organizado pelo PT e com participação de alguns notáveis do PMD – maior partido de oposição naquele período –, possuía frentes heterogêneas capazes de estabelecer uma nova maioria. Contudo, é no início de 1984 que o novo conflito, nesse momento já centrado exclusivamente na emenda, é capaz de se socializar, abrangendo vários setores da audiência. Segundo Rodrigues (2003, p. 39),

Janeiro de 1984 trouxe consigo novos espaços de confrontação política. Os comícios e manifestações de massa se constituíram, de fato, como grandes momentos para a emergência da dimensão societal do conflito. Estabeleceu-se um quadro político em que os vértices fundamentais passaram a ser a sorte da Emenda Dante de Oliveira (em tramitação na Câmara) e as possibilidades da campanha em crescimento nas ruas, sendo que este último aspecto passava a significar uma substancial ampliação das arenas de jogo e dos recursos disponíveis à ação.

A estratégia de contágio e expansão lograra sucesso e logo partes diversas da sociedade aderiram ao conflito recém-deslocado ao centro do sistema político. O contágio foi rápido e diversos atores estatais e não estatais, com demandas gerais distintas, alimentaram a mesma

⁶ Conforme texto publicado no Diário do Congresso Nacional nº 468, edição de terça-feira, 19 de abril de 1983 (BRASIL, 2015).

⁷ As demandas iam de eleições para presidente até contra a interferência dos EUA nos governos latino-americanos – “Por eleições livres e diretas para presidente. Contra o arrocho e o desemprego. Fora FMI. Contra a agressão dos EUA aos povos da América Latina” (KOTSCHO, 1984, p. 28).

chama pelas ruas do Brasil. Participaram dos atos cidadãos comuns, políticos de diferentes partidos oposicionistas, atores, atletas de futebol etc. A rápida propagação dos comícios e seu impacto sobre a opinião pública tornaram obrigatório, mesmo aos oposicionistas mais moderados, um posicionamento a favor da aprovação da emenda Dante de Oliveira (RODRIGUES, 2003, p. 44). O êxito foi tão grande que os líderes das três principais forças oposicionistas, Lula – PT, Ulysses – PMDB e Doutel de Andrade – PDT, dirigiram, entre os dias 13 e 20 de fevereiro de 1984, a caravana pelas diretas, partindo de vários estados das regiões norte, nordeste e centro-oeste, rumo à Brasília. Nessa fase, o conflito já estava expandido e tinha mobilizado todo país a se posicionar em torno da forma de definição do presidente e, conseqüentemente, sobre a própria sorte do regime então vigente.

Sentindo-se ameaçado pelo novo alinhamento de força que esse conflito poderia gerar, o lado governista não demorou a responder. A primeira reação se deu por parte do então governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (ACM), liderança política do PDS, partido situacionista. ACM até admitia as eleições diretas para presidente, “mas não imediatamente, e sim para o sucessor de Figueiredo” (RODRIGUES, 2003, p. 51). A preocupação dos situacionistas crescia na medida em que o conflito ganhava abrangência cada vez maior, o que fez com que o PDS fosse acionado para entrar de vez em cena. Os militares então convocaram o partido de sua base e anunciaram sua posição de não abrir mão da sucessão presidencial via Colégio Eleitoral. Ou seja, para o governo, a emenda Dante de Oliveira não poderia passar. A fim de evitar a aprovação da emenda, os militares foram taxativos na urgência de uma união interna do PDS. Caso contrário, a derrota seria inevitável (RODRIGUES, 2003, p. 51). O regime, porém, não apertou na violência como fizera em anos anteriores. Ao contrário, desta vez optara por não se opor à votação da emenda, apostando na parca chance de sucesso da oposição no Congresso.

Ainda que a emenda passasse pela Câmara, as possibilidades de aprovação no Senado eram mínimas. Mesmo assim não havia certeza sobre o resultado de sua votação, e a dúvida perseguia os governistas. Em 8 de março de 1984, confirmou-se a data de votação da proposta para 25 de abril do mesmo ano. A partir dali, cabia aos dois lados do conflito pensar nas estratégias para aderir a maioria da audiência para o seu lado. Conforme destaca Rodrigues (2003, p. 58), “fixada a data da votação, cada protagonista do conflito tinha pela frente 48 dias para traçar e executar sua estratégia. Uns apostando no crescimento e/ou na radicalização da campanha, outros em seu esvaziamento”.

Nesse período, o novo conflito já dava mostras de que seria decisivo para um realinhamento de forças políticas no país, pois, durante o processo, surgiram alguns rachas partidários, tanto entre os oposicionistas quanto entre os governistas. Do lado da oposição, a competição entre as lideranças do movimento se acirrou, e alguns membros do PMDB iniciaram, contra a vontade dos autênticos,⁸ uma negociação interna de sucessão, antes mesmo da votação da emenda. Pelo lado governista, a coisa também não era unânime, e uma cisão interna no PDS – que dois anos depois faria nascer o PFL – já era visível naquele período. As fichas estavam

⁸ Já na década de 1970 havia uma separação no então MDB entre os autênticos, liderados por Ulysses Guimarães e os moderados, encabeçados por Tancredo Neves. “Entre os autênticos que orbitavam em torno de Ulysses contra os ‘moderados’ de Tancredo Neves, destacavam-se ainda Mário Covas, Franco Montoro, Lysâneas Maciel” (BRASIL, 2012).

lançadas, mas o comportamento inesperado de algumas lideranças tornava as consequências do conflito ainda mais imprevisíveis.

A apoteose do conflito, parafraseando o termo de Kotscho (1984, p. 91), ocorrera em 10 de abril. Nessa data aconteceu no Rio de Janeiro o evento cuja famosa concentração na Candelária marcou profundamente as manifestações pelas Diretas. No entanto, mesmo com toda a mobilização pela sua aprovação, na votação de 25 de abril a emenda fora derrotada: 298 votos a favor, 65 contra, 3 abstenções e 113 ausentes. Os números foram insuficientes para aprovar uma emenda constitucional, que exigia 2/3 de votos a favor, ou seja, pelo menos 320 deputados. Mas um sinal de realinhamento político já era percebido a esta altura: dos 235 deputados do PDS, somente 65 votaram contra, 3 abstiveram-se, 112 não compareceram e 55 foram a favor da emenda. A base governista e seu partido estavam rachados.

A primeira eleição que ocorreu após este conflito foi em 1986. Não podendo escolher seu presidente, os eleitores iriam às urnas para definir outros cargos. Esta disputa serviu como um bom termômetro do realinhamento das forças partidárias que o conflito havia gerado. Em termos de deputados federais, os dados da tabela 1 indicam que os principais partidos a encabeçarem o contágio e a expansão do novo conflito aumentaram o número de cadeiras, quando se compara com o desempenho eleitoral obtido em 1982. O PDT passou de 23 para 24 deputados; o PT subiu de 8 para 16 e; o PMDB ampliou em 60 parlamentares sua bancada, passando de 200 para 260. Em contrapartida, o situacionista PDS mingou seu quadro de 235 para 33 deputados. Ainda que boa parte desse número tenha migrado para seu dissidente, PFL – que elegera 118 parlamentares –, os dois partidos juntos elegeram somente 151 deputados federais. O PDS, que outrora possuía 49,1% da Câmara, passara a ter, somando com o PFL, somente 31%.

Tabela 1 - Conquistas partidárias na Câmara dos Deputados: eleições de 1982 e 1986

PARTIDO	1982		1986	
	N cadeiras	% cadeiras	N cadeiras	% cadeiras
PDS	235	49.1%	33	6.8%
PMDB	200	41.8%	260	53.4%
PDT	23	4.8%	24	4.9%
PTB	13	2.7%	17	3.5%
PT	8	1.7%	16	3.3%
PFL	-	-	118	24.2%
PL	-	-	6	1.2%
PDC	-	-	5	1.0%
PCB	-	-	3	0.6%
PCdoB	-	-	3	0.6%
PSB	-	-	1	0.2%
PSC	-	-	1	0.2%
TOTAL	479	100%	487	100%

Fonte: Nicolau (1998).

Apesar de não ter sido aprovada, a emenda Dante de Oliveira deslocou um novo conflito que impactou o sistema político. Os partidos oposicionistas ganharam ainda mais força nesse

período, ao longo do qual o regime autoritário fora finalmente empurrado para o seu fim. O clamor democrático seria atendido com a realização da primeira eleição direta para presidente desde 1960. Ela aconteceu em 1989, mas houve pouco tempo para euforia, pois logo o recém-instaurado regime democrático viu-se em situação turbulenta. O presidente vencedor da disputa, Fernando Collor de Mello, partidário do pequeno PRN⁹, antes mesmo de terminar seu mandato tornou-se alvo dos Caras Pintadas, representantes-símbolo das novas mobilizações que assolariam o país. O movimento *Fora Collor* representou um novo capítulo dos conflitos que tomam de assalto a cena política e são capazes de influenciar o equilíbrio das forças partidárias do sistema.

4 Fora Collor

“Ao final dos anos 80 (a chamada ‘década perdida’), formara-se no Brasil uma forte convicção de que somente a autonomia decisória de um presidente legitimado pelo voto direto começaria a repor o país nos eixos” (LAMOUNIER, 1991, p. 23). O desgaste da situação econômica e a incredibilidade populacional em torno de alguma solução eficaz eram os principais desafios da equipe do presidente que se elegeu em 1989. Instabilidade e estagnação se combinavam com números alarmantes de inflação, que durante toda a década de 1980 alcançou os três dígitos. Esse era o contexto econômico da eleição, decidida apenas em segundo turno, com vantagem de 4 milhões de votos a favor de Fernando Collor de Mello contra seu adversário Luiz Inácio Lula da Silva. Por essa pequena margem de somente 6% dos votos válidos (NICOLAU, 1998), a coligação de direita composta por PRN, PST e PSL derrotou a coligação esquerdista encabeçada pelo PT, que contava com PSB e PCdoB como aliados.

Quando Collor tomou posse do Executivo, em 1990, a composição parlamentar – assim como a situação econômica – não era confortável, mas permitia alguma margem de manobra. Na Câmara, os partidos conservadores, com maior tendência a compor a coalizão, ocupavam 51,2% das cadeiras; no Senado, porém, a negociação seria árdua. Embora os conservadores tivessem eleito 59,3% das vagas disponíveis, eles ainda sentiam o golpe das eleições ocorridas em 1986, após o movimento pelas diretas, que decidiu 2/3 da composição senatorial. Em 1990 os partidos conservadores elegeram 20,4% dos senadores, suficiente para preencherem somente 45,7% dos assentos (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 48-49).

A coalizão governista formada pelo PRN possuía pouco mais do que a maioria dos assentos da Câmara e enfrentava uma oposição que agia de forma disciplinada. Por isso, em vários momentos, mesmo com a coalizão atuando de forma coordenada, o governo sofreu derrotas importantes, principalmente quando o PMDB não o apoiava (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2001, p. 120). Diante desse contexto, as margens de erro do Executivo eram restritas. Ainda assim, os erros não foram poucos. O primeiro ato do governo Collor foi desastroso. O conjunto de reformas econômicas chamado de *Plano Collor I* foi feito para estabilizar, mas o efeito foi totalmente

⁹ “PRN – Partido da Reconstrução Nacional. Criado por Fernando Collor de Mello como veículo para concorrer à Presidência. Praticamente desapareceu depois do impeachment de Collor em 1992. Conhecido anteriormente, e por pouco tempo, como PJ, Partido da Juventude” (MAINWARING; MENEGUELLO; POWER, 2000, p. 32).

desestabilizante, principalmente porque o plano “confiscava a poupança e as contas bancárias, propriedade privada garantida por lei” (TATAGIBA, 1998, p. 38).

Com pouca margem de ação e, nas escassas oportunidades, agindo de forma errática, a condição para propor um novo conflito capaz de se sobrepor aos demais desenhava-se cada vez mais clara aos oposicionistas de Collor. A insatisfação com o governo parecia generalizada. A inflação insistia em permanecer alta, os empresários não suportavam as elevadas taxas de juros, os sindicatos lutavam contra o arrocho salarial e o índice de desemprego era alarmante (LATTMAN-WELTMAN; RAMOS; CARNEIRO, 1994, p. 61). O descontentamento, que permeava as mais diferentes camadas da população, chegou à coalizão governista, que ficava cada dia mais difícil de ser articulada. A situação do governo ficaria ainda mais delicada com o desenvolver dos acontecimentos. Em fevereiro de 1991, mediante o fracasso do primeiro, um novo pacote econômico entrou em vigor, o *Plano Collor II*. Ainda que a Ministra da Fazenda, Zélia Cardoso de Mello, não usasse a expressão congelamento, era disto que se tratava. Porém, a medida congelava não só os preços, mas também os salários (LATTMAN-WELTMAN; RAMOS; CARNEIRO, 1994, p. 63-64). Novamente o resultado foi desastroso, tanto que a ministra foi exonerada do cargo em maio de 1991.

A última cartada econômica do governo estava programada para o começo de 1992. A proposta era de uma ofensiva para privatizar as estatais brasileiras, mas não houve tempo para isso, pois um novo conflito se socializaria e determinaria a sorte do presidente Collor. No mês de abril de 1991 fora deflagrada uma crise política que tiraria de foco a controversa estratégia econômica do governo Collor e colocaria em seu lugar uma grande rede de corrupção, que faria a sociedade civil clamar por “ética na política”. A mudança da chave do conflito foi a oportunidade da oposição para confrontar de vez o então presidente. O desafio posto era o de como criar condições de contágio capazes de expandir o conflito de forma a abranger a maior parte possível da opinião pública.

A partir de uma série de denúncias feitas pelo irmão do presidente,

[...] no dia 26 de maio, por solicitação dos parlamentares do PT, o Congresso Nacional instaurou uma CPI para apurar as denúncias de Pedro Collor. O deputado Benito Gama (PFL-BA) foi escolhido presidente e o senador Amir Lando (PMDB-RO) relator da comissão (LATTMAN-WELTMAN; RAMOS; CARNEIRO, 1994, p. 91).

O deflagrar da crise política, inserido no contexto social e econômico do país, deslocou o conflito anterior do cerne do sistema político e possibilitou a proposição de um novo, capaz de contagiar e se expandir à audiência.

Um dos principais braços da oposição ao presidente neste conflito foi o Movimento pela Ética na Política (MEP), que, segundo Tatagiba (1998, p. 102-103), era composto por atores bastante heterogêneos – institucionais e não institucionais – que se uniam pelo *impeachment* de Collor. Partidos como PT, PMDB e PSDB participaram – mobilizados pelos seus líderes – do movimento pelo afastamento do chefe do Executivo Nacional. Na arena externa ao Congresso, entidades como CUT e OAB destacaram-se na difusão das mobilizações. As vozes desse coro

foram tão variadas que, em sua primeira fase, o MEP contou com 45 entidades (TATAGIBA, 1998, p. 109) e, pelo menos, sete partidos: PDT, PSB, PT, PCdoB, PMDB, PSDB e PPS. Isso demonstra o poder de contágio e a capacidade de expansão do conflito, que neste momento prevalecia no sistema político brasileiro. Além dos atores políticos mais tradicionais – como os partidos e as entidades de classe – o conflito abrangeu outras parcelas da sociedade civil. Nesse âmbito, os estudantes assumiram um papel fundamental de adesão, ficando conhecidos como os Caras Pintadas. As passeatas promovidas por eles, entre agosto e setembro de 1992, contra o governo Collor foram a grande novidade dessas mobilizações. A UNE, liderada pelo seu então presidente Lindberg Farias, foi um dos grandes vetores dessas manifestações que carregavam nos jovens rostos as cores verde e amarela da bandeira nacional.

A votação do *impeachment* na Câmara ocorreu no dia 29 de setembro de 1992 e foi uma derrota estrondosa imposta ao presidente. A imensa maioria dos deputados, 448, votou a favor do *impeachment* de Collor. Com o contexto desfavorável na Câmara, o presidente renunciou, deixando seu cargo aberto para que o seu vice, Itamar Franco, assumisse. Ainda assim, o Senado levou a cabo a votação e deixou Collor inelegível por oito anos. O conflito fora vencido pela oposição.

Um dos resultados mais notáveis do conflito foi o surgimento de novos nomes políticos no sistema, além da consolidação de outras figuras mais experientes. Como novo ator, destaca-se o então presidente da UNE, importante liderança dos Caras Pintadas. Lindberg Farias elegeu-se, com apenas 24 anos, como o segundo deputado federal mais bem votado do PCdoB nas eleições de 1994. Do ponto de vista de fortalecimento de políticos mais experientes, destaca-se a guinada de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nessa mesma eleição, FHC fora eleito presidente do Brasil logo em primeiro turno. Ele assumira posição de protagonista como ministro da Fazenda do presidente Itamar Franco, quando levara a cabo o *Plano Real*, muito exitoso em sua meta anti-inflacionária. A disputa eleitoral ocorrera principalmente contra Lula, que novamente amargou a segunda colocação.

Na eleição parlamentar, PT – que passou a ser o partido de esquerda com mais deputados eleitos, ultrapassando o PDT – e PSDB figuraram definitivamente entre as principais forças partidárias do país. Os partidos mostraram que tinham potencial para atuar entre os grandes da política nacional. Outro destaque, quando comparamos os dados de 1994 em relação ao pleito de 1990, descritos na Tabela 2, é a meteórica ascensão e queda do PRN. O partido que quatro anos antes elegera o presidente e 40 deputados federais, encontrava-se no ostracismo após o *impeachment*, reduzindo seu quadro para apenas um deputado eleito.

Tabela 2 - Conquistas partidárias na Câmara dos Deputados: eleições de 1990 e 1994

PARTIDO	1990		1994	
	N cadeiras	% cadeiras	N cadeiras	% cadeiras
PDS/ PPR	42	8.3%	52	10.1%
PMDB	108	21.5%	107	20.9%
PDT	46	9.1%	34	6.6%
PTB	38	7.6%	31	6.0%

PARTIDO	1990		1994	
	N cadeiras	% cadeiras	N cadeiras	% cadeiras
PT	35	7.0%	49	9.6%
PFL	83	16.5%	89	17.3%
PL/ PR	16	3.2%	13	2.5%
PDC	22	4.4%	-	-
PCB/ PPS	3	0.6%	2	0.4%
PCdoB	5	1.0%	10	1.9%
PSB	11	2.2%	15	2.9%
PSC	6	1.2%	3	0.6%
PRN	40	8.0%	1	0.2%
PSDB	38	7.6%	62	12.1%
PRS	4	0.8%	-	-
PTR/ PP	2	0.4%	36	7.0%
PST	2	0.4%	-	-
PMN	1	0.2%	4	0.8%
PSD	1	0.2%	3	0.6%
PV	-	-	1	0.2%
PRP	-	-	1	0.2%
TOTAL	503	100%	513	100%

Fonte: : Nicolau (1998).

Após esse período, o cenário de pessimismo instaurou-se e pairavam dúvidas sobre a capacidade e a estabilidade das instituições políticas brasileiras. Porém, o realinhamento de forças, causado pelo conflito político ratificado após as eleições de 1994, possibilitou o esfriamento dos ânimos. Com a manutenção do sucesso de controle inflacionário do *Plano Real* e a bem lograda coalizão entre PSDB e PFL, “ambas as relações políticas, horizontal (Executivo-Legislativo) e vertical (presidente-governadores), pareciam estar muito melhor coordenadas do que antes” (POWER, 2010, p. 21, tradução nossa). A partir de meados da década de 1990, o sistema político já inspirava confiança. Algumas respostas para possíveis saídas em relação à dificuldade da governabilidade foram encontradas na própria Constituição de 1988 e no posterior rearranjo do Legislativo (POWER, 2010, p. 22). Segundo Figueiredo e Limongi (2001), os poderes legislativos conferidos ao Executivo pela Constituição Federal de 1988 e a coordenação política via líderes partidários foram fundamentais nesse sentido. Esse novo alinhamento político polarizou as disputas para presidente entre PT e PSDB. Após 1994, FHC voltou a ser eleito em 1998. De 2002 em diante, o Executivo nacional ficou a cargo do PT: duas vezes com Lula, em 2002 e 2006; e duas com Dilma Rousseff, em 2010 e em 2014. Porém, se até então o clima era de estabilidade do conflito, os ventos parecem ter mudado desde junho de 2013.

5 Manifestações de junho de 2013

As jornadas de junho de 2013 foram deflagradas após seguidas manifestações contra o aumento, de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, da passagem de ônibus na cidade de São Paulo. A capa do Caderno Cotidiano da Folha de São Paulo de 7 de junho de 2013 definia da seguinte forma o primeiro ato: “Protesto contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP” (PROTESTO..., 2013). O texto afirmava que a “PM utilizou balas de borrachas e gás para tentar conter depredação”. Ainda segundo o jornal, durante a manifestação, foram contabilizados 15 detidos e 3 feridos.

A liderança do evento ficou a cargo do Movimento Passe Livre (MPL), composto, segundo o editorial, por “alas mais radicais do movimento estudantil e de partidos como PSOL e PSTU”. O diário informou ainda que as 2 mil pessoas que foram à Avenida Paulista protestavam contra o aumento em 20 centavos na tarifa do ônibus, reajuste que, de acordo com o jornal, era “bem abaixo da inflação”. Os protestos continuaram na capital paulista, mas a dimensão deles ainda era local. No dia seguinte, 8 de junho, sua veiculação seguia no Caderno Cotidiano do mesmo jornal, que noticiara: “novo ato contra tarifa faz até colégio fechar mais cedo” (NOVO..., 2013). O teor permaneceu em torno da legitimação da ação da PM paulista contra “atos de vandalismo” dos manifestantes, visão que parecia ser compartilhada pelas autoridades desafiadas como o então prefeito de São Paulo Fernando Haddad (PT) que “defende ação da PM para tirar protestos de vias” (BERGAMIM JR., 2013).

Dado a persistência dos protestos, em 11 de junho o ato do MPL deixara o Caderno Cotidiano e fora coroado com a capa principal da Folha de São Paulo do dia seguinte. Embora tenha ganho maior visibilidade, o teor da manchete ainda era o mesmo, qual seja, de criminalização dos protestos: “contra tarifa, manifestantes vandalizam centro e a Paulista” (CONTRA..., 2013). Ainda assim as manifestações continuaram ocorrendo e cada vez maiores. A partir daquele momento o sistema político brasileiro já começava a assistir um novo conflito que tão logo se expandiria, tendo seu contágio atingido diversos setores da sociedade. Àquela altura os protestos de São Paulo já não eram mais coordenados somente pelo MPL. Em entrevista à Folha (12 de junho de 2013, A1), Nina Cappello, uma das organizadoras do ato e integrante do MPL, deu a seguinte declaração: “não temos controle. A manifestação se transformou numa revolta popular” (BERGAMIM JR.; GERAQUE, 2013). A manifestante atribuiu esse efeito à “repressão violenta da polícia”. O clima seguiu tenso, com novos enfrentamentos entre a PM e os manifestantes, como destacou a capa do Primeiro Caderno da Folha de 14 de junho: “Polícia reage com violência a protesto e SP vive noite de caos” (POLÍCIA..., 2013).

Com a insistência da austeridade policial – embora alguns políticos como ainda mantivessem o discurso a favor da PM e contra a violência que vinha dos atos –, o prefeito da cidade fizera uma primeira crítica à atuação da corporação militar. O prefeito Haddad (PT) disse que “a imagem que ficou foi a violência da polícia”. Por outro lado, o governador Alckmin (PSDB) afirmou, em rede social, que o governo “não vai tolerar vandalismo”. Interessante notar que, em meio à tensão das manifestações, duas autoridades sem interesse na manutenção daquilo replicaram de forma diferente os acontecimentos. Essas autoridades, de partidos que se

realinharam como as grandes forças políticas após o conflito do *Fora Collor* – PT e PSDB –, percebiam que um novo conflito começava a ganhar os holofotes, mas seu mote ainda não era claro. Essa indefinição tornava difícil o posicionamento dos atores no jogo político.

O contágio de abrangência nacional das mobilizações começou em 15 de junho de 2013, com forte articulação pela internet. O alvo, dessa vez, passara a ser o Distrito Federal. Brasília sediou e estreia da seleção brasileira na Copa das Confederações, um torneio-teste para o país que no ano seguinte seria palco da Copa do Mundo de Futebol. O alto custo dos estádios, a duvidosa competência na gestão desses recursos e o entendimento de subordinação do país perante a entidade máxima do futebol seriam o alvo de parte dos manifestantes. Dentro de campo, o Brasil venceu o Japão com facilidade, por 3 x 0, mas nem o clima de festa interno ao estádio poupou a presidente Dilma Rousseff (PT), que estava presente no jogo, das vaias. Fora de campo o confronto foi intenso, com 30 pessoas detidas segundo a Folha de São Paulo. A capa do jornal refletia a dimensão do que ocorria: “estreia do Brasil tem vaia à Dilma, feridos e presos: presidente é hostilizada três vezes; em protesto antes do jogo” (ESTREIA..., 2013). Um novo conflito se deslocara ao centro do sistema político no Brasil, mas, dessa vez, não ficava claro de que lado os atores estavam, quais atores deslocaram o novo conflito e nem a nova clivagem que os separava.

A escalada da violência policial colaborou para que os protestos abrangessem diversos estados do Brasil, mas não foi necessariamente essa a principal forma de contágio que permitiu a expansão do conflito. As demandas que dividiam o sistema e os repertórios utilizados pelos atores não eram uníssonos, seja por parte dos mobilizados, seja por parte dos atores políticos tradicionais, isto é, pelos partidos, que apenas esporadicamente optaram pelo diálogo. Anarquistas, *black blocks*, grupos contra partidos, militantes de partidos, a força da internet, defensores da volta dos militares etc. estavam nas mesmas mobilizações e desafiavam não só as autoridades tradicionais, mas também a si mesmos. As solicitações eram distintas e pouco era ouvido naquele momento. Contudo, uma clivagem mais geral parecia se sobrepor, a que dividia boa parte da sociedade da classe política. Assim, não importava muito o partido ou a ideologia, pois o conflito expunha um grande descrédito da população em relação à política institucional-partidária como um todo.¹⁰

As mobilizações diminuíram com um recuo dos governos subnacionais em torno do preço das passagens de ônibus. Ainda que o clamor em torno do valor da passagem já dividisse espaço com tantos outros temas, o ato não deixava de ser uma vitória dos manifestantes. Assim, no dia 20 de junho, alguns governantes voltaram atrás e reduziram o valor da passagem. O discurso da Folha de São Paulo também recuara:

Pressionados pelos atos – pacíficos em sua maioria, mas com episódios de violência de manifestantes e policiais –, o governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) e os prefeitos Fernando Haddad (PT-SP) e Eduardo Paes

¹⁰Segundo informações ESEB – Estudo Eleitoral Brasileiro – de 2014, disponíveis em Brigante del Porto (2016, p. 93), o Brasil apresentou, nessa onda, os índices mais baixos de respostas positivas para os seguintes pontos: partido representa a maneira como o eleitor pensa; avaliação dos partidos e; avaliação do Congresso. Ou seja, pouco mais de um ano após as manifestações de 2013 ainda era possível perceber o descrédito da população brasileira em relação aos principais atores da política institucional.

(PMDB-RJ) disseram que a medida [cancelamento das tarifas do transporte] forçará cortes de investimentos públicos (*Folha de São Paulo*, 20 de junho de 2013, A1).

Com o passar do mês de junho, as manifestações rarearam, mas inúmeras perguntas permaneceram sem resposta. Desde que os protestos começaram, várias pessoas tentaram explicá-los, mas poucas dessas análises convergiam. Entretanto, o que ficou claro com o passar do tempo é que o novo conflito instaurado em 2013 ainda não tinha chegado ao fim, pelo menos em relação às suas consequências políticas. Ainda não era possível afirmar sequer de que lado os competidores estavam, nem mesmo quem deslocou o novo conflito e como ocorreu seu contágio e sua expansão. Porém, um indicativo principal já estava disponível, a sinalização de que o novo conflito desafiava a política institucional como um todo.

Buscando responder a algumas demandas das mobilizações, a classe política tentou se organizar. Dilma se reuniu com alguns prefeitos e todos os governadores do país no Palácio do Planalto em 24 de junho (CALGARO; MOTOMURA, 2013), com o objetivo de estabelecer um pacto com a população para tratar de cinco temas: (i) responsabilidade fiscal; (ii) reforma política; (iii) saúde; (iv) transporte público; e (v) educação pública. Porém, os acontecimentos políticos futuros demonstrariam que um pacto entre as elites políticas àquela altura não era mais viável. A partir dali o sistema partidário estava cada vez mais aberto à entrada de novos competidores viáveis no Legislativo, e vivenciou uma disputa ultrapolarizada entre PT e PSDB para o Executivo nas eleições de 2014.

A fragmentação partidária se ampliou, e isso ocorreu com a entrada de competidores que já nasceram viáveis nas eleições. De 2011 a 2013, o TSE deferiu a inscrição de cinco novos partidos¹¹, isso sem falar no veto do tribunal à criação, também neste período, da REDE,¹² partido orquestrado pela ex-senadora pelo PT Marina Silva, que concorrera à presidência da república em 2010 pelo PV, e, em 2014, pelo PSB. Apenas neste curto intervalo o número de partidos registrados subiu de 27 para 32, um aumento de 18,5%. Em 2014, 28 partidos conquistaram assento na Casa. Se considerarmos desde as eleições ocorridas em 1990, este é, significativamente, o maior número de partidos da série histórica, como demonstra a Tabela 3.

Tabela 3 - Número de partidos com cadeiras na Câmara dos Deputados: 1990 a 2014

ANO	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Nº PARTIDOS	19	18	18	19	21	22	28

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Nicolau (1998) e dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

Contudo, o mais importante é que, em termos eleitorais, alguns desses partidos, que disputaram pela primeira vez eleições para deputado federal, obtiveram sensível êxito. Partidos como o PSD, o SD e o PROS debutaram com atuação eleitoral bastante competitiva, levando

¹¹PSD, pedido deferido em 27/09/2011; PPL (Partido Pátria Livre), pedido deferido em 04/10/2011; PEN (Partido Ecológico Nacional), pedido deferido em 19/06/2012; PROS, pedido deferido em 24/09/2013; e SD, pedido deferido em 24/09/2013 (BRASIL, 2014).

¹²Sua criação foi a negada pelo TSE naquele período. Porém, em 22 de setembro de 2015, seu registro foi deferido pelo tribunal.

36, 15 e 11 cadeiras respectivamente. Esse desempenho é significativo quando comparado, por exemplo, com o tradicional DEM, antigo PFL, que levou somente 21 das vagas. Pela Tabela 4, que demonstra as conquistas partidárias na Câmara dos Deputados de 1990 a 2014, pode-se observar como, pelo menos em números absolutos, a última eleição distancia-se das outras na esfera legislativa. Esses dados sugerem que o novo conflito iniciado em junho de 2013 ainda estava realinhando as forças partidárias no país.

Tabela 4 - Conquistas partidárias na Câmara dos Deputados: eleições de 1990 a 2014

PARTIDO	1990		1994		1998		2002		2006		2010		2014	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
PPB/PP	42	8.3%	52	10.1%	60	11.7%	48	9.4%	41	8.0%	44	8.6%	38	7.4%
PMDB	108	21.5%	107	20.9%	83	16.2%	76	14.8%	89	17.3%	78	15.2%	66	12.9%
PDT	46	9.1%	34	6.6%	25	4.9%	21	4.1%	24	4.7%	27	5.3%	19	3.7%
PTB	38	7.6%	31	6.0%	31	6.0%	26	5.1%	22	4.3%	22	4.3%	25	4.9%
PT	35	7.0%	49	9.6%	59	11.5%	91	17.7%	83	16.2%	86	16.8%	69	13.5%
PFL/DEM	83	16.5%	89	17.3%	105	20.5%	84	16.4%	65	12.7%	43	8.4%	21	4.1%
PL/PR	16	3.2%	13	2.5%	12	2.3%	26	5.1%	23	4.5%	41	8.0%	34	6.6%
PCB/PPS	22	4.4%	2	0.4%	3	0.6%	15	2.9%	22	4.3%	12	2.3%	10	1.9%
PDC	3	0.6%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PCdoB	5	1.0%	10	1.9%	7	1.4%	12	2.3%	13	2.5%	15	2.9%	10	1.9%
PSB	11	2.2%	15	2.9%	18	3.5%	22	4.3%	27	5.3%	35	6.8%	34	6.6%
PSC	6	1.2%	3	0.6%	2	0.4%	1	0.2%	9	1.8%	17	3.3%	13	2.5%
PRN/PTC	40	8.0%	1	0.2%	-	-	-	-	3	0.6%	1	0.2%	2	0.4%
PSDB	38	7.6%	62	12.1%	99	19.3%	70	13.6%	66	12.9%	54	10.5%	54	10.5%
PRS	4	0.8%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PTR/PP	2	0.4%	36	7.0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PST	2	0.4%	-	-	1	0.2%	3	0.6%	-	-	-	-	-	-
PMN	1	0.2%	4	0.8%	2	0.4%	1	0.2%	3	0.6%	4	0.8%	3	0.6%
PSD	1	0.2%	3	0.6%	3	0.6%	4	0.8%	-	-	-	-	-	-
PV	-	-	1	0.2%	1	0.2%	5	1.0%	13	2.5%	13	2.5%	8	1.6%
PRP	-	-	1	0.2%	-	-	-	-	-	-	2	0.4%	3	0.6%
PRONA	-	-	-	-	1	0.2%	6	1.2%	2	0.4%	-	-	-	-
PSL	-	-	-	-	1	0.2%	1	0.2%	-	-	1	0.2%	1	0.2%
PSDC	-	-	-	-	-	-	1	0.2%	-	-	-	-	2	0.4%
PAN	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0.2%	-	-	-	-
PHS	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0.4%	2	0.4%	5	1.0%
PRB	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0.2%	8	1.6%	21	4.1%
PSOL	-	-	-	-	-	-	-	-	3	0.6%	3	0.6%	5	1.0%
PTdoB	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0.2%	3	0.6%	1	0.2%
PRTB	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0.4%	1	0.2%
PEN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	0.4%
PROS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	2.1%
PSD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	36	7.0%
PTN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	0.8%
SD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15	2.9%
TOTAL	503	100%	513	100%										

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de Nicolau (1998) e Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

As manifestações de junho trouxeram elementos que dialogam criticamente com a condução da política nacional efetuada por parte das autoridades desafiadas. Somente para ficarmos na questão partidária, o número de deputados que se elegeram em 2010 e foram reeleitos em 2014 foi de 199, o que representa 38,8% da Casa. Desses, 17 foram eleitos pelo PSD, 8 pelo SD e 7 pelo PROS, candidatos que correspondem a 47,2%, 53,3% e 63,6% das cadeiras conquistadas por esses partidos, respectivamente. Somando os políticos desses três

partidos debutantes, eles perfazem 16,1% dos deputados reeleitos em 2014. A moda de mudança partidária, conhecida como dança das cadeiras, permanece, mas com uma inovação, pois passou a ser apoiada pela criação de novos partidos. Assim, mais do que o aumento da fragmentação ou a migração partidária, destaca-se a entrada de um número significativo de novos competidores viáveis no sistema político, sugerindo como, neste momento, ele parecia propício a um novo equilíbrio de forças partidárias.

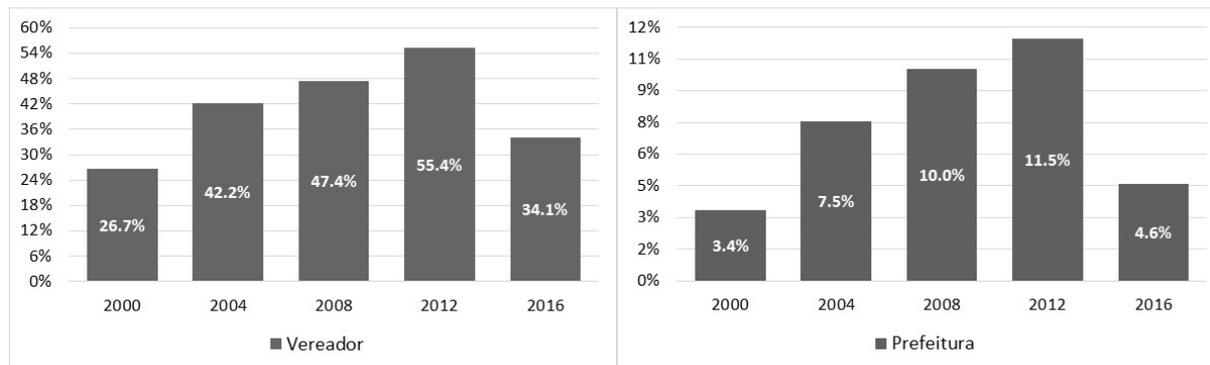
A eleição para presidente também trouxe peculiaridades a partir deste novo conflito que se expandira. Essa tomou uma feição plebiscitária, sendo decidida somente em segundo turno, com margem de votos historicamente reduzida. A candidata à reeleição, Dilma, venceu seu adversário Aécio Neves, do PSDB, com uma diferença de 3 milhões e 400 mil votos, 3,2% dos votos válidos. Durante a campanha, o país acompanhou inúmeras agressões entre os apoiadores aos candidatos. O período foi de turbulência, refletindo o clima de polarização da competição. Ainda que em um aspecto essa eleição tenha repetido o que se vê há algum tempo – pois fora a sexta vez consecutiva que PT e PSDB disputaram a presidência –, o clima pós-eleitoral dessa vez era distinto.

Depois da eleição de 2014, o clima político continuou tenso no país. Numa atitude oposta àquela que ocorrera nas outras disputas, o PSDB não aceitou o resultado das urnas. Conforme destaca Figueiredo (2016), o partido derrotado solicitou recontagem dos votos, colocando em xeque a lisura do pleito. A presidente reeleita e seu partido – PT – firmaram-se como alvo da mídia, de alguns setores organizados da sociedade civil, de partidos adversários e de parcelas significativas da população. Além disso, Dilma teve seguidos problemas de coordenação política, o que tornou sua coalizão instável e difícil de ser gerida (SILVA; VASQUEZ, 2016). Sua situação complicou-se de tal monta que, em abril de 2016, um pedido de *impeachment* fora admitido pela Câmara Federal contra a presidente. O Senado, por seu turno, decidiu pela cassação do mandato da mesma em 31 de agosto de 2016. Porém, diferentemente do que ocorrera no caso Collor, o processo dessa vez não foi unânime. Pelo contrário, dividiu o país, com parcela da população e da política institucional acusando a cassação de ter sido um golpe.

Esse último conflito, iniciado em 2013, parece ainda não ter chegado ao fim. Pelo menos suas consequências ainda não são nítidas. Mas se o realinhamento partidário posterior a esse conflito ainda não se definiu, pelo menos um grande derrotado desse processo já pode ser apontado, o PT. Segundo dados do TSE, o partido, que em 2012 oferecera candidato a prefeito em 35% dos municípios brasileiros, reduziu essa oferta para somente 24% em 2016. Em termos de candidatura para vereador, a redução também foi significativa. Em 2012 o PT lançou candidato à vereança em 92% dos municípios brasileiros. Já em 2016, atuou em 76% das cidades. Seguindo essa tendência, o mesmo ocorreu ao se considerar as conquistas eleitorais do PT nas eleições municipais de 2016. Na Figura 1 é possível verificar todo o crescimento do partido desde o começo dos anos 2000 – acompanhando a consolidação do mesmo como protagonista da política brasileira – até a sua queda vertiginosa na recente disputa local. Tanto em termos de conquista de prefeitura, quanto em relação a municípios nos quais o PT elegeu pelo menos um vereador, o partido perdeu boa parte do lastro acumulado nos últimos anos.

Os dados ainda são iniciais e tratam somente das disputas municipais. No entanto, já

Figura 1 - Conquista eleitoral do PT de 2000 a 2016: vereança e prefeitura



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dados do Tribunal Superior Eleitoral – TSE.

dão pistas do tamanho do impacto que o conflito das mobilizações de junho de 2013 causou no sistema político. Especialmente no que diz respeito ao PT, partido que até então – inclusive por consequência dos realinhamentos gerados nos conflitos anteriores – figurava entre os três maiores do país. Porém, para um cenário mais nítido do novo alinhamento partidário que surgirá a partir destas mobilizações, é preciso aguardar pelo menos as eleições nacionais de 2018.

6 Considerações finais

O artigo buscou demonstrar que a perspectiva analítica proposta por Schattschneider é frutífera para analisar fenômenos políticos, em especial quando se identifica o deslocamento de um novo conflito ao bojo do sistema político. Esse deslocamento ocorre quando o conflito é capaz de abranger, além dos atores políticos tradicionais, como os partidos, também o público, que, em geral, é somente espectador dos embates políticos do dia a dia.

Conflitos desse porte, até pelo impacto que costumam causar, conformam momentos de crises políticas no sistema em que estão inseridos, crises que, via de regra, são acompanhadas pelo realinhamento de forças dos principais atores institucionais. Essas podem ser identificadas nos três fenômenos aqui investigados: *Diretas Já*, *Fora Collor* e manifestações de junho de 2013. Nos dois primeiros conflitos, foi possível identificar as condições que favoreceram o deslocamento da disputa e as formas de contágio e de expansão. Além disso, pode-se identificar os rearranjos político-partidários que ocorreram após esses conflitos. Porém, quando se trata das manifestações de junho, apesar de se identificar o contágio e a expansão do conflito, outras questões ainda permanecem abertas. Nesse sentido, ainda é difícil identificar as condições contextuais que favoreceram o deslocamento da disputa, os atores originais interessados nesse deslocamento, no contágio e na expansão do conflito, e, ainda, que realinhamento partidário surgiu ao final dele. Apesar disso, um aspecto do balanço de forças pós-manifestações de junho de 2013 já é possível constatar, qual seja, o prejuízo que essa mobilização causou ao PT.

Do ponto de vista metodológico, o artigo apresenta limites por não ter uma sistemática de análise histórica dos eventos que permearam as mobilizações e por apresentar os realinhamentos partidários que as seguiram de forma somente descritiva. Entretanto, o trabalho traz a propositura teórica de compreender esses eventos, cruciais para o sistema político, a partir do conflito, uma

chave analítica que nem sempre é mobilizada. Por se tratar de momentos ímpares que envolvem a participação ativa de diversos setores da sociedade, outras alternativas teóricas, para além das mobilizadas para analisar a política rotineira, podem ser úteis para elucidar esses fenômenos. Para tanto, a obra de Schattschneider é pertinente por levar em conta não só as estratégias de disputa, mas também a tomada de decisão de quando mobilizar um conflito com potencial para alterar o *status quo* e de qual conflito mobilizar.

Referências

BERGAMIM JR., G.; GERAQUE, E. “É revolta popular, sem controle”, diz movimento. *Folha de São Paulo*, 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/113653-e-revolta-popular-sem-controle-diz-movimento.shtml>>. Acesso em: 6 set. 2016.

BERGAMIM JR, G. Haddad defende ação da PM para tirar protestos de vias. *Folha de São Paulo*, 10 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/113317-haddad-defende-acao-da-pm-para-tirar-protestos-de-vias.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em: 6 set. 2016.

BRASIL. TSE. *Partidos políticos registrados no TSE*. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

BRASIL. Presidência Nacional do PMDB. *História do PMDB*. 11 jun. 2012. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:yR782WWcNwwJ:pmdb.org.br/institucional/historia/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 6 set. 2016.

BRASIL. Senado Federal. Diários. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/diarios/BuscaDiario?codDiario=15582>>. Acesso em: 15 jan. 2015.

BRIGANTE DEL PORTO, F. Satisfação com a democracia entre os brasileiros no cenário recente (2002-2014). *Debates*, v. 10, n. 3, p. 83-106, 2016.

CALGARO, Fernanda; MOTOMURA, Marina. Dilma quer plebiscito que autorize Constituinte para reforma política. *Uol notícias*, Brasília, 24 jun. 2013. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/06/24/dilma-anuncia-que-vai-pedir-plebiscito-por-reforma-politica.htm>>. Acesso em: 6 set. 2016.

CONTRA tarifa, manifestantes vandalizam centro e a Paulista. *Folha de São Paulo*, 12 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1293720-veja-as-manchetes-dos-principais-jornais-desta-quarta-feira.shtml>>. Acesso em: 6 set. 2016.

ESTREIA do Brasil tem vaia à Dilma, feridos e presos. *Folha de São Paulo*, 16 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1295987-veja-as>>

manchetes-dos-principais-jornais-e-revistas-deste-domingo.shtml>. Acesso em: 6 set. 2016.

FIGUEIREDO, A. O que deu errado?: não culpemos as instituições. *Folha de São Paulo*, São Paulo, maio 2016.

_____; LIMONGI, F. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

KOTSCHO, R. *Explode um novo Brasil: diário da campanha das diretas*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

LAMOUNIER, B. *Depois da transição: democracia e eleições no governo Collor*. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

LATTMAN-WELTMAN, F.; RAMOS, P. de A.; CARNEIRO, J. A. D. *A imprensa faz e desfaz um presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

MAINWARING, S.; MENEGUELLO, R.; POWER, T. J. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo: quais são, o que defendem, quais são suas bases*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

NICOLAU, J. M. *Dados eleitorais do Brasil, 1982-1996*. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

NOVO ato contra tarifa faz até colégio fechar mais cedo. *Folha de São Paulo*, 08 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1291959-protesto-contra-tarifa-faz-ate-colegio-fechar-mais-cedo.shtml>>. Acesso em: 6 set. 2016.

POLÍCIA reage com violência a protesto e SP vive noite de caos. *Folha de São Paulo*, 14 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1294957-veja-as-manchetes-dos-principais-jornais-desta-sexta-feira.shtml>>. Acesso em: 6 set. 2016.

POWER, T. J. Optimism, Pessimism, and coalitional presidentialism: debating the institutional design of brazilian democracy. *Bulletin of Latin American Research*, v. 29, n. 1, p. 18-33, 2010.

PROTESTO contra aumento de ônibus tem confronto e vandalismo em SP. 7 jun. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidiano/112751-protesto-contra-aumento-de-onibus-tem-confronto-e-vandalismo-em-sp.shtml?loggedpaywall>>. Acesso em: 6 set. 2016.

RODRIGUES, A. T. *Diretas Já: o grito preso na garganta*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SCHATTSCHEIDER, E. E. *The semisovereign people: a realist's view of democracy in America*. Hinsdale, Ill.: Dryden, 1975.

SILVA, B. S. DA; VASQUEZ, V. Dilma e o impeachment: consequências da (des)coordenação política. Blog Legis-Ativo, *Jornal Estadão*, abr. 2016.

TATAGIBA, L. F. *Dos significados da “ética na política”*: articulação e discurso no contexto pró-impeachment. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1998.

QUESTÕES PRELIMINARES ACERCA DA REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL: A PERCEPÇÃO DOS ELEITORES A PARTIR DOS DADOS DO ESEB DE 2002 A 2014

PRELIMINARY ISSUES ABOUT POLITICAL REPRESENTATION IN BRAZIL: THE PERCEPTION OF THE VOTERS FROM ESEB'S DATABASE FROM 2002 TO 2014

Soraia Marcelino Vieira*

Resumo: A representação é um importante elemento para a democracia. Atualmente muito se tem debatido sobre as questões referentes a este tema. Neste artigo enfatiza-se a representação partidária como importante componente para a democracia. Busca-se observar como os brasileiros têm percebido a representação, se consideram que há algum partido que os representa, se há algum partido que gostam e como essas duas variáveis se relacionam entre si e com as variáveis sexo e escolaridade. Para isto utiliza-se dos dados do ESEB (2002, 2006, 2010 e 2014). Os métodos privilegiados são a revisão bibliográfica e a estatística descritiva. Os dados sinalizam a variação nas percepções dos entrevistados às quais poderão ser investigadas mais profundamente incorporando variáveis contextuais na análise.

Palavras-chave: Representação. Partidos Políticos. Percepção. Brasil.

Abstract: Representation is an important element for democracy. Much has been debated recently on issues related to this topic. This article emphasizes party representation as an important component for the democratic process. It aims to observe how Brazilians have perceived the representation, if they consider any party a representation of their ideas and needs, if there is a party that they like and how these two variables are related to each other and with other two variables: gender and schooling. For this purpose, the ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) data during the years of 2002, 2006, 2010 and 2014 was used. The chosen methods were bibliographical review and descriptive statistics. The data indicates the variation in the perception of the interviewees, which can be investigated more deeply incorporating contextual variables in the given analysis.

Keywords: Representation. Political parties. Perception, Brazil.

* Professora adjunta da Universidade Federal Fluminense. E-mail: soraiamv@id.uff.br

1 Introdução

A representação política é um tema que tem estado há algum tempo no debate político. Os problemas acerca do alcance e da limitação desse modelo têm sido levantados por pesquisadores há mais de 50 anos. No modelo experimentado por diversas democracias contemporâneas, a representação desponta como a melhor alternativa para intermediação de interesses e construção de uma agenda de políticas públicas.

Uma importante questão a ser considerada é: como fazer com que o interesse público seja maior que os interesses privados? A representação desponta como a opção mais apropriada para que o interesse público realmente seja o privilegiado. Nesse sentido, é importante destacar a importância dos agentes intermediadores dos interesses na construção de uma agenda pública. Os partidos políticos despontam, então, como atores-chave nesse processo de intermediação entre demandas e interesses privados e o poder público.

A existência de diferentes partidos faz-se importante, uma vez que cada um deles levantaria demandas de certos interesses específicos, ou seja, cada partido com sua ideologia representaria um grupo social. Contudo, muito se tem discutido a respeito desse papel intermediador dos partidos políticos. Um importante debate contemporâneo está relacionado à ideia de crise desses atores políticos, crise essa que se refletiria, especialmente, em seu papel de representação.

A partir dessa breve introdução, este artigo busca discutir a temática da representação, analisando a problemática no contexto brasileiro recente. O objetivo é observar e descrever a percepção dos brasileiros no que tange à representação nos últimos 16 anos, período ao longo do qual ocorreram 4 eleições presidenciais. Para isso, são utilizados como recursos a revisão bibliográfica e a estatística descritiva. São discutidos textos que trabalham o conceito de representação de modo geral (no tópico 1), assim como os relacionados à representação no contexto brasileiro contemporâneo (apartado 2). Para analisar o caso brasileiro, enfoque principal deste artigo, recorreu-se às pesquisas do ESEB.¹ Tomaram-se como referência duas perguntas do *survey*, a que questiona o entrevistado se existe algum partido que representa seu modo de pensar e a que pergunta se há algum partido de que gosta. É observado, também, se há relação entre o sentimento de representação e as variáveis escolaridade e sexo (parte 3).

Este artigo não tem o objetivo de esgotar ou apresentar conclusões definitivas sobre o tema; pelo contrário, visa, principalmente, a levantar essas importantes questões e sinalizar possíveis linhas de pesquisa a serem desenvolvidas posteriormente.

2 Debatendo a representação e o papel dos partidos políticos

O tema da representação tem despertado o interesse de pesquisadores desde a segunda metade do século XX. Desde o clássico trabalho de Pitkin (1967) até as análises mais contem-

¹ Estudo Eleitoral Brasileiro. O estudo constitui-se de um *survey* com representatividade nacional realizado em anos de eleições majoritárias no período imediatamente posterior às eleições. Atualmente o estudo conta com 4 rodadas. A primeira foi realizada em 2002 e, em seguida, foram realizadas novas pesquisas em 2006, 2010 e 2014.

porâneas como as de Urbinati e Warren (2008), o debate tem girado em torno do papel e da importância da representação nas democracias contemporâneas.

Neste debate, uma das discussões que vem à tona é a que diz respeito ao papel dos partidos políticos e à representação como uma característica importante nas democracias. De acordo com Pitkin (1967), o conceito está relacionado à concepção de representação de ideias, e não à concepção de representação individual, isto é, aquela em que um representante será o porta voz de uma plataforma, de um coletivo, de ideias, não de um interesse particular. Nesse sentido, argumenta-se que um candidato eleito para o parlamento, por exemplo, deve servir a todo país e não somente a seu estado, sua região ou seus eleitores. Assim, o conceito é superior à ideia de individualidade.

De acordo com essa linha de argumentação, as eleições são fundamentais para garantir que os cidadãos possam escolher os partidos que melhor representam seus interesses. Urbinati e Warren (2008) argumenta – valendo-se da teoria política da representação – que a legitimidade do governo advém de sua escolha por meio de eleições livres e regulares. Eleições que promovem uma interação entre a sociedade civil e a política, que são essenciais ao desenvolvimento e à manutenção do regime democrático, e não somente algo inevitável. A autora destaca “a natureza idealizadora e julgadora da política [...], uma arte pela qual os indivíduos transcendem o imediatismo de sua experiência e de seus interesses [...]” (URBINATI, 2000, p. 760).

Os partidos políticos despontam, então, como importantes canalizadores do interesse comum junto ao poder público. Os diferentes partidos, com seus diferentes pontos de vista ou ideologias, seriam os responsáveis por levar ao poder público as demandas das diversas posições encontradas na sociedade (DIAMOND; GUNTHER, 2001). Uma das principais funções dos partidos seria a de atuar como um atalho informacional para a tomada de decisão dos eleitores (DIAMOND; GUNTHER, 2001; KINZO, 2005).

Resumidamente pode-se pensar em três funções dos partidos políticos: a relação com a burocracia partidária, a relação com o poder e a relação com a sociedade. O primeiro tópico está ligado à ideia da administração do partido, sua composição, seleção de candidatos etc. O segundo está relacionado aos aspectos procedimentais, composição de governo, elaboração de políticas públicas etc. Finalmente, o terceiro diz respeito às conexões entre os partidos e a sociedade, seu papel de intermediar.

Como se pode apreender, as três funções são fundamentais em um regime democrático. No primeiro caso, é importante haver um alinhamento interno entre os diferentes setores do partido a fim de que se ofereça à sociedade uma gama de possibilidades de políticas públicas. É necessário, ainda, haver coerência quanto aos princípios norteadores do partido e a seu posicionamento/comportamento quando no governo, estando na situação ou na oposição. Quando se trata dos aspectos procedimentais, os partidos são importantes para garantir a governabilidade e a implementação de políticas públicas, uma vez que no governo terão a possibilidade de manifestar seu posicionamento ideológico propondo e votando políticas públicas. Quando falamos do terceiro aspecto, é fundamental que os partidos estejam sintonizados com a sociedade a fim de traduzir suas demandas junto ao governo e implementar as políticas solicitadas.

Apesar da importância dessas três funções, as democracias contemporâneas vêm assistindo, nos anos recentes, um esvaziamento da função “relação com a sociedade”. Inúmeros estudos têm apontado o enfraquecimento desse papel do partido político. Esse enfraquecimento é perceptível na queda das filiações e da identificação partidária e impacta na capacidade dos partidos de estruturar os votos. Isso seria o resultado da associação de fatores individuais e sistêmicos, de acordo com Dalton et al. (2003) e Paiva, Braga e Pimentel Jr. (2007).

Algumas explicações têm sido levantadas nesse sentido. Uma delas está relacionada às mudanças sociais ocorridas desde o século XX, dentre as quais chamam atenção o papel da mídia e das mídias sociais na construção de interesses, a ascensão dos valores pós-materialistas (DIAMONT; GUNTHER, 2001) e a cartelização dos partidos políticos (KATZ; MAIR, 1995).

O processo que acontece quase de forma simultânea é caracterizado: por um lado, pelo aumento da influência da mídia e pelo protagonismo das redes sociais, que fornecem ao cidadão um modo de se informar que prescinde das organizações previamente existentes. Esses instrumentos têm atuado como importantes formadores de opinião na contemporaneidade. No caso do Brasil, pesquisas recentes (LAZZARI, 2017) analisam em que medida assistir ao Jornal Nacional (telejornal diário de grande alcance no Brasil) influencia os eleitores no que tange à desafeição política, por exemplo.

Por outro lado, o enfraquecimento dos laços dos partidos com a sociedade é relatado quando falamos dos partidos de massa (DUVERGER, 1980), que teriam passado a uma estrutura *catch all*, ampliando o seu apelo e a sua base eleitoral ao formato de partido cartel, uma estrutura ligada ao governo com poucos vínculos com a sociedade. Essa transformação na estrutura dos partidos leva ao debate acerca da crise dos partidos. De acordo com Mair (2003), devido às mudanças observadas na democracia e na própria sociedade, os partidos têm se conscientizado das dificuldades para atuarem como agentes de representação. Continuam, contudo, exercendo importante função na gestão da democracia.

Nesse sentido, cabe avaliar importantes variáveis que podem sinalizar parâmetros da percepção de representação dos partidos diante do eleitorado. De acordo com pesquisas realizadas em democracias consolidadas, tanto a filiação partidária quanto a participação eleitoral registraram uma queda de pouco mais de 50% entre os anos de 1980 e 1990 (DIAMONT; GUNTHER, 2001). Observando esses dados mais recentemente, é possível notar a tendência de queda nas duas variáveis discutidas. Mair (2013) argumenta que além deste declínio visível, tanto no número de filiados como na participação eleitoral, um fato evidente é que as organizações partidárias têm se mostrado incapazes de atrair as atenções dos eleitores.

3 Representação no Brasil

Como uma democracia oriunda da terceira onda (HUNTINGTON, 1994), o Brasil – assim como outros países que vivenciaram regimes de exceção entre os anos 1960 e 1980 – apresenta algumas particularidades. Nesse sentido, é importante destacar que as rupturas empreendidas pelos regimes ditatoriais levaram a uma descontinuidade dos laços existentes entre os partidos e os cidadãos em muitos países. O Brasil é um desses casos.

O processo de redemocratização constituiu-se como um grande desafio em diferentes aspectos: desde a retomada da institucionalidade, passando pela reconstrução dos marcos legais, até a reestruturação dos canais de interlocução entre o poder público e a cidadania. Isso se deu justamente no momento em que a sociedade atravessava um momento de profundas transformações, tanto no que tange a sua incorporação no sistema político como no que diz respeito à comunicação midiática, à ascensão de valores pós-materialistas e à construção de novas identidades partidárias. Diferentemente das democracias consolidadas nas quais os ciclos ocorreram separadamente,² nas novas democracias ocorreram praticamente de maneira simultânea.

No Brasil, a instituição do multipartidarismo, em 1979, promoveu o surgimento de agremiações que não tinham vínculos com o sistema político no período pré-ditadura. Essas teriam como desafio chegar ao cidadão e firmar-se como intermediador de seus interesses. O único partido que conseguiu capilaridade nacional e identidade com os eleitores foi o PMDB.³ Os demais, embora em alguns casos, como o PC do B e o PTB,⁴ reivindicassem sua identidade pré-ditadura, constituíam uma novidade no cenário político nacional. Além disso, os inúmeros processos de mudança de nome, fusão e fragmentação de partidos podem ser entendidos como complicadores para a percepção e identificação dos eleitores.

Assim, os problemas, supracitados, observados nas democracias consolidadas, como demonstram Gunther e Diamond (2001), aqui seriam potencializados devido à dificuldade de construção de vínculos entre a identidade do cidadão e a dos partidos. Outro agravante seria o fato de serem raros os casos na história do país de partidos que surgiram a partir das organizações sociais. De acordo com Kinzo (2005), apenas PC do B e o PT constituiriam esse modelo.

Sendo os partidos os intermediadores da relação entre sociedade e poder político, é importante levar em consideração o seu funcionamento e a sua relação com os filiados. Considerando que os eleitores filiados seriam os que apresentam maior interesse na vida partidária, deve-se analisar o comportamento desses eleitores a fim de pensar questões acerca da representação. Como discutido anteriormente, essas questões são sinalizadoras dos vínculos entre eleitores e partidos.

Quando se trata de filiação, no caso brasileiro, os dados podem ser verificados nas pesquisas realizadas pelo ESEB. O artigo de Speck, Braga e Costa (2015) constata não apenas o baixo nível de filiação partidária como a baixa identificação dos próprios filiados. Primeiramente, os autores constataam uma discrepância nos números oficiais de filiados (11% do eleitorado) e na porcentagem de filiados observados pelo *survey* (3%). Sobre essa discrepância, esclarecem que: “Sendo dois universos diferentes, é importante ressaltar que o universo dos filiados do ESEB são aqueles que se auto-identificaram como sendo filiados a um partido político” (SPECK; BRAGA; COSTA, 2015, p. 130). A partir dos dados da pesquisa, os autores constataam que há maior

² Nas democracias consolidadas os partidos já tinham enraizamento social quando acontecem as transformações sociais.

³ Ao acrescentar apenas o P na sigla, o partido que fora a oposição ao regime militar pode manter sua organização territorial, desenvolvida ao longo do período ditatorial, assim como a identificação com o eleitorado.

⁴ Apesar da tentativa de remeter ao partido antes pré-período ditatorial, o PTB pós-reforma de 1979 era formado por diferentes atores com características distintas ao do partido criado por Vargas em 1945.

porcentagem de filiação na região Norte (5,1%) que no Sudeste (1,8%). O estudo aponta, ainda, que as taxas de filiação são maiores quanto menor o município, levando à conclusão de que tanto os processos de filiação quanto os outros tipos de vínculos partidários se associam mais às “relações de proximidade interpessoal do que indica as teorias clássicas de identificação partidária” (SPECK; BRAGA; COSTA, 2015, p. 144).

Importante, também, chamar a atenção para uma das conclusões dos autores que constata que um em cada quatro filiados não gosta de nenhum partido (21%) e que 29% destes gostam de outro partido, ou seja, estão filiados em um partido que não é da sua preferência. Para os autores, isto “significa que não podemos avaliar toda filiação como expressão de um compromisso mais intenso com certo partido” (SPECK; BRAGA; COSTA, 2015, p. 145).

Partindo para uma observação do eleitorado, em geral é possível avaliar a desconfiança dos eleitores em relação aos partidos políticos, atores que, como mencionado anteriormente, seriam responsáveis por captar os interesses dos cidadãos e intermediar suas relações com o poder público. Em seu estudo a partir dos dados do *Survey Brasil 25 anos de democracia*, Lazzari (2017) analisa a existência de um problema de confiança nos partidos políticos, que não estaria associado a características socioeconômicas, tais como gênero, renda, escolaridade e idade. De acordo com o autor, a desconfiança é generalizada. Ainda de acordo com o autor, “[...] avaliar que a corrupção aumentou ou piorou engendra uma maior desconfiança em partidos” (LAZZARI, 2017, p. 353).

Lazzari (2017) conclui que aparentemente não é possível afirmar que as variáveis escolhidas afetam a desconfiança. O fenômeno é observado em todos os estratos. O autor constata, também, que não há associação entre o crescimento da desconfiança e a redução da confiança, ou seja, não há indicações de que as duas variáveis estejam associadas de maneira determinística. Contudo, ele defende que

[...] essas categorias não são independentes entre si, mas seus comportamentos diferentes ante os fatores que as impactam, em que a confiança terá um espaço muito menor para crescer, indicam um tipo de antipartidarismo cultural, mais profundo na sociedade, em que sua reprodução é ritualizada, enquanto a desconfiança remeteria a um antipartidarismo reativo.

A percepção do eleitorado, ainda de acordo com Lazzari (2017), é que os partidos não levam em conta os interesses dos cidadãos, ou seja, os interesses dos representados, mas que esses atores têm agido de forma independente, buscando principalmente seus próprios interesses. Essa constatação do autor confirmaria a hipótese de fragilização dos vínculos do partido com a sociedade e seu comprometimento apenas com a permanência no governo. Nesse ponto cabe retomar o debate acerca do mandato e da independência, que pode ser resumido na escolha entre o representante fazer o que ele acha melhor ou o que os eleitores querem que ele faça. Voltamos aqui ao debate acerca do significado da representação. Pitkin (1967) vai chamar a atenção para o fato de que a representação significa tornar presente algo que não está presente de fato. De fato, quando tratamos do conceito no contexto político, uma série de considerações deve ser feita. Pitkin (2006, p. 30) argumenta que

[...] paradoxo é recoberto por várias preocupações substantivas: a relação entre os representantes na legislatura, o papel dos partidos políticos, na medida em que os interesses locais e parciais se encaixam no bem nacional, a forma pela qual a deliberação se relaciona com o voto e ambas se relacionam com o exercício do governo etc.

A autora defende, ainda, que, uma vez que a relação de cada parlamentar é com a nação, na verdade não existe um vínculo especial com o seu eleitorado. Essa seria uma das vantagens da representação. Uma vez eleito, embora comprometido com seu programa político, o candidato representaria a nação como um todo, não interesses privados.

4 A percepção da representação no Brasil contemporâneo

Após essa breve análise da literatura sobre representação, filiação partidária e desafeição política, é importante discutir as razões desse afastamento e da descrença dos eleitores nos partidos políticos, assim como pensar no papel dos partidos como estruturantes do voto no contexto brasileiro.

Paiva, Braga e Pimentel Jr. (2007) analisam o papel dos partidos na formação das preferências eleitorais e na estruturação do voto. Os autores discutem a preferência partidária, o grau de representatividade dos partidos, o conhecimento dos partidos e a confiança nos mesmos. Os autores concluem que não se pode afirmar satisfatoriamente a avaliação dos partidos no âmbito da representação. Eles argumentam que:

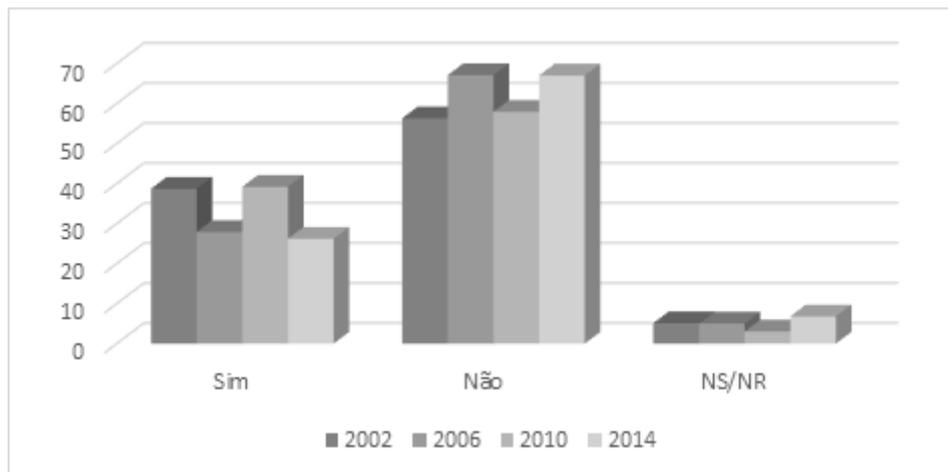
Na medida em que os partidos políticos são instituições cruciais para o funcionamento da democracia representativa, os laços pouco estáveis entre partidos e o eleitorado aqui verificados e a baixa confiança depositada naqueles, levam a ver com preocupação seu impacto a médio prazo para a legitimidade da ordem democrática (PAIVA; BRAGA; PIMENTEL JR., 2007, p. 405).

A partir dos dados do ESEB 2002, 2006, 2010 e 2014, é possível observar se os brasileiros se sentem representados pelos partidos políticos e se é possível notar mudanças nessa percepção ao longo do tempo. Analisa-se, também, se variáveis como sexo e escolaridade diferenciam a percepção de representação dos partidos.

A primeira questão a ser analisada é relacionada ao sentimento de representação. Quando questionados se algum partido representa a maneira que pensam, é possível notar que menos de 40% responderam afirmativamente, sendo que os anos de 2002 e 2010 foram os que tiveram mais respostas afirmativas, com cerca de 39%. Como pode ser observado no Gráfico 1, 2006 e 2014 foram os anos que apresentaram mais respostas negativas. Aproximadamente 67% dos entrevistados consideram que nenhum partido representa sua maneira de pensar.

Quanto ao que se observa nos dados, é importante chamar a atenção para o contexto brasileiro no período analisado. Cabe considerar o impacto que fatores de ordem política, econômica e social exercem sobre a percepção dos cidadãos. Na literatura de Ciência Política,

Gráfico 1- Algum partido representa a maneira de pensar



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do ESEB 2002, 2006, 2010 e 2014.

existe um grande debate acerca da avaliação que os eleitores fazem do desempenho do governo, especialmente no que tange às questões econômicas. Uma constatação dessa literatura é que a economia impacta nas eleições. Carreirao (1999) analisa como a economia exerceu influência nas escolhas eleitorais brasileiras nos anos 1980 e 1990. Pereira (2014) segue linha semelhante ao avaliar o voto nas eleições presidenciais de 2002. A partir de análises do voto econômico, verifica-se como as escolhas dos eleitores são influenciadas por fatores contextuais – nestes casos, pela economia.

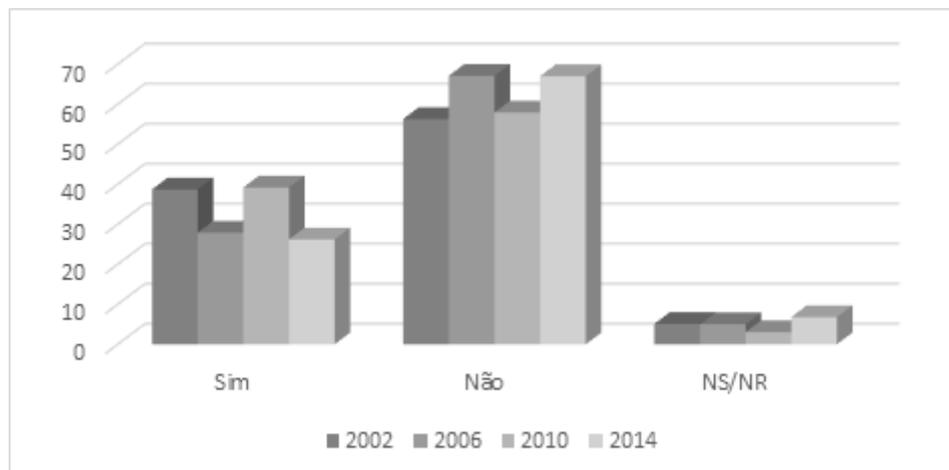
Assim como a economia, fatores de ordem política e social influenciam a percepção dos eleitores. Pode-se citar, por exemplo, a avaliação do governo Dilma antes e depois das manifestações de 2013. De acordo com as pesquisas Datafolha, a avaliação positiva do governo da então presidenta caiu 27 pontos em três semanas, justamente no período das manifestações.⁵ Poucos meses antes do fenômeno, a avaliação positiva da presidenta havia alcançado níveis *records*, de acordo com pesquisas do IBOPE.

Sob esse ponto de vista, cabe mencionar que em 2002 houve uma grande expectativa com a chegada do PT ao governo. O partido despontava como a possível solução dos problemas que o país enfrentara durante o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso. Tal expectativa pode ter influenciado o sentimento de representação dos cidadãos. Por outro lado, a eleição de 2006 ocorreu em um clima de desgaste do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, principalmente devido aos escândalos de corrupção de pessoas importantes do PT ou ligadas ao governo. A eleição de 2010 ocorreu novamente em clima de expectativas. A economia apresentava sinais positivos e se esperava que o crescimento continuasse. A eleição de 2014, por sua vez, acontece após um turbilhão de problemas, tanto de ordem econômica como de ordem política e social (pós-manifestações de 2013, queda da popularidade da presidente etc.). Pode-se pensar que a avaliação do governo exerce influência na percepção da representação. Observa-se que daí desponta uma agenda de pesquisas que exigiria maior esforço e análise da

⁵ As manifestações de 2013 se iniciaram como reivindicação contra o aumento no preço do transporte público e incorporaram uma série de demandas por políticas públicas tais como a saúde e educação, e agregou, também, a insatisfação com a corrupção. O movimento teve grande repercussão e teve como característica a rejeição aos partidos políticos.

relação entre avaliação do governo, desempenho econômico e sentimento de representação, tema esse que se pretende analisar com maior profundidade em trabalhos futuros.

Gráfico 2 – Partido que gosta, em 2002, 2006, 2010 e 2014



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do ESEB 2002, 2006, 2010 e 2014.

Assim como no caso de haver algum partido que representa a maneira de pensar, os dados referentes a “gostar de um partido”, Gráfico 2, apresentam mais respostas afirmativas nos anos de 2002 e 2010, com cerca de 48% dos respondentes nos dois anos. Já nos anos de 2006 e 2014, as respostas negativas são superiores aos demais anos observados, com 63%. Nesse sentido, assim como no caso dos dados acerca da representação, é possível inferir que os contextos político e econômico podem ter impactado na percepção e no sentimento dos eleitores.

No Quadro 1, busca-se analisar a relação entre gostar de um partido e se sentir representado. A hipótese é que aqueles que se sentem representados gostem de algum partido; o contrário não se verificaria uma vez que o partido que tem o afeto do eleitor pode não ter representação no governo, o que levaria o eleitor a não se sentir representado.

Tabela 1- Partido que gosta X Partido que representa

	Ano	Algum partido de que gosta							
		2002		2006		2010		2014	
		Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Algum partido representa sua maneira de pensar	Não	71,5%	28,5%	86,0%	12,5%	85,2%	14,5%	85,8%	13,4%
	Sim	19,7%	80,3%	15,4%	84,2%	23,0%	76,1%	13,6%	84,5%

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados do ESEB 2002, 2006, 2010 e 2014

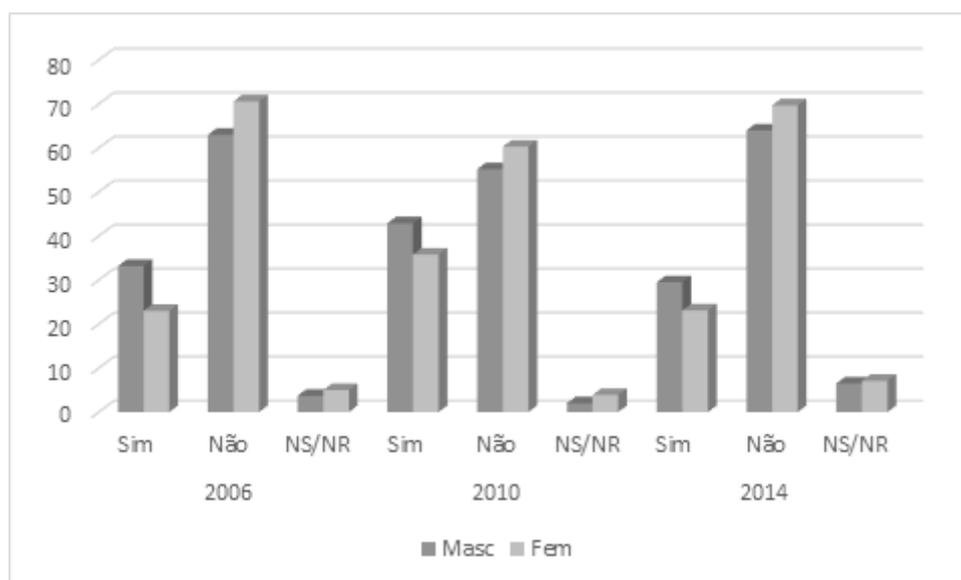
De acordo com a Tabela 1, podemos perceber que há uma discrepância entre gostar e se sentir representado. Em média, 17% dos entrevistados que gostam de um partido não se sentem representados por nenhuma agremiação. 2002 apresenta o maior percentual de entrevistados que gostam de algum partido, mas não se sentem representados por nenhum (28,5%). O ano que apresenta o menor percentual é 2006, com 12,5%. Por outro lado, em média 18% dos entrevistados que se sentem representados por algum partido não gostam de nenhum deles, sendo o ano de 2010 o que apresenta o maior percentual de pessoas que se sentem representadas por um partido, embora não gostem de nenhum, e 2014 o ano que apresenta o menor percentual.

Os dados levam a pensar em algumas hipóteses. Pode-se inferir que, embora gostem de determinado partido, os eleitores analisam de maneira cautelosa o comportamento deste, concluindo que, apesar da simpatia, não conseguem representá-los. Nesse ponto, podemos retomar as reflexões da literatura, expostas anteriormente, quando se analisa o distanciamento do partido do eleitorado. Uma vez que ocorre tal distanciamento, os eleitores, apesar de terem algum vínculo afetivo com o partido, não o veem como seu representante. Não obstante, ao contrário do que se poderia imaginar, o percentual dos que se sentem assim diminui significativamente entre 2002 e 2006: mais de 50%, com um leve aumento entre 2006 e 2010 e uma leve queda entre 2010 e 2014.

Quando se observa a discrepância entre se sentir representado e não gostar de nenhum partido, alguns questionamentos podem surgir, mas a hipótese que pode ser pensada é que com o bombardeamento de informações negativas acerca dos partidos, aliado às práticas ilícitas e seu afastamento da sociedade produzem esse tipo de posicionamentos. Diferentemente do observado nos dados relativos aos que gostam de algum partido, mas não se sentem representados, no caso contrário não há um padrão. Há uma leve queda dos que se sentem representados, mas não gostam de nenhum partido de 2002 e 2006 (de 17,7 para 15,4). Há, contudo, um considerável aumento nos percentuais entre 2006 e 2010 (chegando a 23%), seguido de nova queda em 2014 (13,6%). Seria interessante analisar melhor esses dados à luz do contexto sócio-político e econômico, a fim de verificar os elementos que influenciam essas variações.

Ao analisar a relação entre sexo e representação e escolaridade e representação, tomamos apenas os dados de 2006, 2010 e 2014, uma vez que o *survey* de 2002 não incluiu questões acerca do sexo ou da escolaridade dos entrevistados.

Gráfico 3 – Sentimento de representação por sexo



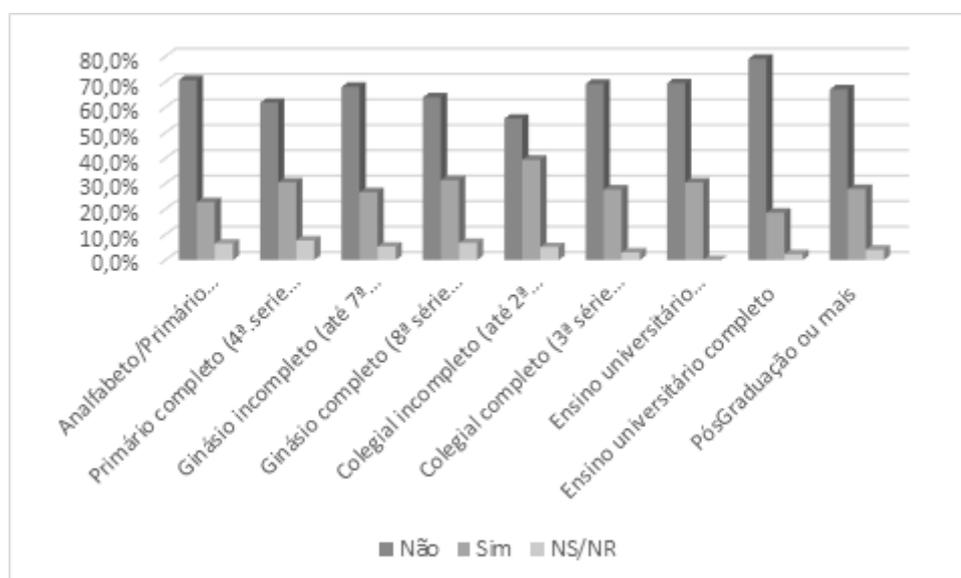
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do ESEB 2006, 2010 e 2014.

Quando observamos a percepção de representação por sexo, Gráfico 3, notamos que os homens, em todas as rodadas, sentem-se mais representados que as mulheres. Esses dados também nos levam a pensar algumas hipóteses que podem ser melhor exploradas a fim de ser

analisadas, dentre elas o fato de as mulheres ainda estarem afastadas da política e de haver poucas nos cargos públicos. Mesmo nas eleições de 2010 e 2014, quando houve uma candidata à presidência da República com reais chances de vitória, o número de mulheres que consideraram que havia um partido que representava sua forma de pensar foi inferior ao percentual de homens.

De acordo com dados do IBGE, as mulheres representam 51,5% do eleitorado brasileiro e 51,7% dos votantes. Não obstante, em 2010, ocupavam apenas 9% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 13% no Senado. Os dados da União Interparlamentar – IPU, de 2013, apontam o Brasil na 156ª posição em representação feminina, em uma lista de 188 países. Na América Latina, o país se posiciona no 30º lugar entre os 34 que formam a região (PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER, 2014). Os dados mostram a discrepância existente entre o total de mulheres no país e sua participação política, o que pode promover a falta de sentimento de representação.

Gráfico 4 – Representação x Escolaridade 2006

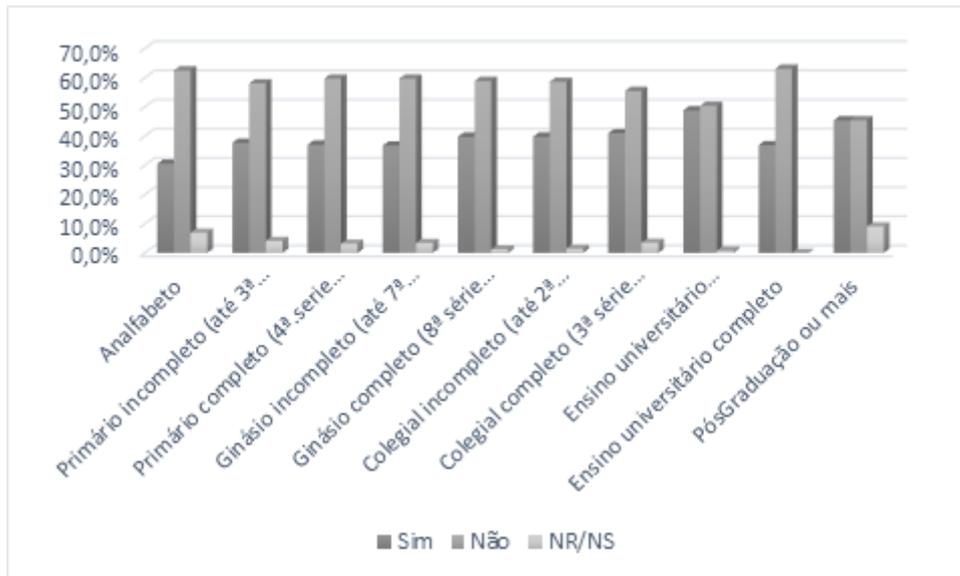


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do ESEB 2006, 2010 e 2014.

Quando falamos de escolaridade – gráficos 4, 5 e 6 –, notamos que há pouca variação entre as diferentes faixas e a percepção de representação. Os que se sentem menos representados em 2006 são os com primário incompleto; os que se sentem mais representados são os com colegial incompleto. A diferença é de 15,1 pontos percentuais. Em 2010, os com ensino universitário completo são os que se sentem menos representados, e os que se sentem mais representados são os com pós-graduação. Em 2014, os que se sentem menos representados são, novamente, os com ensino universitário incompleto, e os que se sentem mais representados são os com pós-graduação ou mais.

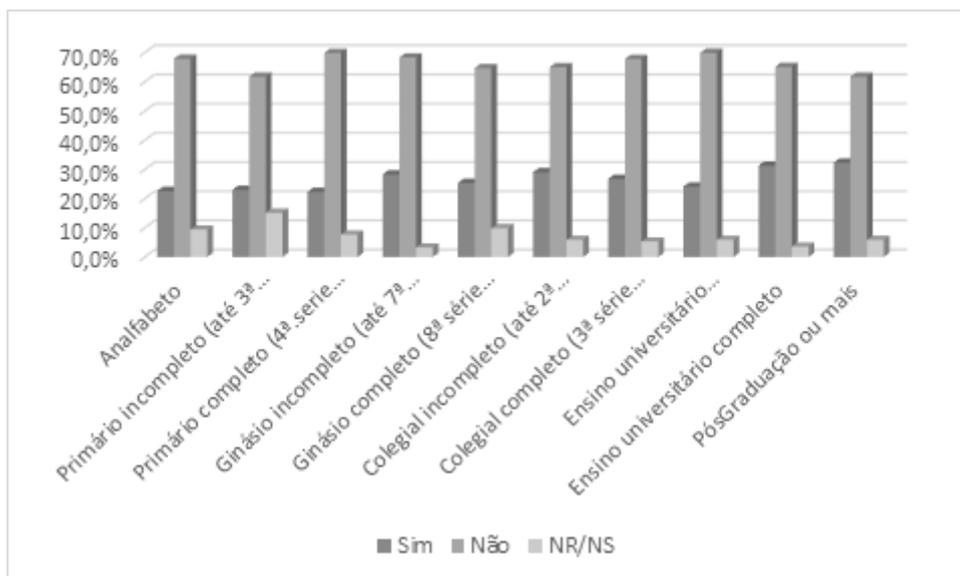
A partir dos dados, podemos constatar que não há uma relação direta entre escolaridade e sentimento de representação. A princípio, poderia se pensar que os mais escolarizados se sentem mais representados por terem mais acesso à informação ou que aconteceria o contrário, os menos escolarizados se sentindo mais representados. Contudo, os dados não mostram isso. Há uma porcentagem bastante próxima dos que se sentem e dos que não se sentem representados,

Gráfico 5 – Representação x Escolaridade 2010



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do ESEB 2006, 2010 e 2014.

Gráfico 6 - Representação x Escolaridade 2014



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do ESEB 2006, 2010 e 2014

independente da escolaridade. A pequena variação observada foi ao longo do tempo.

5 Considerações finais

O debate acerca da representação política constitui um importante tema a ser explorado pela Ciência Política, especialmente dado seu papel na estabilidade democrática. Diante dos desafios contemporâneos, cabe analisar mais detidamente como as democracias contemporâneas têm enfrentado a questão. Apesar de todos os problemas e limitações observados, a representação política ainda desponta como a principal maneira de garantir uma democracia inclusiva, uma vez que, de acordo com a literatura, quando se fala em representação se busca o bem geral e não os interesses privados.

Muitos dilemas têm emergido, e um dos principais é como tornar a democracia realmente representativa, principalmente em um contexto de afastamento dos partidos políticos da sociedade, crise de legitimidade e representação desses importantes atores políticos, como discutido anteriormente. A literatura demonstra alguns dos dilemas que os partidos políticos vêm enfrentando no contexto contemporâneo, tais como a queda no número de filiados e as altas taxas de abstenção eleitoral.

No caso brasileiro, as pesquisas do ESEB colhem a opinião dos eleitores sobre diferentes aspectos da política, entre eles sobre a representação. Duas das perguntas do *survey* foram exploradas neste artigo, a que questiona os entrevistados se se sentem representados por algum partido político e se gostam de algum partido. Buscou-se também verificar se essa percepção pode ser associada às variáveis sexo e escolaridade.

Como dito na introdução, este artigo não visa a esgotar o tema, mas, principalmente, apontar questões relevantes que poderão ser investigadas mais a fundo no futuro, sinalizar uma agenda de pesquisa acerca da percepção de representação no Brasil. Uma das considerações que pode ser feita com relação a isso é que se faz mister analisar os dados encontrados à luz do contexto no qual cada um dos *surveys* foi realizado.

Os dados permitiram observar que há uma baixa percepção de representação por parte dos brasileiros, assim como um percentual considerável de entrevistados que afirmaram não gostar de nenhum partido. Os anos de 2002 e 2006 apresentam maior proporção de eleitores que responderam negativamente às duas questões. Quando se efetuou o cruzamento das duas variáveis, notou-se que cerca de 17% dos eleitores, embora gostem de algum partido, sentem que nenhum deles representa sua maneira de pensar, enquanto cerca de 18%, apesar de sentirem que um partido representa sua maneira de pensar, não gostam de nenhum deles.

Quando falamos da percepção da representação por sexo, os dados apontam que as mulheres se sentem menos representadas que os homens. Esse achado sinaliza para a importância de se analisar melhor as questões relativas à inserção feminina na política. Como discutido brevemente, embora seja cerca de 50% da população, a representação política feminina no Brasil está aquém do esperado. O país desponta como um dos casos em que essa representação é menos efetiva, quando comparado com outras democracias. Nesse sentido, é importante que se desenvolvam estudos a fim de problematizar a questão de como melhorar a representatividade feminina no Brasil.

Como apontado anteriormente, vale investigar mais detidamente como as variáveis contextuais, tais como as econômicas, sociais e políticas, impactam a percepção dos eleitores. Neste trabalho, buscou-se levantar algumas questões que podem sinalizar o caminho para análises mais aprofundadas.

Importante chamar a atenção para as questões relativas à representação política e às políticas públicas. Não se pode deixar de considerar que, enquanto atores de intermediação, os partidos políticos seriam responsáveis por levar as demandas dos cidadãos ao poder público. O sistema representativo permitiria que diferentes demandas fossem levantadas e políticas públicas fossem criadas para atendê-las, contemplando os diferentes setores da sociedade. Pensar na não representação significa inferir que, ao invés de políticas que contemplem as diferentes

demandas, estão sendo priorizadas políticas localizadas e privadas, algo que feriria o princípio da democracia.

Os dados que têm sido observados na contemporaneidade sinalizam para a necessidade urgente de se pensar a representação e de se pensar como os atores políticos podem chegar ao eleitor e agir como seu intermediador mediante o sistema político.

Referências

- CARREIRAO, Y. de S. Avaliação do governo e “voto econômico”. *Lua Nova*, São Paulo, n. 48, p. 213-232, dez. 1999.
- DUVERGER, M. *Os partidos Políticos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: UNB, 1980.
- DIAMOND, L.; GUNTHER, R. (Ed). *Political Parties and Democracy*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.
- HUNTINGTON, S. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Ática, 1994.
- KATZ, R.; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. *Sage Journals*, v. 1, issue 1, p. 5-28, 1995.
- KINZO, M. D. Os partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *RBCS*, v. 20, n. 57, 2005.
- LAZZARI, E. A. Explicações assimétricas para a desconfiança em partidos políticos no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 23, n. 2, p. 334-360, maio/ago. 2017.
- MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, Lisboa, v. 167, p. 277-93, 2003.
- . *Ruling the void: the hollowing of western democracy*. London-New York: Verso, 2013.
- PAIVA, D.; BRAGA, M. do S.; PIMENTEL JR., J. T. P. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 388-408, nov. 2007.
- PEREIRA, F. B. Voto econômico retrospectivo e sofisticação política na eleição presidencial de 2002. *Rev. Sociol. Polit.* [online], v. 22, n. 50, p. 149-174, 2014.
- PITKIN, H. F. *The concept of representation*. Berkeley; Los Angeles; London: University of California Press, 1967.
- . Representação: palavras, instituições e ideias. *Lua Nova*, São Paulo, n. 67, p. 15-47, 2006.
- PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER. + *Mulher na política: mulher, tome partido!* Brasília: Senado Federal, 2014.
- Conexão Política, Teresina v. 6, n. 2, 65 – 79, jul./dez. 2017

SPECK, Bruno Wilhelm; BRAGA, Maria do Socorro Sousa; COSTA, Valeriano. “Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil”. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba, v. 23, n. 56, p. 125-148, dez. 2015.

URBINATI, Nadia. Representation as advocacy: a study of democratic deliberation. *Political Theory*, Thousand Oaks, v. 28, n. 6, p. 758-786, 2000.

_____; WARREN, M. E. The concept of representation in contemporary democratic theory. *Annual Review of Political Science*, Palo Alto, v. 11, p. 387-412, 2008.

CLIENTELISMO E TEORIA DEMOCRÁTICA: DO PASSADO AO PRESENTE

CLIENTELISM AND DEMOCRATIC THEORY: FROM PAST TO PRESENT

Adauto de Galiza Dantas Filho*

Resumo: Este artigo tem como objetivo fazer uma discussão acerca do conceito de clientelismo levando em consideração sua natureza racional e sua evolução semântica ao longo do tempo. Parte desse exercício mostra que tal conceito-chave se relaciona com a teoria democrática participativa, revelando implicações de cunho normativo. Alguns trabalhos empíricos são levantados para reforçar a ideia de que relações clientelísticas não desaparecem com os processos de democratização e de participação política, refutando a dicotomia que tradicionalmente liga o clientelismo ao atraso político e econômico. As conclusões robustecem que não há uma característica singular que defina clientelismo e que sua natureza metamórfica é um dos fatores explicativos da coexistência entre assimetria clientelística e instâncias democráticas participativas.

Palavras-chave: Clientelismo. Relações assimétricas. Teoria democrática participativa.

Abstract: This article aims to discuss the concept of clientelism considering its rational nature and its semantic evolution over time. Part of this research shows that such a key concept is related to the participatory democratic theory, revealing the existence of normative implications. Some empirical works are carried out to reinforce the idea that the clientelistic relations do not disappear with the processes of democratization and political participation, refuting the dichotomy that traditionally links clientelism to both political and economic backwardness. The conclusions confirm that there is no singular characteristic that defines clientelism and its metamorphic nature is one of the explanatory factors of the coexistence between clientelistic asymmetry and participatory democratic instances.

Keywords: Clientelism. Asymmetric relationships. Participatory democratic theory.

1 Introdução

Conceituar clientelismo apresenta-se como uma tarefa relativamente complexa e escorregadia. Em primeiro lugar, é um termo frequentemente confundido com outras definições, tais

* Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Mestrando em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí. Bolsista CAPES. Contato: adautogaliza@hotmail.com

como coronelismo, mandonismo ou patrimonialismo, que são termos ligeiramente mais “arcaicos” e rígidos. Em segundo lugar, sua conceituação moderna adere maior flexibilidade considerando-se sua capacidade metamórfica em relação ao regime democrático.

Essa questão tem uma grande implicação para todo e qualquer estudo sobre o tema, que é justamente a necessidade de estabelecer raízes conceituais sobre clientelismo, e, somente a partir daí, analisar seus processos e desdobramentos políticos. No entanto, é possível extrair da literatura certa concordância teórica: uma relação de clientela é uma relação assimétrica de poder. Em sua forma clássica, o clientelismo se materializa nas relações entre o político e o eleitor; em acepções mais modernas, ela se estende para instituições, como no comportamento entre legislativo e executivo.

Tomando como base o fato de que relações clientelísticas são eficientes em promover a realização de interesses pessoais entre as partes, considera-se o clientelismo como um instrumento pautado na racionalidade política dos agentes. Logo, é capital observar que estratégias de clientela são peças-chave no sucesso político se tomarmos tal sucesso como a capacidade dos políticos de alcançar o poder. Embora a conceituação observada em Nunes (2003) seja eminentemente nociva em relação ao fenômeno e às suas implicações no jogo político, é importante salientar que essa estratégia possui alta eficiência em trazer estabilidade para os regimes democráticos vigentes, sempre que for possível atender às permutas de interesses dos agentes políticos quando os canais clássicos de (res)distribuição de recursos não estiverem atendendo as demandas (OTTMANN, 2006; D’AVILA, 2007).

Relações assimétricas referem-se às lacunas de poder entre indivíduos – ou até entre grupos –, em que geralmente uma das partes detém mais capital político ou econômico para barganhar determinado interesse (NUNES, 2003). A noção de cidadania regulada, observada tanto em Ottmann (2006) quanto em Carvalho (2002), parte do pressuposto de que as relações entre o Estado e a sociedade acontecem em contextos personalistas, patriarcais e clientelistas, em que a lógica de normas e procedimentos universais é deturpada pela mediação de patronos políticos. Portanto, uma cidadania não regulada depende de indivíduos cada vez mais conscientes dos valores democráticos ubíquos e portadores de instrumentos capazes de fazer valer seus direitos fundamentais ao reconhecer ter “direito a ter direitos” (DAGNINO, 1994).

Uma importante observação acerca do clientelismo diz respeito à sua relação aparentemente paradoxal com os princípios da participação democrática na política. Grande parte da teoria democrática participativa objeta que a educação cívica, as instituições participativas e a cidadania política são peças-chave que rompem com a recorrente noção de que os indivíduos procurariam manter relações assimétricas e não universais com o poder público (PATEMAN, 1992). Assim sendo, é indutivo pensar que relações assimétricas como o clientelismo guardam uma relação inversa com o processo de democratização e com a participação da sociedade civil na política.

Portanto, o objetivo deste trabalho é esclarecer o que de fato significa clientelismo nos dias de hoje, tendo como pano de fundo a transição do estado “atrasado” das sociedades para seu estado “moderno”. O que está implícito nessa discussão é que a transição de sociedades eminentemente rurais e não democráticas para sociedades mais urbanizadas, industrializadas

e democráticas reduziu significativamente a força de todos os tipos de relações assimétricas a partir do momento em que os valores universais tornaram-se a regra. Isso de fato ocorreu? Como essa transição influenciou o próprio conceito de clientelismo? Essas relações de clientela se perpetuaram nas modernas sociedades? Tais questões estão intimamente ligadas ao conceito de clientelismo em si e sua relação com a teoria democrática participativa, sendo necessária uma discussão mais específica sobre este tema (ANDRADE, 2005).

Este trabalho será dividido em três partes, além desta breve introdução: a primeira seção discute os seus principais aspectos conceituais e trata da natureza do clientelismo enquanto fenômeno decorrente da racionalidade política; a segunda parte procura correlacionar quais as implicações teóricas entre práticas clientelísticas e a teoria democrática; e, por último, um breve resumo dos argumentos levantados.

2 O marco conceitual do clientelismo e sua racionalidade

Carvalho (1997) já havia chamado a atenção para o fato de que há uma grande imprecisão conceitual sobre o clientelismo. Para o autor, o uso frouxo do termo por muitas vezes se confundia com outras formas de relação entre o Estado e a sociedade civil – personalismo, patrimonialismo, coronelismo etc. –, revelando pouco rigor conceitual entre tais termos. No geral, a maioria dos trabalhos se referia ao clientelismo como uma forma abrangente de relação entre atores políticos, baseada em algum tipo de troca de favor, emprego, benefícios materiais ou fiscais por apoio político – quase sempre o apoio eleitoral.

As relações de clientela são essencialmente marcadas pela presença de pelo menos dois atores: patrões e clientes. Ambos possuem objetivos específicos e conhecidos: os patrões, em geral, buscam a sobrevivência política; os denominados clientes, por sua vez, almejam algum tipo de benefício público. A posição do patrão permite que ele ofereça algum tipo de recurso do poder público em troca do apoio político-eleitoral dos clientes. A assimetria desse tipo de relação é obviamente marcada por uma maior proximidade do patrão aos centros decisórios e de controle de recursos públicos e pela busca de tais benefícios – por parte dos clientes – através da intermediação e influência dos denominados patrões (VELOSO, 2006).

Nesse sentido, vários autores se dedicaram à tarefa de conceituar e estudar os desdobramentos desse tipo de atividade. Alguns se detiveram no objetivo específico de estudar os fenômenos do clientelismo; outros procuraram dar conta de quase todos os tipos de relações ditas assimétricas entre o poder público e a sociedade civil. É necessário, portanto, revisar os principais estudos e extrair deles um conjunto de propriedades que melhor descreva as relações clientelísticas na realidade.

Segundo Ottmann (2006, p. 157-158), as relações assimétricas entre o poder público e a sociedade civil podem ser classificadas segundo a estrutura, o contexto e a própria natureza das relações entre os agentes políticos:

O termo *personalismo* diz respeito aos laços pessoais que estruturam relações sociais particularistas de caráter hierárquico. Já *patrimonialismo*, em seu uso corrente, se refere a situações em que os políticos lidam com os

recursos públicos como se fossem deles: em vez de distribuí-los de acordo com critérios universalistas e impessoais, privilegiam familiares, amigos e sua clientela política. Em outras palavras, empreendem uma forma privada de *patronagem* política. Por fim, *clientelismo* se refere a uma relação de troca de favores em que os indivíduos envolvidos se beneficiam mutuamente, mas de modo desigual. Assim, enquanto “patrimonialismo” diz respeito à apropriação privada de recursos públicos, “clientelismo” denota uma relação de dependência entre *patronos* e seus *clientes*, a qual geralmente envolve uma série de *mediadores* ou *agentes*.

Além disso, por muito tempo confundiu-se o clientelismo com o arranjo político do coronelismo. De acordo com Leal (2012), o coronelismo é essencialmente o poder local que os “coronéis” ou “senhores de terra” exerciam, sendo os grandes latifúndios o espaço geográfico e a fonte primária do poder econômico e político. O termo coronel passou a designar todo e qualquer chefe político com grande autonomia e capital político suficiente para controlar determinadas localidades. Parte dessa dominação do eleitorado advinha do analfabetismo generalizado e das precárias condições econômicas de um Brasil essencialmente rural.

Posicionando corretamente o conceito em relação às outras denominações assimétricas, Nunes (2003, p. 63) apresenta uma definição mais ampla sobre clientelismo:

O clientelismo é um sistema de controle do fluxo de recursos materiais e de intermediação de interesses, no qual não há número fixo ou organizado de unidades constitutivas. As unidades constitutivas do clientelismo são agrupamentos, pirâmides ou redes, baseados em relações pessoais que repousam em troca generalizada. As unidades clientelistas disputam frequentemente o controle do fluxo de recursos dentro de um determinado território. A participação em redes clientelistas não está codificada em nenhum tipo de regulamento formal; os arranjos hierárquicos no interior das redes estão baseados em consentimento individual e não gozam de respaldo jurídico.

Diniz (1982) argumenta que tais redes de clientela só se mantêm caso exista certo nível de lealdade entre as partes. Esta lealdade, de forma diferente da subversão no coronelismo, criaria um sistema de trocas e distribuição de recompensas, tanto materiais como simbólicas, que seriam convertidas em apoio político. Mainwaring (1999) enumera algumas características fundamentais de uma relação clientelística: são geralmente desiguais (tanto econômica quanto politicamente), recíprocas (ambos os lados exigem e oferecem algo em troca) e correm à margem do aparato jurídico-legal.

Nota-se que mesmo essa tentativa dos autores em refinar o conceito não é suficiente para delimitar as características do fenômeno. O melhor esforço em situações limítrofes desse tipo é buscar as explicações mais recorrentes e que abranjam o maior número possível de situações na vida real. Na tentativa de organizar as muitas definições dadas ao clientelismo, Bahia (2003) elenca o grupo de características mais comuns em todas essas definições: acesso restrito dos patronos aos centros de poder e certo controle sobre os recursos públicos; trocas pautadas numa hierarquia vertical, não institucionalizada formalmente e de caráter particular; demanda, por

parte dos clientes, altamente fragmentada; e lealdade, reciprocidade e confiança como laços sociais que dão suporte ao sistema de trocas.

Parte da confusão conceitual entre o clientelismo e as demais formas de relações assimétricas reside na incapacidade de reconhecer que todas elas fazem parte de um macroconceito, ou seja, são todas denominações que tratam de algum tipo de relação assimétrica, hierárquica ou desigual. Dessa maneira, clientelismo seria um dos tipos de assimetrias percebidas nas relações políticas e sociais. É justamente a natureza da relação entre o público e o privado que estabelece as fronteiras conceituais entre tais termos.

Levando em consideração os trabalhos de Andrade (2005) e Bahia (2003), que introduzem um corte histórico na evolução semântica do termo, os autores classificam três tipos básicos de clientelismo: o tradicional, o partidário e o de massa. O de tipo tradicional está ligado a um Brasil Imperial e economicamente agrário, onde predominavam relações de subordinação direta e de troca de bens pessoais, como o exemplo do coronelismo.

É justamente nesse período histórico que o clientelismo e o coronelismo eram tratados como sinônimos. Como praticamente não havia alternativa à política dos coronéis, a desigualdade política, inevitável naquele tipo de arranjo, era traduzida como um clientelismo extremo, em que a permuta de favores entre o patrono (coronel) e o cliente ficou marcada pelo “voto de cabresto”. Carvalho (1997) faz pertinente observação sobre esse ponto: o que normalmente os pesquisadores denominavam como “coronelismo urbano”, ou seja, uma aparente transposição da influência de um político local para o contexto das cidades, não é nada menos que um clientelismo do tipo tradicional. São, portanto, designações distintas e demarcadas historicamente.

O clientelismo partidário, ou de quadros, possui um caráter menos direto e surge num contexto de proliferação dos partidos políticos com o processo de democratização. É nesse ambiente que nasce a figura do mediador (ligado a um partido), e o objetivo é a permuta de bens públicos (em oposição aos bens pessoais no clientelismo tradicional). O do tipo de massas está ligado às “máquinas políticas”, em que a formação de coalizões e o uso de patronagem são essenciais para a construção de carreiras políticas (ANDRADE, 2005).

Ainda segundo a autora, é tal definição do clientelismo como uma *gramática*,¹ ou seja, é a inexistência de um significado singular que caracterize o fenômeno, que impossibilita sua conceituação de maneira mais simplificada teoricamente. É exatamente esse ponto que justifica aquele conjunto de características comuns em Bahia (2003) como a única forma possível de se chegar num consenso conceitual e pacificar a discussão. Ainda que seja um conceito elástico, o clientelismo é um canal natural de acesso e de exclusão aos bens e serviços públicos e se posiciona estrategicamente no espaço não regulado pelo poder jurídico-legal ou pelas tradicionais forças do mercado (D’AVILA, 2007).

Uma estratégia de clientela busca atender aos objetivos racionais dos agentes políticos, ou seja, o voto pelo político e a expectativa de retorno material ou simbólico por parte do eleitor. Esse padrão comportamental é explicado por Downs (1999) quando faz uma analogia entre o mercado econômico e o mercado político. Isso significa que o fenômeno do clientelismo tem profunda importância na dinâmica política porque é uma eficiente ferramenta de realização de

¹ Em referência à expressão de Nunes (2003).

interesses pessoais, muito embora ele por si só não seja suficiente para encerrar todos os tipos de estratégias de que lançam mão os políticos. Partindo desse pressuposto, Veloso desenvolve pesquisa empírica em que analisa os deputados federais no Congresso com mais de quatro mandatos seguidos. A conclusão da análise dos dados é:

[...] que os deputados conseguiram manter-se no poder graças à detenção de tecnologia política capaz de manipular e articular os arranjos institucionais intramuros no Congresso Nacional, por serem também articuladores de estratégias clientelísticas que favorecem as suas bases eleitorais e graças a sua vinculação com os prefeitos, deputados estaduais e acesso nos Ministérios (VELOSO, 2006, p. 124).

Os benefícios demandados por cada indivíduo são estritamente particulares e diferenciam-se entre si. Enquanto um indivíduo pode priorizar obter mais serviços públicos, como um posto de saúde local ou pavimentação das ruas, outro pode preferir ligar-se a um determinado representante que disponha de cargos públicos ou certa influência nos centros decisórios. Logo, devido a toda sorte de interesses privados, modificam-se as formas tradicionais de clientelismo, em que o sucesso político correlaciona-se com a habilidade dos atores em organizar suas relações clientelísticas de forma satisfatória dentro de instituições democráticas já estabelecidas.

A grande constatação é de que as trocas clientelísticas bem-sucedidas são uma garantia de sucesso político, que para tanto não dependem da estrutura do partido ou do posicionamento geográfico do agente político. E é este o fator que também garante a sobrevivência das trocas clientelísticas em um marco institucional moderno: esta é capaz de adaptar-se ao novo marco institucional legal e dele tirar proveito para a sua permanência no jogo político (VELOSO, 2006, p. 124).

D'Avila (2007) argumenta que o processo de democratização, encabeçado pelo aumento da disputa inter e intraparto e pelo crescimento das organizações da sociedade civil, pluralizou o cenário político, aumentando a competição entre as lideranças políticas tradicionais e as associações de perfil mais popular. Isso implica que aqueles representantes que fracassam em obter benefícios para suas bases de apoio estão em constante ameaça de serem trocados por outras lideranças mais eficientes.

O pressuposto implícito nesse tipo de argumento é que a única forma de sobrevivência política passa obrigatoriamente pela conexão compulsória entre o político e sua base eleitoral (MAYHEW, 1974). Essa tese argumenta que parte do comportamento eleitoral do político é transferido para a arena parlamentar. Em linhas gerais, ao buscar sua sobrevivência na vida política, os representantes premiam suas bases eleitorais através de sua atuação parlamentar. Ames (2003) reforça tais argumentos ao identificar que a vida congressual brasileira é marcada por seu caráter atomizado, particularista e voltado para a conexão clientelística com as bases eleitorais. Outra forma de observar o fenômeno é relacionar clientelismo com pobreza. Estudos como Jacob et al. (2009) e Campello e Zucco (2008) indicam que municípios pobres (os “grotões políticos”) e de baixa escolaridade estão mais suscetíveis ao controle por parte de um líder local.²

² Para evidências contrárias, ver Silva (2013).

No entanto, algumas críticas rivalizam com esse diagnóstico. A agenda de pesquisa inaugurada por Figueiredo e Limongi (1995) resume bem os argumentos contrários: no Brasil, especialmente no Congresso, o estereótipo de parlamentares indisciplinados, particularistas e independentes da força partidária não é verificado dentro da arena parlamentar devido às regras internas centralizadas do Congresso, impossibilitando transpor o caráter individualista da arena eleitoral para a arena parlamentar. Pereira e Mueller (2003) também argumentam em sentido semelhante: realmente na arena eleitoral os incentivos institucionais das regras eleitorais diminuem a força dos partidos em disciplinar seus correligionários e dão maior margem para a atuação individualizada dos candidatos; dentro da arena parlamentar, porém é verificável que os representantes seguem a indicação do líder partidário.

Como já mencionando, parte dessa discussão serve para reforçar que, apesar do caráter racional de estratégias de clientela, elas não são as únicas que garantem a sobrevivência política. Foge ao escopo deste trabalho discutir que mecanismos são mais ou menos eficientes do ponto de vista eleitoral, mas a discussão precedente é importante para evidenciar que relações assimétricas do tipo clientelística são factuais, eficientes e também naturalmente aceitas no âmbito informal do jogo político.

Dessa maneira, tanto o clientelismo tradicional quanto o clientelismo em seu traço contemporâneo podem ser considerados como produtos da racionalidade política. Assim, partidos e políticos podem buscar maximizar seus votos aproveitando sua posição hierárquica superior na estrutura de poder, alocando recursos (materiais ou não) entre os indivíduos que, por sua vez, aumentam a renda de utilidade recebida. São os modelos teóricos desenvolvidos por Downs (1999) e Mayhew (1974) os responsáveis por cravar que o momento eleitoral é decisivo no jogo político e que parte do sucesso neste jogo é consequência direta da ação deliberada e racional dos agentes políticos, sendo essa ação fruto de uma relação clientelística ou não.

D'Avila (2007) explica que a procura pela troca política pode se dar tanto entre partidos-eleitores quanto também intrapartido. Tal ideia corrobora que esse tipo de relação é observável do mais alto escalão de governo até a mais simples localidade política municipal. Nunes (2003, p. 32) escreve que “o clientelismo repousa num conjunto de redes personalistas que se estendem aos partidos políticos, burocracias e *cliques*. Essas redes envolvem uma pirâmide de relações que atravessam a sociedade de alto a baixo”. Assim, é esperado que exista uma malha diversificada de relações de trocas entre o poder público e a sociedade nos três níveis de poder. Presumidamente, essa ideia advoga que as relações de troca clientelísticas são tão difusas que se tornaram amplamente aceitas no Brasil ao mesclar-se com suas instituições democráticas formais.

Veloso (2006, p. 121) esclarece que

o clientelismo persiste no atual cenário, firmado em marcos democráticos, não só porque é uma receita de sucesso eleitoral, mas principalmente porque há uma aceitação natural, deste sistema de trocas, entre os participantes da relação clientelista.

D'Avila Filho, Jorge e Coelho (2004) explicam que o clientelismo possui duas propriedades que explicam sua persistência em meios não democráticos para os democráticos: a

capacidade *mimética*, ou seja, a propriedade de se confundir com o próprio tecido democrático; e a capacidade *metamórfica*, que diz respeito a sua constante mudança de forma no tempo e no espaço. A seção seguinte trata especificamente desse tema.

3 Por que as relações assimétricas se perpetuam nas democracias contemporâneas?

Para além de ser um instrumento eficaz na construção de carreiras políticas, Veloso (2006) defende que o clientelismo persiste em democracias modernas porque há uma aceitação natural dessas relações assimétricas por parte dos agentes políticos. Isso significa que, além de ser um artifício racional, é uma prática institucionalizada no contexto brasileiro. Avritzer (2002) adiciona outras explicações a esse imbróglio. Para o autor, essas práticas persistem no âmbito político nacional por três motivos: i) após a redemocratização, a elite política até então hegemônica não foi totalmente renovada, e preservou-se assim não só os atores políticos, mas também seu modo operacional de fazer política; ii) a institucionalização das emendas parlamentares consolidou as redes de clientela; iii) o Congresso teve seu papel político submetido à lógica da votação das propostas do executivo. Ainda de acordo com o autor, é nesse mesmo contexto de continuidade política que surgem experiências como o orçamento participativo. O objetivo da Constituinte de 1988 era recuperar a ideia de cidadania não mediada através da participação nas associações civis. Porém, o que realmente importa é destacar que houve uma fusão entre os elementos “tradicionais” e os “modernos”.

É muito comum se deparar com a noção linear das instituições políticas brasileiras: quando elas saem de um estado atrasado – dominado pelo patrimonialismo e clientelismo – para um estado moderno – dominado pelos preceitos universais impessoais. Como defende Ottmann (2006), essa análise não é correta, uma vez que os avanços democráticos modernos iniciam a partir de políticas tradicionais, transformando-as, e não as eliminando por completo.

Uma observação importante a fazer é que o clientelismo persiste em democracias capitalistas modernas porque a lógica competitiva de sociedades capitalistas e poliárquicas está consoante com a lógica mediadora do clientelismo. Não há, *a posteriori*, elementos paradoxais entre as instituições “modernas” e os fenômenos assimétricos, desde que o princípio da competição por recursos escassos seja a regra do jogo (DIAS; LIMA, 2009; OTTMANN, 2006).

D’Avila (2007) argumenta na mesma linha e elenca dois fatores fundamentais que explicam por que relações de clientela tendem a se propagar em democracias. A primeira é que o clientelismo não é um resíduo de um passado atrasado a ser superado por processos de democratização; na verdade ele é fundamentalmente um fenômeno endógeno do poder político e uma moderna fórmula de intermediação dos interesses quando os canais clássicos da representação não atendem às fragmentadas demandas do indivíduo-eleitor. Em decorrência disso, a segunda explicação reside no fato de que o clientelismo é uma estratégia popular e naturalmente aceita na vida cotidiana, especialmente naqueles contextos de baixa institucionalização dos acessos ao poder público.

Da competição política surge um argumento importante: as formas mais recentes de clientelismo diminuem a lacuna entre *patronus* e clientes. Dado o aumento da competição política, explicada pela proliferação de partidos políticos, o surgimento de novos atores sociais e novos centros decisórios (orçamentos participativos, conselhos gestores etc.), a disputa pelos recursos públicos aumentou, resultando em maior empoderamento dos clientes. Isso se traduz em maiores redes de clientela, maior uso da máquina política e, portanto, maior capilaridade clientelística nas novas instâncias democráticas (D'AVILA FILHO; JORGE; COELHO, 2004).

Outro fator está ligado ao juízo de valor que usualmente é feito a respeito de relações assimétricas como a patronagem e o clientelismo. Certamente o tratamento privado da coisa pública é uma externalidade negativa desse tipo de relação assimétrica, quando os princípios mais universalistas e democráticos são violados (D'AVILA, 2007). No entanto, a partir do momento em que os direitos de cidadania não são universais, a patronagem e o clientelismo se tornam uma alternativa importante de assistência social, visto que os conflitos e as demandas populares são mediados de forma mais autônoma. Em cenários desse tipo o clientelismo se desvincula do rótulo de “familismo amoral” (KAHN, JOEL; FORMOSA, 2002 apud OTTMANN, 2006) ao gerar uma externalidade positiva que toma o lugar dos canais tradicionais de assistência social e representação política quando estes estão ausentes (OTTMANN, 2006).

Esses argumentos servem para enumerar os principais pontos que explicam por que as assimetrias políticas não desaparecem por completo em ambientes teoricamente impróprios ao seu desenvolvimento. Em resumo, os motivos são: a eficácia eleitoral, a naturalização e aceitação da prática, a capacidade adaptativa do fenômeno no contexto histórico e o alinhamento da lógica capitalista com a lógica assimétrica, dada a racionalidade política inerente dessas práticas. Algumas evidências empíricas já foram levantadas pela literatura para reforçar essas ideias e estão agrupadas na seção seguinte.

3.1 Assimetrias em instâncias participativas

Antes de proceder à discussão, é importante destacar a ideia defendida por D'Avila Filho, Jorge e Coelho (2004) de que as práticas clientelísticas não capturam as práticas participativas e não deturpam seu conteúdo normativo. Para os autores, mesmo ainda havendo práticas dessa natureza em instâncias participativas como o orçamento participativo e os conselhos municipais, é indiscutível que essas recentes tecnologias figuram como uma nova forma de deliberação e uma alternativa viável ao clientelismo tradicional (do tipo direto e pessoal).

Não obstante, é verificável que alguns casos empíricos dão suporte para esse argumento. Para iniciar, o trabalho dos autores traz alguns dados relativos ao orçamento participativo e aos conselhos municipais em três municípios do Rio de Janeiro – Niterói, Petrópolis e Mangaratiba. Analisando os tipos de conselhos dominantes nesses municípios, observa que predominam os conselhos do tipo “redes de proteção”, em oposição aos conselhos do tipo “Gestão e Desenvolvimento Econômico”. Conselhos do tipo rede de proteção – como o conselho de saúde, de educação da criança e adolescente ou os conselhos de defesa da pessoa portadora de deficiência gozam de alta legitimidade pública (pelo seu papel social chave) – são incentivados a

se institucionalizarem (pelas leis orgânicas) e possuem baixo nível conflitivo, em oposição aos conselhos de gestão e desenvolvimento econômico, nos quais os interesses de grupos estão em permanente luta.

Os conselhos com as características de “rede de proteção” são aportes mais interessantes para as trocas políticas, dada sua alta legitimidade pública. Isso significa que, independente da natureza ideológica dos agentes políticos envolvidos e do papel social desempenhado por esses conselhos, os *patronus* gozam de maiores prerrogativas ao buscar institucionalizar tais organizações. Ainda que esse tipo de conselho possa ser um desejo da própria população, eles são criados e legalmente constituídos por atores de fora dos movimentos sociais. A ação deliberada da constituição dessas instâncias depende, portanto, de um cálculo político dos atores envolvidos (geralmente do quadro). Assim, do ponto de vista de um governo local, essas instâncias participativas representam potenciais ganhos de capital político quando a manutenção de tais arenas é desejada pela sociedade. Uma vantagem clara de manter esse tipo de organização é reduzir as externalidades negativas do clientelismo tradicional: entrega, aos indivíduos excluídos do processo político e dependentes dos representantes, a possibilidade de participar da vida local sem recorrer a uma rede de clientela tradicional (D’AVILA FILHO; JORGE; COELHO, 2004).

Tabela 1 – Áreas de atuação dos conselhos municipais legalmente instituídos

Municípios	Conselhos					
	Redes de proteção		Gestão e Desenvolvimento Econômico		Total	
	N	%	N	%	N	%
Mangaratiba	10	90,9	1	9,1	11	100
Niterói	12	75	4	25	16	100
Petrópolis	12	57,1	9	42,9	21	100
Total	34	70,8	14	29,2	48	100

Fonte: D’Avila Filho, Jorge e Coelho (2004).

Em relação ao orçamento participativo os autores constataam que as maiores propostas se referem às obras públicas. Por seu caráter mais imediato e sua baixa pulverização, este tipo de recurso é tipicamente de clientela. Nos municípios em questão, a principal preocupação da atividade legislativa dos vereadores é em relação ao orçamento destinado a este tipo de demanda pública. É característica comum que políticas mais distributivas sejam cooptadas pelo imperativo assimétrico (D’AVILA FILHO; JORGE; COELHO, 2004; FIGUEIREDO; LIMONGI, 2009).

A principal constatação é que a constituição desses mecanismos participativos depende da autoridade pública, mesmo que grande parte deles esteja previsto em lei. Nesse caso específico, a troca política é marcada por uma troca de autoridade e a participação política se insere, portanto, dentro de um contexto de troca assimétrica. A exequibilidade desse tipo de relação só acontece se a existência do conselho, e a participação política representada por ele, for percebida como um valor pelos atores envolvidos na troca. Logo, a coextensividade da participação democrática e da assimetria política em jogo depende diretamente da capacidade política das partes envolvidas (D’AVILA FILHO; JORGE; COELHO, 2004).

Ottmann (2006), por sua vez, analisa o orçamento participativo de três municípios distintos: Porto Alegre (RS), São Paulo (SP) e Itabuna (BA). O mais pobre deles, Itabuna (BA), instaurou o orçamento participativo entre 2001-2004, durante a gestão de uma coalizão de centro-esquerda encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Apesar disso, o autor elenca três variáveis que indicam por que as relações assimétrico-clientelísticas não desapareceram: i) situação generalizada de pobreza no município, que submete os cidadãos aos canais de cidadania regulada; ii) baixa mobilização social e fraca presença de associações civis; iii) em decorrência disso, a mobilização “de cima para baixo” realizada pelo próprio partido. É observável também que tanto as famílias tradicionais como os líderes comunitários possuem uma postura de neutralidade em relação ao jogo político. Segundo o autor, sua pesquisa qualitativa mostra que a neutralidade é uma forma de manter o fluxo de benefícios públicos em movimento.

Em relação aos conselhos municipais de Itabuna, Ottman (2006) constatou que os conselhos ali existentes estavam subordinados a um político, a uma secretaria do governo ou ao próprio partido. Nessas situações, onde os conselhos não estão ancorados na sociedade civil, a estratégia de patronagem política é questão central na sobrevivência dos conselhos. O caso de São Paulo (SP) é bastante representativo também. A gestão eleita em 2000, também encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores, logo formou coalizões políticas com representantes da política “tradicional”. Ao contrário de Itabuna, onde a coalizão era formada por partidos de centro-esquerda, em São Paulo prevaleceram alianças entre situação e oposição. Essas alianças foram formadas, segundo o autor, em bases fisiológicas.

A despeito dessa “quebra ideológica” levada a cabo pelo partido, é interessante notar que no caso paulista houve uma fusão mais nítida entre o “tradicional” e o “moderno”. Constatou-se que a relação clientelística entre os líderes comunitários e os políticos era percebida como um *dever*, como se o produto dessa relação assimétrica fosse uma obrigação constitucional dos políticos envolvidos. Ou, como Ottman (2006, p. 169) escreveu,

Dessa forma, práticas políticas “tradicionais” e “modernas” se interligavam e geravam um ambiente político ambivalente, em que os representantes comunitários não simplesmente encaminhavam expectativas clientelistas, mas as legitimavam como demandas por direitos de cidadania.

Segundo o autor, essa interligação esteve presente também no orçamento participativo ali desenhado. O clientelismo não foi erradicado na medida em que a assimetria foi deslocada das redes dos vereadores para os delegados do próprio orçamento participativo. Nesse caso, eram esses novos mediadores os responsáveis por “filtrar” as demandas locais, estando em permanente contato com o poder público. Quase sempre, quando as propostas do OP não eram atendidas pelo poder público, era aos delegados que os cidadãos reportavam suas cobranças.

Em Porto Alegre o caso é ligeiramente mais escorregadio. Muito embora lá o orçamento participativo tenha logrado muito mais êxito, e a mediação através de políticos e políticas “tradicionais” tenha diminuído bastante, é possível identificar ainda uma saída de emergência nas políticas clientelísticas. Nas localidades mais pobres, os moradores viam nos vereadores uma válvula de segurança quando suas demandas não eram atendidas nos pleitos participativos.

O que de fato mudou com o surgimento do OP foi o sucesso em erradicar a noção de que determinada obra foi realizada “por um político” em vez de realizada “pelo poder político”. Em outras palavras, o êxito porto-alegrense foi reduzir o *credit claiming*,³ ainda que a patronagem e o clientelismo vigerassem como válvulas de escape. O híbrido participação-assimetria relutou em existir mesmo na experiência participativa de maior êxito no Brasil (OTTMANN, 2006).

Andrade (2005) também realizou pesquisa empírica nos casos de Porto Alegre (RS) e Blumenau (SC). O objetivo do trabalho era investigar se havia ou não relações clientelísticas no orçamento participativo desses municípios. Em questionário aplicado, a autora conseguiu identificar, dentre os delegados do OP, mecanismos indicativos de assimetrias políticas. Três variáveis foram levadas em consideração: escolaridade, identidade partidária e tempo de participação no OP. Ao avaliar o nível de escolaridade dos delegados do OP, bem como sua filiação ao partido gestor do orçamento – partido dos trabalhadores –, é notório que os entrevistados tendem a *recusar* que há mecanismos endógenos de clientelismo no OP. Em contrapartida, no que diz respeito aos delegados filiados a partidos de oposição ao OP, segue a tendência oposta: *concordam* que há mecanismos fisiológicos no orçamento participativo.

O padrão se confirma ao cruzar identidade partidária com o tempo de participação: quanto mais tempo participando do OP, maior o envolvimento ideológico com o partido gestor, e maior sua identidade partidária. Isso significa que aqueles entrevistados com menor tempo de participação *concordavam* mais que havia relações assimétricas no processo.

Andrade (2005) levanta uma questão muito pertinente sobre o funcionamento dos orçamentos participativos estudados. Levando em consideração que os recursos públicos são sempre escassos, independente da situação socioeconômica dos municípios, pois as demandas são plurais, a lógica que permeia as decisões é sempre a da competição. Essa escassez obriga a mobilização dos participantes (em grupos) para que as demandas sejam contempladas. Nesse cenário competitivo, surge o papel do líder comunitário que urge em formar suas bases de apoio, formando pequenos grupos de pressão em torno dos delegados do OP. Dessa forma, há um sistema de incentivo endógeno nos orçamentos participativos que impele os membros a formarem coalizões de interesses imediatos (tipicamente de clientela).

A figura do líder comunitário é marcada pela sua atuação especializada (*know-how* político), pela sua influência capilar dentro da comunidade, do poder público e entre os delegados do OP. Não é à toa que muitos dos líderes comunitários com relevante atuação nos orçamentos participativos ascendem a cargos no executivo ou no legislativo. Embora seja errôneo afirmar aqui que os orçamentos participativos incentivem a formação de uma elite política local, é pertinente observar o papel das lideranças nessas instâncias participativas e seus recursos fisiológicos mobilizados para manter redes de apoio.

4 Considerações finais

Vimos que a tarefa de conceituar clientelismo esbarra na dificuldade de estabelecer uma característica singular que melhor restrinja o termo. Tal dificuldade se mostra intransponível,

³ Termo para designar a autoria de uma ação, projeto, lei ou obra pública por parte de um político.

e a questão só é pacificada quando tomado o clientelismo por um conjunto de características definidoras. Parte dessa dificuldade advém da falsa dicotomia clientelismo/atraso: como visto, uma relação assimétrica do tipo clientelística é endógena à própria noção de poder político, e o fenômeno se estende para o “moderno” ao se adaptar e se confundir com o próprio tecido democrático. No entanto, é possível estabelecer limites conceituais entre clientelismo e outras formas assimétricas de relação. Essa divisão conceitual é por si só uma das principais formas de corretamente conceituar clientelismo, ou seja, separando aquilo que ele é daquilo que ele não é.

Isso implica que a evolução de uma sociedade com práticas tradicionais para uma com práticas modernas não se dá de forma linear. O clientelismo se mostra uma prática com alta capacidade adaptativa. A saída de um clientelismo tradicional para um tipo de clientelismo de massa não significa a superação final daquele primeiro. Ao longo do tempo alguns traços do “tradicional” ou “atrasado” se preservam, evoluem e se modificam para caber até mesmo nas modernas instituições democráticas.

Essa constatação possui implicações interessantes para a teoria política. A primeira delas é que a relação entre a participação política e as assimetrias não são antagônicas: elas coexistem. Essa contemporaneidade não implica que a teoria democrática participativa esteja errada em seus princípios normativos. Isso apenas sugere que um elemento exógeno à teoria – a assimetria política – comporta-se de maneira distinta da prevista.

A principal conclusão retirada dos argumentos até aqui descritos é que a ampliação da participação política e sua subsequente transferência de poder para a sociedade civil não são condições *sine qua non* para o rompimento de práticas clientelísticas. As análises dos estudos de caso apresentadas corroboram que essas práticas persistem nos ambientes impróprios ao seu desenvolvimento, como nos conselhos municipais e no orçamento participativo.

Dado esse fator mimético, não é errôneo descrever o clientelismo como um fenômeno endógeno nas democracias representativas existentes. Como visto, a lógica competitiva das assimetrias está perfeitamente alinhada com o contexto capitalista e poliárquico. Essa competição pressupõe, por sua vez, a realidade inescapável da escassez de recursos. Se for verdade que nos locais com maior índice de pobreza as assimetrias se tornam a única fonte de acesso ao Estado, não é verdade que a variável pobreza seja a única que explique a manifestação clientelística. Se assim fosse, o êxito em Porto Alegre seria suficiente para erradicar as assimetrias ali observadas. Além da pobreza, são fatores de manifestação assimétrica a racionalidade política, a naturalização da prática e sua capacidade adaptativa, que deriva da consonância das lógicas competitivas entre o clientelismo e o contexto capitalista-poliárquico.

Por fim, esse exercício revela uma tensão implícita entre a teoria democrática participativa e a representação política tradicional nos moldes Shumpterianos. Analisando o comportamento dos líderes comunitários, parece haver uma realidade inelutável a favor dos esquemas representativos. Muito embora, como demonstrado por Ottmann (2006) e Andrade (2005), as experiências participativas tenham diminuído o *gap* entre patronos e clientes (o caso de Porto Alegre), a existência de redes pessoais e bases de apoio que gravitam em torno da ação dos líderes revelam ainda certa apatia dos cidadãos mesmo quando as decisões são tomadas de forma local. Logo, as experiências participativas em democracias representativas

não eliminam assimetrias políticas, e o conceito de clientelismo se desenvolve e se adapta ao novo meio democrático.

Referências

ANDRADE, E. T. de. *Democracia, orçamento participativo e clientelismo: um estudo comparativo das experiências de Porto Alegre/RS e Blumenau/SC*. 2005. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

AVRITZER, L. Modelos de deliberação democrática: uma análise do orçamento participativo no Brasil. In: SANTOS, B. (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BAHIA, L. H. *O poder do clientelismo: raízes e fundamentos da troca política*. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

CAMPELLO, D.; ZUCCO, C. A esquerda em um país democrático, globalizado e desigual: uma análise do Brasil de Lula. In: MOREIRA, C. et al. (Org.). *Perspectivas analíticas sobre nuevos gobiernos y sociedad en America Latina*. Montevideo: Trilice, 2008.

CARVALHO, J. M. de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997.

D'AVILA, Paulo M.. *Assimetrias Políticas, Clientelismo E Democracia: Uma Discussão Conceitual*. In: XXXI ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31, 2007, Caxambú. **Seminário Temático**. p. 2 - 18. Disponível em: <http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2838&Itemid=231>. Acesso em: 10 dez. 2016.

D'AVILA FILHO, P. M.; JORGE, V. L.; COELHO, A. F. Acesso ao poder: clientelismo e democracia participativa desconstruindo uma dicotomia. *Revista Civitas*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 211-233, dez. 2004.

DAGNINO, E. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, E. (Org.). *Anos 90: política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIAS, C. M. M.; LIMA, C. H. P. Clientelismo, lideranças comunitárias e construção de estrutura de oportunidades. Encontro da ANPAD, 33, 2009, São Paulo. *Anais...*, p. 1-17. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS3234.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2016.

DINIZ, E. *Voto e máquina política, patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DOWNS, A. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Edusp, 1997

Conexão Política, Teresina v. 6, n. 2, 81 – 95, jul./dez. 2017

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. Poder de agenda e políticas substantivas. In: INÁCIO, M.; RENNO, L. (Org.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

____; _____. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 38, n. 3, p. 497-525, 1995.

JACOB, C. R. et al. A eleição presidencial de 2006 no Brasil: continuidade política e mudança na geografia eleitoral. *Alceu*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 232-261, 2009.

LEAL, V. N. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

MAINWARING, S. P. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

MAYHEW, D. R. *The electoral Connection*. Yale University Press, 1974.

NUNES, E. O. *A gramática política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

OTTMANN, G. Cidadania mediada: processos de democratização da política municipal no Brasil. *Novos estudos*, São Paulo, n. 74, p. 155-175, 2006.

PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SILVA, G. P. da. Uma avaliação empírica da competição eleitoral para a Câmara Federal no Brasil. *Opinião Pública*, Campinas, v. 19, n. 2, p. 403-429, 2013.

VELOSO, G. R. *Clientelismo: uma instituição política brasileira*. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/1431>>. Acesso em: 22 nov. 2016.

AS ESTRATÉGIAS ELEITORAIS DOS FERREIRA GOMES E OS ALINHAMENTOS NA POLÍTICA CEARENSE CONTEMPORÂNEA (2006-2014)

FERREIRA GOMES FAMILY AND ALIGNMENTS' ELECTORAL STRATEGIES IN CONTEMPORARY CEARENSE POLITICS (2006-2014)

Cleyton Monte*

Resumo: O objetivo do artigo é demonstrar como a política cearense foi sendo construída nas eleições de 2006, 2010 e 2014, destacando as alianças eleitorais formadas no entorno do grupo dos Ferreira Gomes, orquestradas, em sua maioria, pelos irmãos Ciro e Cid Gomes. As questões norteadoras são: 1) Como essas alianças foram construídas e de que forma sofreram abalos ao longo dos últimos anos do governo Cid Gomes? 2) Em que sentido traduzem o domínio de um grupo político e refletem uma configuração nacional? Para compor este artigo, procedeu-se à leitura crítica de matérias dos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, de blogs especializados em política, de programas de governo e das peças mais significativas do HGPE, além de reportagens e entrevistas publicadas em revistas nacionais no curso das campanhas. Os resultados eleitorais e a formação das coligações foram extraídos diretamente dos portais do TRE-CE e TSE e, em alguns casos, dos sites dos próprios partidos políticos. É importante mencionar que, longe de espelhar um caso raro de arranjo eleitoral, as páginas que seguem apontam para a radicalização de uma série de elementos recorrentes na política brasileira, quais sejam: o forte personalismo, as coligações heterogêneas, o situacionismo, a midiaticização das campanhas e o alinhamento com o cenário nacional.

Palavras-chave: Ferreira Gomes. Democracia. Ceará. Eleições.

Abstract: The objective of this article is to demonstrate how politics in the Brazilian State of Ceará was conducted during the election years of 2006, 2010 and 2014, highlighting the electoral alliances formed around the Ferreira Gomes family, orchestrated mostly by the brothers Ciro and Cid Gomes. The guiding questions of this work are: 1) How these alliances were built, and in what way they were affected by the last years of Cid Gomes' administration? 2) In what sense do they represent the domain of a political group and reflect a national configuration? To produce this, a critical reading of articles from Brazilian newspapers *O Povo* and *Diário do Nordeste*, blogs specialized in politics, government programs and the most significant pieces of Brazil's Free Political Advertising Time (HGPE), as well as reports and interviews published in

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador do LEPEN (Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia). Professor da Faculdade Cearense.

national magazines during the electoral campaigns. Election results and the forming of coalitions were extracted from TRE-CE and TSE portals, and in some cases from the political party sites themselves. It is important to highlight that far from reflecting a rare case of electoral arrangement, the cited pages point out to the radicalization of a series of recurring elements in Brazilian politics, namely: strong personalism, heterogeneous coalitions, situationism, the media participation in campaigns and alignment with the national scenario.

Keywords: Ferreira Gomes. Democracy. Ceará. Elections

1 Introdução

Para além da observação sistemática dos encontros entre seus membros, a opção pela terminologia “grupo” encontrou motivação na recorrência do termo na imprensa, em publicações acadêmicas e, de forma crescente, nos discursos dos atores do campo político (membros e opositores). É bem verdade que se diferencia, substancialmente, dos grupos tradicionais liderados pelos três coronéis cearenses – Virgílio Távora, César Cals e Aduino Bezerra – e, mais recentemente, da formação moderna adotada a partir das reuniões no CIC. Entretanto, guarda semelhanças com o *carlismo*, proeminente na Bahia até o final da década de 1990. Sua singularidade reside em conciliar, mesmo que de forma frágil, práticas e narrativas tradicionais e modernas. Não possuem um projeto político delimitado, nem guardam bandeiras ideológicas. Contudo, são políticos profissionais, oriundos da classe média urbana, que se subordinam à gramática nacional hegemônica, marcham juntos e seguem o posicionamento de lideranças consolidadas, primando pelo pragmatismo em suas estratégias (MONTE, 2016).

A formação das alianças eleitorais compreende o primeiro passo para o sucesso de qualquer grupo, de projeto político ou de perspectiva de poder, tendo em vista a complexidade do cenário político brasileiro. Assim, os processos eleitorais significam momentos privilegiados para análise da atualização de lógicas que (re)definem o jogo político (LIMA, 2014). Nesse sentido, cuida-se, neste artigo, das alianças eleitorais formadas pelo entorno do grupo Ferreira Gomes, orquestradas, em sua maioria, pelos irmãos Ciro e Cid Gomes.

Para compor este artigo, procedeu-se à leitura crítica de matérias dos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, de blogs especializados em política, de programas de governo e das peças mais significativas do HGPE, além de reportagens e entrevistas publicadas em revistas nacionais no curso das campanhas. Os resultados eleitorais, a formação das coligações e a prestação de contas foram extraídos diretamente dos portais do TRE-CE e TSE e, em alguns casos, dos sites dos próprios partidos políticos. É importante mencionar que, longe de espelhar um caso raro de arranjo eleitoral, as páginas que seguem apontam para uma série de elementos recorrentes na política brasileira, quais sejam: o forte personalismo, as coligações heterogêneas, o situacionismo, a midiaticização das campanhas, o alinhamento com o cenário nacional e a crescente mercantilização do voto. A ideia é demonstrar como a política cearense foi sendo construída de 2004 a 2014, destacando os mecanismos acionados pelos Ferreira Gomes para se movimentarem nesse contexto.

As questões norteadoras são: 1) Como essas alianças foram construídas e de que forma sofreram abalos ao longo dos últimos anos? 2) Em que sentido traduzem o domínio de um grupo político e refletem uma configuração nacional? As articulações para as eleições estaduais de 2006 e 2010, quando Cid Gomes participou como candidato ao governo estadual, são aqui discutidas, bem como as estratégias para as eleições de 2014, por considerar-se que, mesmo sem participar da disputa, Cid e Ciro Gomes buscaram transferir seu capital político para um candidato semi-inserido no grupo.

Saliente-se que a análise dessas eleições não abrange todos os seus desdobramentos, por restringir-se ao enfoque das estratégias acionadas pelo grupo em questão nos períodos das campanhas eleitorais e, em alguns casos, nos momentos pré-eleitorais. O ponto essencial é compreender a composição e a lógica das alianças majoritárias, sua continuidade, rupturas, marcas e principais lideranças. Em todo caso, para se compreender as ações dos Ferreira Gomes, faz-se imprescindível apontar para o arranjo político montado em Sobral nas eleições de 1996, quando o então prefeito Cid Gomes aproximou PT e PSDB. Aquele pleito marcaria uma das estratégias mais presentes em períodos posteriores, a qual se consolidou não apenas no Ceará: a formação de coligações amplas e cada vez mais heterogêneas.

Para se entender o cenário e as regras em que essas alianças se desenvolveram, procede-se a uma revisão da literatura que discute a mediação da política cearense desde a redemocratização, a constituição de ciclos políticos e a lógica da “presidencialização das competições eleitorais” (SANDES, 2015) ou dos “jogos aninhados” (MELO, 2010). Esse modelo foi uma das armas mais utilizadas pelo grupo, ligando candidatos das três esferas de poder – municipal, estadual e federal. O maior dos alinhamentos ocorreu com a associação ao fenômeno do lulismo, presente em todas as campanhas aqui analisadas e evidente nos maiores estados nordestinos. O grupo dos Ferreira Gomes se constituiu no mais importante apoio a Lula e Dilma nas campanhas de 2006, 2010 e 2014. Esses três pleitos são analisados logo em seguida, ressaltando a dimensão das coligações e as estratégias do grupo em destaque. Por fim, nas considerações finais, faz-se um apanhado dos elementos apresentados ao longo do artigo.

2 A constituição dos ciclos políticos cearenses: mediação, coligações e cenário nacional

A política contemporânea e a comunicação de massa estão em estreita relação. Os atores políticos, dos mais diferentes partidos e ideologias, ocupando cargos nos três níveis de governo, tendem a atuar para a esfera de visibilidade pública, pois, do período eleitoral ao exercício dos mandatos, a atividade política voltada para a comunicação sofreu uma série de transformações. A política tradicional, face a face, não deixou de existir, mas foi cedendo espaços para a adoção de um conjunto de técnicas, cada vez mais essenciais numa democracia de massas, com públicos tão distintos e repletos de demandas cada vez mais urgentes (MARQUES, 2009; GOMES, 2004). O conhecimento e a adoção desses dispositivos se mostraram norteadores das estratégias políticas em diferentes instituições e projetos que busquem o apoio do cidadão.

Uma das grandes estratégias consiste na produção das imagens públicas, o que exige a adoção das habilidades e competências do marketing político, coordenado por profissionais que conhecem a gramática do audiovisual, conseguem traduzir o discurso político e lidar com emoções e afetos do público, elemento indispensável num sistema político marcado pelo personalismo das disputas. O especialista nessa área se empenha em sondar a opinião pública e verificar suas principais demandas. E esse profissional trabalha em campanhas ou em assessorias de imprensa de instituições públicas, ancorado em pesquisas de sondagem ou em outras ferramentas do gênero, tornando-se figura de destaque nas disputas que ocorrem no campo político.

As representações políticas também sofrem alterações, exigindo a adoção de técnicas que criem ou reforcem crenças, símbolos e mitos da sociedade, acessando o arquivo do imaginário popular, e possibilitando a sensibilização de públicos diferentes (CARVALHO, 2013). Sabendo-se que a democracia é o regime em que se deve convencer o outro para obter adesão, haja vista a disputa pela legitimidade, a representação midiática da política possibilita a construção e a difusão de discursos reconhecidos como “legítimos” no campo político e fora dele. Convém lembrar que o estatuto da promessa, acompanhado da demonstração de realizações anteriores, está intrinsecamente associado à mobilização da representação política e à credibilidade da liderança.

Dessa forma, os discursos se modificam, e, visando à tradução do linguajar político para as diferentes mídias, o perfil do candidato é minuciosamente trabalhado com vistas a evitar deslizos que podem ser fatais e os programas são redesenhados em busca da exploração inteligente dos erros cometidos por oponentes, bem como de propostas que possam trazer mais adesões. Os agentes políticos não são atores passivos nesse processo, porquanto pautam o campo jornalístico e por ele são pautados, conhecem as regras do jogo e utilizam as novas ferramentas para difundir suas opiniões e criticar as visões contrárias aos seus anseios. O campo político possui sua hierarquia e suas disputas por capital.

Os diferentes agentes no campo político possuem diferentes formas de relação com a mídia, são menos ou mais vulneráveis à sua influência de acordo com a posição que ocupam. Um líder político importante, apto a orientar o noticiário com suas declarações, não está na mesma posição de alguém posicionado na borda externa do campo e que possui, portanto, uma baixa capacidade de produzir fatos políticos (MIGUEL, 2002, p. 199).

A política midiática não é pensada no vazio, pois trabalha alicerçada num conjunto de elementos do sistema político já constituído. No caso brasileiro, tem-se a fragilidade dos partidos políticos, que se faz sentir pela baixa identificação social dos cidadãos e, intimamente ligado a esse fator, a personalização da política, que centraliza na liderança as ferramentas oferecidas pela gramática do audiovisual, produzindo imagens públicas palatáveis e que pareçam críveis (CARVALHO, 2013). Esse contexto reflete uma democracia ainda em consolidação, marcada por forte exclusão social, pela utilização patrimonial dos recursos do Estado e pela fragilização dos movimentos da sociedade civil (MARQUES, 2009).

A comunicação midiática não determina as ações de nenhum ator político, devendo, por isso, haver coerência entre propaganda e jogo político, uma vez que os especialistas, sozinhos, não ganham eleições ou alcançam o apoio político. A realidade cotidiana do cidadão comum e a biografia dos políticos não podem ser inventadas, sob o risco de a estratégia fracassar no objetivo principal, qual seja o de alcançar ou ampliar o poder político.

Em seguida, enfoca-se, empiricamente, em como a midiaticização da política ocorreu em diferentes espaços e momentos da história política cearense.

De acordo com Birolli e Miguel (2011), a disputa eleitoral de 1989 pode ser encarada como marco inaugural da midiaticização da política no Brasil. Naquele período, a ofensiva de Collor, um ex-governador de um estado sem expressão econômica, sem partido relevante e apoios consideráveis, conseguiu, fazendo uso, de forma eficiente, de ferramentas do marketing político, ser alçado ao mais alto posto da República. Sem entrar em detalhes sobre os diferentes fatores que incidiram sobre aquela eleição e que estão para além do aparato midiático, pode-se perceber a importância daquela disputa para uma série de análises da política brasileira.

Oportuno salientar que, três anos antes, o estado do Ceará já oferecia um importante campo para os analistas dessa área. A campanha de 1986 mostrou-se repleta de novidades. Naquele momento, entraram em disputa, de um lado, o candidato Aduino Bezerra – um dos três coronéis que já haviam governado o Estado e representavam o poderio político do regime militar – e, do outro, Tasso Jereissati, jovem empresário e dirigente do CIC, sem nenhuma experiência em cargos políticos. A disputa não era apenas entre candidatos, mas também entre imaginários da política (CARVALHO, 1999).

A campanha de 1986 se constituiu na primeira no estado em que as modernas técnicas do marketing político foram utilizadas em larga escala e de forma eficiente. A grande estratégia era colar a ideia de que aquela eleição representava uma disputa entre as “forças do atraso”, lideradas pelo ex-governador Aduino Bezerra – símbolo de uma política tradicional, clientelista e patrimonialista, em desajuste com as novas demandas de uma sociedade democrática que estava renascendo – e as “forças do progresso” ou o “grupo das mudanças”, representado por jovens empresários que buscavam modernizar a administração pública, construir um novo canal de discussão com a sociedade civil e trazer o progresso econômico e social.

A “retórica das mudanças” buscava mobilizar os signos da inovação e da ruptura, em harmonia com uma sociedade redemocratizada, envolvendo partidos da esquerda como o PCdoB, intelectuais e movimentos sociais, e contando com o apoio deles (FARIAS, 2012; BARREIRA, 2002). Além de contratadas agências de publicidade, profissionais foram trazidos de outros estados para traçar a estratégia de uma campanha que, desde o início, mostrava-se difícil. Até o apresentador dos programas, o ator paulista Carlos Capeletti, compôs, sob contrato, o comitê de Tasso (SARAIVA, 2014). Aduino Bezerra aparecia nas primeiras pesquisas com ampla margem de intenção de voto (42%), e Tasso patinava sempre nos 5% (FARIAS, 2012). Quando começou o HGPE, a diferença de qualidade entre as duas campanhas tornou-se perceptível. Aduino apresentava o slogan “Te conheço Ceará”, destacando os feitos dos governos dos coronéis, enquanto Tasso apontava as desigualdades sociais e o atraso econômico do estado.

O próprio Aduino Bezerra, entrevistado pelo jornalista Ciro Saraiva, disse que já previa

a sua derrota no momento em que os seguidores do Tasso tomavam as ruas e o *jingle* da campanha era cantado em todo lugar (SARAIVA, 2014). Entretanto, não se pode atribuir o resultado dessa campanha apenas ao marketing político, cabendo lembrar o contexto político vivenciado pelo Brasil – um momento de redemocratização, em que as bases dos líderes militares estavam em franca decadência – e o fato de Tasso ter sido apoiado pelos então governador Gonzaga Mota e pelo então presidente José Sarney, contando com a importante infraestrutura do PMDB (SARAIVA, 2014). Era o início de um novo ciclo político no Ceará: a Era Tasso.

Em 1994, depois da eleição de Ciro Gomes, Tasso Jereissati voltou a concorrer ao governo do Estado. Já consciente da importância e dos efeitos do marketing político-eleitoral, o líder tucano, mesmo partindo com ampla margem de vantagem em relação aos seus concorrentes, utilizou com eficiência os recursos audiovisuais, investiu em propaganda maciça em todo o estado, auxiliando, inclusive, no apoio à candidatura de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República. A partir do segundo mandato, Tasso investiu na divulgação do Ceará, ampliando a participação do estado na atração de turistas e investimentos externos. Dava-se, assim, a criação da ideia do Ceará e a racionalidade administrativa (BARREIRA, 2002).

Buscando o terceiro mandato, Tasso se candidatou em 1998, ganhando novamente com ampla margem de votos. No decorrer do seu terceiro governo, revitalizou a Assessoria de Comunicação Institucional e profissionalizou o setor em nível estadual, investindo, de forma crescente, na divulgação de suas obras estruturantes (SARAIVA, 2014). Em 2002, disputando com José Airton do PT – candidato de reduzida expressividade política –, Lúcio Alcântara – embora apoiado por Tasso, que já não mais contava com o apoio de todas as lideranças políticas antes aliadas ao “governo das mudanças” – elegeu-se governador com muita dificuldade. O desgaste do ciclo era visível.

Carvalho (2008) caracteriza os ciclos pela longevidade de uma liderança pessoal, possibilitada pelo uso dos protocolos da comunicação midiática e publicitária nas campanhas eleitorais e majoritárias, mobilizando discursos de inauguradores de uma nova era (fala de oposição) ou que ressaltem a necessidade de permanência do grupo em atuação como meio de preservar os feitos já realizados. A autora destaca que, na midiaticização das campanhas eleitorais, as estratégias de construção de imagem dos candidatos, a disputa entre oponentes e os diferentes estilos de comunicação com o eleitor são evidenciados nos programas do horário eleitoral na televisão. Nesse jogo político, os candidatos mobilizam recursos simbólicos que se mostram eficazes para apresentar aos eleitores imagens que suscitem sentimentos de empatia e se convertam em votos (CARVALHO, 2013, 2008, 1999).

O ciclo político exige uma mística simbólica forte e se caracteriza pela hegemonia de uma “persona” política (indivíduo, grupo ou partido) em campanhas não competitivas no território estadual ou nacional (CARVALHO, 2014, 2011). De acordo com a autora, os ciclos políticos se tornaram mais longevos com a possibilidade, inaugurada em 1997, da reeleição, criando-se uma nova gramática política para governantes e opositores, com alteração significativa na gestão dos discursos. As lideranças governistas, principalmente em busca de reeleição e com boa avaliação, têm, geralmente, um tom mais otimista e propositivo, ao contrário da oposição que deve se basear em lacunas da atual administração, produzindo um discurso mais negativo.

A dinâmica dos ciclos políticos transformou profundamente as alianças, formando amplas coligações situacionistas, em que as divisões entre esquerda e direita ou os princípios ideológicos perdem espaço em nome do pragmatismo político. O mais importante é encontrar-se próximo ao poder. A tendência situacionista sinaliza para que os governantes dependam menos dos intermediários tradicionais (chefes políticos, partidos, entre outros). A alocação de recursos do governo estadual diretamente para os municípios, a expansão da máquina do Estado através de programas sociais e a publicidade institucional facilitaram a proximidade entre o eleitor e o governante (CARVALHO; AQUINO, 2011).

Segundo a lógica dos ciclos políticos, os candidatos passaram a trabalhar simbolicamente com a dinâmica continuísmo/continuidade. O primeiro estaria ligado à força do fisiologismo e do poder tradicional. O segundo, apresentando valores mais positivos, significaria que o eleitor, de forma livre, reconhecia os méritos da atual gestão e deseja conceder ao mesmo governante ou a alguém que o represente, num outro mandato, como espécie de gratidão pelo que foi feito, garantindo que as boas obras e os programas não sejam interrompidos por outro candidato, o que simbolizaria a antirreferência do projeto avaliado. A Era Tasso durou vinte anos (1986/2006), a qual se seguiu o ciclo dos Ferreira Gomes, iniciado em 2006 e ainda em atuação, representando um ciclo fortemente personalizado e construído através de alianças com líderes e partidos marcados por trajetórias e bandeiras distintas.

A crescente mercantilização do voto – em face do crescimento da sociedade e da necessidade de os partidos investirem grandes quantias para conseguir levar seu programa até um número maior de eleitores, sendo cada vez mais fundamental, para esse fim, a utilização de técnicas mercadológicas eleitorais, contando com pesquisas e especialistas na produção de imagens – encerra uma questão preponderante na constituição dos ciclos políticos e está diretamente associada ao fenômeno da midiaticização das campanhas (ZOVATO, 2005). Além desses elementos, cabe realçar o fato de que as maiores contribuições para as eleições partem de grandes empresas, ligadas principalmente a setores estratégicos dos Estados. A diferença significativa entre a estrutura do financiamento real e o que prescrevem os códigos eleitorais dos países latinos resulta demonstrada, principalmente, nos incontáveis escândalos que fazem parte do noticiário, promovendo a grande desconfiança da sociedade (RUBIO, 2005).

Speck (2006) formula e discute as três principais críticas ao modelo de financiamento privado das campanhas. Para o autor, a grande distorção da competição eleitoral reside no benefício, de pronto, a candidatos com maior acesso a recursos privados, com chance de fazer uma campanha mais ampla e de agregar o maior número de apoiadores, explicação especialmente utilizada para compreender as disputas de cargos proporcionais. A segunda crítica refere-se a diferentes graus de influência na representação política, pois as pessoas físicas e jurídicas financiadoras do candidato teriam maior peso na disputa eleitoral. Embora seja o voto igual para todos, entidades interessadas no processo político seriam mais evidenciadas pelo candidato:

Evidentemente, o financiamento não é condição suficiente para se eleger – outros fatores como imagem, proposta de governo e os outros candidatos influenciam neste ponto, haja vista o perfil comparativo da representação,

ou seja, a análise do eleitor leva em conta o conjunto dos estímulos por ele recebidos – mas é, sim, condição necessária (PIRONE, 2008, p. 128).

Como consequência dessa visão, tem-se a terceira crítica, que chama a atenção para a dependência dos candidatos eleitos a seus financiadores, isso contribuindo para um mandato pautado por favores, vantagens ou representação de interesses no parlamento e na máquina pública, resultando frequentemente na prática de corrupção. O grande risco para a democracia consiste em que polêmicas como as do “caixa-dois”, envolvendo o “financiamento paralelo de empreiteiras” às campanhas, reacendem a discussão sobre o jogo de interesses na arena política, e sobre os poderes ocultos que estão sendo representados, passando longe do olhar do cidadão comum (MONTE, 2012). Ao se analisar a prestação de contas das principais candidaturas ao governo do Ceará na última década, percebe-se o aumento extraordinário das doações de grandes empresas, tornando a disputa no estado uma das mais caras do país.¹

Além da mediação e do financiamento privado, as campanhas para os cargos majoritários no Brasil sempre levam em consideração a perspectiva da coligação. A redemocratização possibilitou a criação de múltiplos partidos políticos, que passaram a disputar as eleições municipais, estaduais e nacionais. A partir da década de 1980, com o início da consolidação do modelo partidário e o acirramento das disputas, essas siglas passaram a poder formar coligações. O grande objetivo visava a pluralizar a representação política no país (SANDES, 2015). Apesar de sofrerem críticas, devido ao cálculo pragmático e à inconsistência ideológica no processo de sua formação, as alianças oferecem um rico instrumental para estudo, e, de acordo com Krause (2010), para a análise do amadurecimento do sistema partidário brasileiro, dos dilemas da representação proporcional e da interferência do poder Executivo nesses arranjos, uma vez que esse poder, tanto o nacional como o estadual, tem dado o tom da dinâmica das coligações. Lima Júnior (1983) ressalta que as alianças estaduais obedecem a uma “racionalidade política contextual”, em que os partidos estabelecem acordos se orientando pela dinâmica da competição partidária local.

Diante da margem de instabilidade na eleição majoritária estadual e do grande número de partidos na concorrência, associados com os altos índices de volatilidade eleitoral apresentados, a grande maioria das legendas tem estabelecido a estratégia de se coligar. Para Kinzo (2004), essa prática se tornou necessária devido à fragmentação partidária. Com isso, a aliança faz parte das estratégias adotadas pelos partidos para a conquista de vagas nas eleições majoritárias e proporcionais. Como são muitos os partidos e as coligações, nem sempre se apresenta fácil para os eleitores a leitura do perfil ideológico e da identidade de cada legenda. Dessa forma, tem-se que:

A orientação pela maximização do voto, como princípio geral, predominou em praticamente todas as legendas e isto tem sido intensificado e ampliado nos últimos pleitos. Tal comportamento pode ser demonstrado não somente pela busca de parceiros para enfrentar o mercado eleitoral, mas também pela crescente estratégia dos partidos em estabelecer alianças que

¹ O financiamento empresarial foi proibido a partir das eleições de 2016.

potencializem os ganhos, sendo cada vez menos expressivas composições que apresentem “resistência ideológica”. Além disso, deve ser apontado que a orientação para determinado tipo de estratégia coligacionista não se reduz somente à busca de eleitores, mas também a adquirir proximidade com grupos que estão no controle do poder (KRAUSE; GODOI, 2010, p. 96).

Para facilitar a análise, Carreirão e Nascimento (2010) estabeleceram uma tipologia das coligações, desenvolvendo três tipos: a) consistente: quando a coligação se dá apenas entre partidos situados num mesmo “campo” do espectro político; b) semiconsistente: quando a coligação envolve partidos de centro com partidos de esquerda ou com partidos de direita; c) inconsistente: quando a coligação envolve partidos de polos extremos (direita e esquerda). Os tipos de coligações formadas pelo grupo dos Ferreira Gomes compõem elemento de análise do presente estudo.

Baseando-se em estudos empíricos, Krause e Godoi (2010) afirmam que nas duas primeiras eleições (1989 e 1994) predominou o modelo consistente. Contudo, a partir de 1994, verificou-se um constante processo de declínio dessas coligações e o predomínio dos arranjos semiconsistentes e inconsistentes, principalmente em nível estadual, quando os governadores formaram coligações com partidos de diferentes matrizes ideológicas. A estratégia de aliança vai variar de acordo com o partido; assim, quanto menor a sigla, maior a probabilidade de ele buscar coligar-se com outros partidos nas eleições parlamentares, por exemplo. Há, entretanto, outra variável muito importante, considerada nos momentos de formação de alianças, principalmente para as disputas majoritárias. Trata-se do tempo que pode ser agregado no horário eleitoral gratuito, indispensável num cenário de midiaticização da política.

A compreensão das coligações e disputas estaduais passa obrigatoriamente pela influência da dinâmica nacional. Pode-se dizer que nas últimas eleições a longevidade dos ciclos políticos esteve atrelada à constituição de “jogos aninhados”, produzidos a partir da verticalização da tendência situacionista. A demonstração de alianças para “cima” e para “baixo” ocupa lugar central nas estratégias dos candidatos, configurando-se um vetor de “força política” (LIMA, 2014). Segundo Borges (2010, p. 172), a partir de 2002, com a vitória de Lula e o esfacelamento da coalizão que sustentou os governos FHC, as campanhas nos estados mais pobres e com menor competitividade demonstraram uma ligação extraordinária com a disputa presidencial, considerando, nesse sentido, que:

As estratégias de construção de máquinas políticas estaduais tendem a ser mais bem-sucedidas em contextos caracterizados pela coincidência, ao longo do tempo, entre partidos e coalizões que ocupam o governo federal e estadual.

Os partidos de centro-esquerda, na última década, ampliaram sua força, principalmente no Nordeste, conseguindo vencer várias máquinas políticas tradicionais, como o domínio de ACM na Bahia. De acordo com Borges (2010), isso se deve a alguns fatores, tais como a realização das eleições estaduais e presidenciais de forma concomitante, a possibilidade da reeleição e o amplo

poder orçamentário e de alocação de cargos do presidente da República no modelo federativo brasileiro, fato que ameaça a competição vertical (entre esferas de governo), levando muitos governadores a se aliarem ao presidente, relativizando a tese das “racionalidades contextuais” (LIMA JÚNIOR, 1997). Nesse período, fazer oposição ao governo estadual significava, em muitos casos, opor-se às três esferas de governo.

Nos últimos anos, a “presidencialização das competições eleitorais” (SANDES, 2015) se acentuou com a ampliação de programas sociais federais como o *Bolsa Família* e o *Luz para todos*, que apresentam uma institucionalização crescente e vêm adotando critérios universalistas, beneficiando principalmente áreas pobres da região Nordeste, fenômeno que enfraquece as redes clientelistas locais e consolida a estratégia situacionista. Quando o cenário nacional muda, impacta diretamente as estratégias dos governadores, tornando as coalizões instáveis. Os laços com os aliados locais são muito frágeis e o controle sobre as bases municipais, sempre pragmáticas, torna-se reduzido. Em decorrência disso, Borges (2010) destaca que as instituições democráticas brasileiras estão pouco propensas para a sobrevivência de velhos e novos chefes políticos estaduais.

Uma das principais características dos “jogos aninhados” consiste na definição dos principais competidores na arena nacional. Desde a eleição de 1994, a primeira “casada”, PT e PSDB² foram os partidos que melhor simbolizaram uma “vocaçãõ presidencial”, em face da coordenação estratégica que as siglas realizaram e que subordinou as disputas nos planos estaduais ao pleito nacional (MELO, 2010). Essa polarização só foi possível pelo fato de os dois partidos conseguirem construir ao longo do tempo, ou seja, um projeto de política nacional com candidatos competitivos às eleições presidenciais, enquanto se mantinham unidos em seus interesses. Ao longo das eleições, ambos controlaram a maioria dos votos válidos nas eleições presidenciais, revelando que o eleitorado passara a ter um determinado padrão, e integraram a maior parte das coligações vitoriosas nos estados (SANDES, 2015).

Os demais partidos acabaram focando suas atuações nas disputas estaduais ou na formação de coligações proporcionais relevantes. O PMDB, maior partido do país, priorizou as arenas estaduais, agregando lideranças regionalmente fortes (MELO, 2010). Esse formato gerou duas tendências: a redução do número de candidaturas competitivas (majoritárias) e a entrada de múltiplos partidos (sistema proporcional e distritos plurinominais). A combinação desse arranjo com o multipartidarismo produziu uma expansão da fragmentação partidária (SANDES, 2015). Contudo, não se deve pensar que as dinâmicas estaduais operam exclusivamente segundo a lógica nacional. As direções do PT e PSDB puderam optar por fazer parte da coligação em vez de lançar candidatura própria. No período pré-eleitoral, leva-se em consideração a racionalidade das lideranças de outros partidos.

Nesse cenário de conexão entre a política estadual e a federal, predominou, na última década, o que a ciência política vem chamando de lulismo. Singer (2012) e Nobre (2013)

² Vale destacar que os dois partidos tiveram origens distintas. O PT foi criado na década de 1980; tem suas raízes fincadas nos movimentos sindicais, em setores populares e em parte da Igreja Católica, marcando posição na esquerda. Já o PSDB surgiu no final da década de 1980, a partir de uma dissidência de parlamentares do PMDB, reivindicando uma identidade social-democrata e defendendo o parlamentarismo e uma política redistributiva (SANDES, 2015).

argumentam que o lulismo surgiu em 2006. Após o “mensalão”, a classe média, muito sensível a questões de ordem ética, passou a se alinhar com forças de centro-direita, com destaque para o PSDB. Os mais pobres passaram, pela primeira vez, a votar em Lula e no PT – partido que desde sua criação tinha uma penetração maior na classe média –, verificando-se, então, um realinhamento de forças sociais.

Essa mudança não ocorreu por acaso, segundo aqueles autores. O grande lema dos governos do PT foi aliar crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, refletindo diretamente na criação e/ou ampliação de políticas sociais e econômicas, com destaque para ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se encontra no Norte e Nordeste. Programas sociais e investimentos no acesso e ampliação de centros universitários e em programas da área da saúde desencadearam o apoio maciço de grande fatia do eleitorado brasileiro. Nos dois governos de Lula, o cenário econômico, nacional e internacional, favoreceu esses investimentos, trazendo grande popularidade para o presidente e ajudando na eleição de sua sucessora. A partir do terceiro ano do governo Dilma Rousseff, a crise econômica, os escândalos de corrupção e as manifestações populares minaram, em parte, as bases do lulismo, impactando diretamente nas eleições seguintes.

Nas próximas seções, pretende-se interligar a dinâmica eleitoral brasileira, analisada anteriormente, com as estratégias acionadas pelo grupo dos Ferreira Gomes para construir alianças e mantê-las nos períodos eleitorais, desde as primeiras articulações em 2006, passando pelo apogeu eleitoral em 2010, até as dificuldades apresentadas a partir de 2012 e a fragmentação da base aliada no pleito de 2014. O objetivo é compreender a movimentação eleitoral do grupo sob estudo no contexto cearense de disputas.

3 A disputa de 2006 e a construção de alianças

Em 2005, intensificaram-se as articulações entre os opositores do governador Lúcio Alcântara e alas insatisfeitas do seu partido (PSDB). Começou, então, um movimento, liderado por Ciro Gomes, visando a construir uma sólida aliança que pudesse ter Cid Gomes como candidato ao governo do Estado em 2006. O maior desafio era trazer grandes partidos para a coligação, atrair importantes lideranças municipais e tornar a eleição competitiva. A grande estratégia de Cid Gomes nessa campanha foi aliar os insatisfeitos com a gestão do governador Lúcio Alcântara – que tinha nomes importantes, como o da prefeita Luizianne Lins, do PT – e os de líderes do PSDB na Assembleia Legislativa, além de, no interior, prefeitos que não receberam investimentos prometidos e sinalizavam o desgaste do governador, principalmente sob a perspectiva da articulação política. A ideia era contar também com a força de Eunício Oliveira, deputado federal e presidente regional do PMDB.

As estratégias resultaram exitosas e o grupo conseguiu construir um amplo leque de apoio. Já havia migrado, em 2005, para o PSB, um partido historicamente aliado do PT e que fazia parte do governo federal desde as eleições de 2002, e esse movimento abriu uma porta de entrada para a aproximação de partidos de oposição ao PSDB e ao governo estadual. Assim, além do PSB, a coligação “Ceará vota para vencer” aglutinou oito siglas, a saber: PT, PC do

B, PMDB, PV, PHS, PMN, PP e PRB. Com elas, veio a adesão de nomes expressivos, tais como o da então prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins – a quem coube indicar o vice, Francisco Pinheiro, do PT –, o de Eunício Oliveira, do PMDB – com forte penetração no interior do estado –, e o do deputado federal Inácio Arruda, do PCdoB, que assumiu a candidatura ao Senado na coligação. Compuseram, então, uma aliança semiconsistente, que agregava partidos de centro e de esquerda do espectro político regional. Estava traçado o plano para conseguir o improvável: derrotar um governador em busca da reeleição.

A coligação “Ceará vota para vencer” ressaltou, em sua campanha, o ideal de credibilidade e eficiência, demonstrado por Cid Gomes nas suas duas gestões à frente da prefeitura de Sobral. Explorou o discurso de um perfil inovador, enfatizando as ações de um administrador ousado, os “feitos fantásticos” em sua cidade e o *ethos* de vencedor (CARVALHO, 2008). Formalmente na oposição, propôs um salto de desenvolvimento para o estado, mas sem fazer críticas diretas à política praticada pelos governos tucanos, revelando o apoio informal de Tasso que, além de manter uma aliança antiga com a família Ferreira Gomes³, não trabalhou para eleger seu companheiro de partido, o então governador Lúcio Alcântara (CARVALHO, 2008). Nesse momento, a correlação de forças estava extremamente favorável ao crescimento de um novo grupo político.

Uma das principais bandeiras dessa campanha, veiculada durante o HGPE e presente no plano de governo da coligação, foi a divulgação do Programa Ronda do Quarteirão. Um modelo de policiamento comunitário, já adotado em outras cidades do mundo e que, segundo o Cid Gomes, iria revolucionar a área da segurança pública no estado. O projeto exigia a integração entre as Polícias Militar e Civil e um maior efetivo policial. O investimento do marketing na área de segurança se justificou pelo incremento da violência urbana na Região Metropolitana de Fortaleza e pela preocupação do eleitor apontada em várias pesquisas. As outras propostas se relacionavam a uma lógica de descentralização de investimentos em várias áreas.

A construção de hospitais regionais no interior do estado, a criação de uma rede estadual de escolas profissionalizantes e a execução de uma política de investimentos em obras estruturantes formavam as maiores bandeiras defendidas pelo candidato do PSB e mostravam seu alinhamento com vários pontos do projeto mudancista. As propostas giravam em torno do chamado “salto de desenvolvimento” e destacavam o cenário de atraso econômico e social que o estado vivenciava nos últimos anos. O plano de governo acentuou a ideia de um novo jeito de fazer política, com participação popular e apoio de importantes parceiros, como o governo federal, elegendo o desenvolvimento econômico com inclusão social como prioridade em todas as regiões do Ceará. Contudo, esse programa só poderia ser realizado por um líder reconhecidamente experiente e ousado.

O maior desafio de Cid e Lúcio era construir um discurso de oposição à política desenvolvida na Era Tasso, apesar da ligação de ambos com o partido do líder tucano. A estratégia consistia em afastar a ligação com um ciclo que estava vivendo seus últimos momentos (CARVALHO, 2008). Lúcio se apresentava como político independente de pressões partidárias,

³ Tasso Jereissati foi responsável pela ascensão de Cid Gomes na política cearense, apoiando, mesmo contra seu partido, a candidatura de Cid Gomes à presidência da República em 2002.

um homem que não aceitava ordens, nem tinha padrinhos políticos, apesar de contar com a parceria de muitos prefeitos do interior do estado. Cid mobilizava, no seu horário eleitoral, o apoio do presidente Lula e do ministro Ciro Gomes, ambos com grande popularidade, representantes de um ciclo político nacional que estava em pleno desenvolvimento.

Cabe, aqui, realçar um fator que teve peso crucial em 2006 e favoreceu consideravelmente os Ferreira Gomes: o alinhamento de candidaturas à lógica nacional. Ciro Gomes foi um dos coordenadores da campanha de Lula no estado e facilitou ainda mais a aproximação do presidente com o seu grupo, aparecendo em comícios e inserções no HGPE. O marketing da campanha recebeu a coordenação do escritório do publicitário Duda Mendonça, um dos responsáveis pelo sucesso eleitoral de Lula em 2002. Geraldo Alckmin, candidato do PSDB à presidência, contava no estado apenas com a tímida articulação de Tasso Jereissati. A partir dessa eleição, o Ceará se constituiu num dos territórios em que o PT abriu as maiores vantagens frente aos concorrentes nas disputas presidenciais.

Cid Gomes fez uso, com habilidade, da popularidade e das imagens de Lula e Ciro Gomes no Ceará. Investiu pesado no tema da segurança pública e construiu um discurso englobando mudanças de atitude dentro do projeto mudancista, pois a grande questão não era o modelo de gestão, apoiado desde o início pelo grupo Ferreira Gomes, mas o perfil do condutor dessas políticas, numa estratégia que facilitava a aproximação com os prefeitos e parlamentares do PSDB. Além desses fatores, pesou o desgaste de um ciclo político que estava chegando ao fim, cujo desaparecimento já começara em 2002, com o término do último mandato de seu criador, Tasso Jereissati. Ao tentar se distanciar do legado da figura maior do seu partido e um dos responsáveis pela sua candidatura em 2002, Lúcio apostou que, se eleito, formaria o seu próprio grupo político. As circunstâncias se mostraram adversas para o governador e sua administração. Apesar de bem avaliada pela população, não foi reconduzida ao poder, colocando em evidência a força das articulações e o peso da disputa nacional no interior do campo político cearense.

A disputa entre Cid e Lúcio favoreceu o primeiro, cujo discurso se mostrava mais coerente com o contexto político cearense, enquanto Lúcio, ao criticar diretamente Tasso e apresentar um suposto apoio de Lula, não passava credibilidade ao público eleitor, sendo identificado mais diretamente com um ciclo que estava vivendo seus últimos momentos, fenômeno semelhante ao que ocorrera com José Serra em 2002 (ALMEIDA, 2003). O governo Lúcio marcou o fim da hegemonia tucana no Ceará. É importante registrar que a candidatura de Cid Gomes, em 2006, fez parte de uma conjuntura de transição no Nordeste, pois representou o questionamento de ciclos políticos em decadência, que dominavam os três principais estados da região

Na Bahia, Wagner interrompeu uma década e meia de hegemonia política do PFL (atual DEM) de Antônio Carlos Magalhães, o ACM. No Ceará, Cid pôs fim a duas décadas de comando do PSDB de Tasso Jereissati – embora este tenha rompido ainda antes da campanha com o então governador tucano Lúcio Alcântara e seu grupo tenha aderido informalmente à candidatura do PSB. Em Pernambuco, Campos impediu a continuidade do predomínio do grupo de Jarbas Vasconcelos, integrante da ala do PMDB que fazia oposição a Lula, e que não conseguiu fazer o sucessor (FIRMO, 2013, p. 45).

O resultado da disputa pelo governo cearense, como já demonstravam as pesquisas de opinião, deu a vitória a Cid Gomes logo no primeiro turno, com uma votação expressiva de 2.411.457 votos (62,38%), elegendo também seu candidato ao Senado, Inácio Arruda, do PC do B, e o irmão, Ciro Gomes,⁴ à Câmara Federal. Lula, principal aliado do governador eleito, obteve, no segundo turno, 72% dos votos válidos. Diferentemente do que ocorreu em 1986, a transição de ciclos políticos não foi traumática, tendo a participação informal de Tasso Jereissati (CARVALHO, 2008).

4 As eleições de 2010: consolidando apoios

Na pré-campanha para as eleições de 2010, o cenário era marcado pela ampla coalizão, liderada pelo governador, com o apoio dos principais partidos do estado. Mesmo contando com importantes apoios políticos, o grupo dos Ferreira Gomes ainda não havia criado uma mística simbólica ou um projeto político que demarcasse suas ações governamentais (CARVALHO, 2011). Na eleição nacional, a disputa mais uma vez ficou por conta do acirramento entre PSDB e PT. O elemento novo se deu com a ausência de Lula da disputa; a primeira vez desde a redemocratização. O grande desafio era transferir o prestígio e a popularidade do dirigente petista para a sua ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Vânia Rousseff.

Os Ferreira Gomes passaram a apoiar a candidatura de Dilma no estado. O apoio adquiriu mais substancialidade quando Ciro se tornou coordenador da campanha petista no Nordeste. O alinhamento se repetia e o governador, em busca da reeleição, contava agora com as vantagens de dirigir a máquina estadual e apresentar um dos maiores índices de aprovação do país. Em meados de 2010, segundo pesquisa realizada pelo Datafolha, Cid Gomes tinha 65% de aprovação do seu governo, classificado entre ótimo e bom, colocando-o como terceiro gestor mais bem avaliado do país, atrás apenas de Aécio Neves, de Minas Gerais, e Eduardo Campos, de Pernambuco.

Cid deixava os acertos finais da sua coligação para os últimos momentos legais. Um fato deve ser destacado: ao contrário do que ocorreu em 2006, em que as articulações com os partidos foram realizadas com a participação direta do irmão Ciro, em 2010 o governador conduziu pessoalmente a formação da sua coligação, negociando com as lideranças partidárias (SARAIVA, 2014). Já tinha capital político reconhecido, experiência administrativa e um perfil próprio – um estilo conciliador – para as decisões políticas, tornando-se o principal estrategista da sua campanha.

Apesar de mantida a coligação de 2006, o espaço dado aos partidos sofreu uma redefinição. A escolha do vice, entre os aliados do PMDB, recaiu no nome de Domingos Filho, então presidente da Assembleia Legislativa, um dos maiores articuladores políticos do governo na região dos Inhamuns, e muito próximo ao governador. A grande polêmica ficaria por conta da composição para o Senado. Em 2010, estavam em disputa duas vagas para senador. PMDB e PT, principais aliados no primeiro governo, almejavam a indicação, mas Cid Gomes havia demonstrado a

⁴ Ciro Gomes foi o deputado federal, proporcionalmente, mais votado do país em 2006, com 622 mil votos.

intenção de apoiar Tasso Jereissati na sua reeleição. Em vários municípios, inclusive, já se articulava uma dobradinha Eunício e Tasso para o Senado (CARVALHO, 2011).

As intenções se frustraram ante a movimentação do presidente Lula, que se empenhava em todo o país em eleger senadores aliados. Nesse sentido, Tasso Jereissati não deveria ser apoiado pelo governador, pois se destacara como uma das principais lideranças da oposição no Senado. Os candidatos apoiados pelos governistas seriam Eunício Oliveira (PMDB) e José Pimentel (PT). A presença de Lula na campanha para o Senado foi bastante explorada nas propagandas políticas, com a lógica de que quem votasse em um candidato deveria votar também no outro, ampliando as chances dos nomes governistas e fazendo a campanha de Tasso entrar num decréscimo sem volta (CARVALHO, 2010). Era o fim de uma aliança de vinte anos entre os Ferreira Gomes e Tasso Jereissati. Diferente da eleição anterior, quando as fronteiras que separavam Cid Gomes do ex-governador eram fluídas, dessa vez, anunciado o rompimento, Ivo Gomes asseverou taxativamente: “Nosso governo não pertence ao ciclo de Tasso de Jereissati. Este governo é a inauguração de um novo ciclo no Estado do Ceará” (jornal *O Povo*, 26/06/2010).

Na oposição, foram articuladas as coligações de Lúcio Alcântara (PR), Marcos Cals (PSDB), Francisco Gonzaga (PSTU), Marcelo Silva (PV), Maria da Natividade (PCB) e Soraya Tupinambá (PSOL), com as duas primeiras sendo as mais competitivas. Com poucas alianças e reduzido tempo de TV, Lúcio Alcântara e Marcos Cals tentaram focar em promessas de campanhas supostamente não cumpridas por Cid, como a redução nos índices de violência, a construção de hospitais e o avanço na educação cearense. Exploraram também escândalos políticos ocorridos no primeiro governo, como a inclusão da sogra de Cid numa viagem de governo e um suposto esquema denunciado durante o período eleitoral pela revista *Veja*, em que o grupo dos Ferreira Gomes estaria ligado a uma grande rede de desvio de recursos do Ministério da Integração Nacional para prefeituras do interior cearense. Apesar da repercussão midiática desses escândalos na fase final da campanha, não houve impacto significativo na campanha.

A coligação situacionista, “Por um Ceará melhor para todos”, formada por sete partidos – PSB, PT, PMDB, PC do B, PDT, PSC e PRB –, repetindo o arranjo de coligação semiconsistente da campanha anterior, apresentou uma série de transformações ocorridas no estado no primeiro governo Cid, apontando para a necessidade da continuidade desse projeto. O plano de governo da coligação, com apenas dez páginas, registrava que para continuar a expansão das escolas profissionalizantes e do PAIC, ampliar os investimentos em segurança pública e no desenvolvimento regional e construir mais hospitais regionais e centros odontológicos, fazia-se indispensável à recondução de Cid ao cargo.

Ao longo da campanha, a coligação acrescentou que iria realizar grandes investimentos na área de transportes e logística (metrô, porto e aeroportos), com um olhar especial para Fortaleza, que receberia nos anos seguintes as Copas das Confederações e do Mundo, destacando o apoio do governo federal em diversos eventos e no HGPE. O governador trabalhava um clima de continuidade no Ceará e desenvolvia o *ethos* do “homem de ação”, visitando obras em todo o estado (CARVALHO, 2010).

Mesmo sem um cenário de competitividade, a campanha de Cid à reeleição foi, oficialmente, a terceira mais cara do país, com um total declarado de arrecadação e gastos de R\$ 28,9

milhões, perdendo apenas para a de Antônio Anastasia (PSDB), governador eleito de Minas Gerais, que totalizou R\$ 38 milhões, e de Geraldo Alckmin (PSDB), eleito governador de São Paulo, que recebeu R\$ 34, 2 milhões em doações (3ª CAMPANHA..., 2012. Confirmava-se, assim, a tese do encarecimento das campanhas eleitorais brasileiras, mesmo no âmbito das doações oficiais. Os principais doadores da coligação liderada por Cid Gomes foram, segundo dados do TSE, o diretório estadual do PSB, a JBS, a Aço Cearense e a Grendene.

Assim, com uma gestão muito bem avaliada pelos cearenses, investindo na continuidade de obras estruturantes, contando com uma grande coligação, o apoio de importantes lideranças municipais e a parceria de Lula – ator de maior influência para as eleições cearenses –, a fragmentação e, conseqüentemente, o enfraquecimento das forças de oposição, Cid liderou a campanha da primeira à última pesquisa de intenção de voto. Os caminhos dessa eleição se mostraram completamente previsíveis, não havendo competitividade no pleito estadual. Como já esperado, o governador obteve, sem muita dificuldade, a vitória nas urnas, ganhando novamente no primeiro turno com 2.436.940 sufrágios, o que equivaleu a 62,31% dos votos válidos. Na esfera federal, Dilma Rousseff foi para o segundo turno com José Serra e obteve, no Ceará, uma das maiores votações registradas pelo PT (77% dos votos válidos, contra 23% de José Serra, do PSDB). Era a consolidação de um grupo político, cada vez mais hegemônico no Ceará.

5 2014: a transferência de capital político e a fragmentação da base aliada

O cenário político até o início de 2014 ainda estava bastante indefinido. De certo só havia a intenção, há muito tempo publicizada, de candidatura por parte do senador Eunício Oliveira, liderança responsável pelo comando do PMDB local, membro da alta cúpula nacional da agremiação e um dos articuladores das vitórias de Cid em 2006 e 2010. Contudo, apesar de ser identificado como membro da base aliada, Eunício nunca se agregou organicamente ao que chamamos aqui de grupo político dos Ferreira Gomes. Comandando a estrutura partidária, o peemedebista criou laços com as lideranças do interior e articulou-se nacionalmente, produzindo uma existência política autônoma em relação ao grupo no poder.

Cid, numa prática recorrente em outros pleitos, deixou para os últimos dias do prazo legal o anúncio da coligação governista. Antes disso, ensaiou o apoio a cinco importantes nomes do seu grupo político: Zezinho Albuquerque, Domingos Filho, Leônidas Cristino, Izolda Cela e, num caso mais remoto, Camilo Santana. As reportagens nos jornais durante o ano de 2013 e até meados de 2014 se concentravam na avaliação dos trunfos e dificuldades de cada um dos possíveis candidatos. Paralelamente, em graus diferentes, essas lideranças mobilizavam suas redes de apoio. As negociações visavam a transferir o capital político do grupo para um sucessor de confiança e ao mesmo tempo blindar o futuro candidato das críticas ao atual governo.

O sonho de Cid era construir uma coligação que contasse com o apoio dos três níveis de governo. Inicialmente, cogitou renunciar ao seu mandato e anunciar seu irmão Ciro como postulante à vaga no Senado, para fortalecer a coligação. Esse fato não se consumou, ante a decisão do vice-governador Domingos Filho de não renunciar ao mandato. Diante do impasse,

continuou à frente do governo e se concentrou em manter o apoio do principal aliado: o PT. As negociações foram bastante complexas e tensas⁵.

Apesar de o PT fazer parte do governo estadual, enfrentava as pressões de uma candidatura do partido. Mesmo sendo um grupo minoritário, a tentativa crescia fortemente, insuflada pela corrente petista, liderada pela ex-prefeita Luzianne Lins, desafeita do grupo Ferreira Gomes desde as eleições de 2012. A ideia era que o partido, diante de duas possíveis coligações, provenientes da base aliada da presidenta Dilma, deveria marcar posição diante do eleitorado e escolher, dentro do processo interno da sigla, um nome para o pleito. Nesse momento, Cid contava com o apoio vigoroso do deputado federal José Nobre Guimarães, que comandava o campo majoritário do partido. O apoio do PT era imprescindível, principalmente após a cisão com o PMDB, tendo em vista que o PROS, o novo partido do grupo, não oferecia tempo de TV nem estrutura suficientes para uma disputa com a candidatura já posta de Eunício Oliveira.

Ao PROS e ao PT, somaram-se, na coligação, o PCdoB, que aceitou retirar a candidatura de Inácio Arruda ao Senado, e o PDT, liderado no estado por André Figueiredo e Patrícia Saboya, de forte ligação com o Palácio da Abolição. Além dessas siglas, estavam presentes o PSD, comandado no Ceará por um assessor direto do governador, e outras siglas menores, como PHS, PMN e PSC. Já sabendo quais partidos e lideranças iriam apoiá-lo, Cid Gomes tratou de montar a chapa majoritária, já ciente das articulações da oposição. Entre os nomes colocados, quem seria o escolhido? Eis a questão especulada pela imprensa, mas afastada a todo custo pelo gestor estadual. De certo só se conhecia a intenção e a articulação do deputado federal José Guimarães em concorrer ao Senado pelo PT.

Após uma série de discussões com os partidos da base aliada, realizou-se, às vésperas do prazo estabelecido pela justiça eleitoral, a indicação da chapa, encabeçada por Camilo Santana, deputado estadual petista e ex-secretário nas duas gestões de Cid, tendo como companheira de chapa a ex-secretária da Educação Izolda Cela. Para o Senado, o também deputado e ex-secretário da Fazenda Mauro Filho. Compunha-se, assim, uma chapa de perfil mais técnico, com nomes ligados diretamente ao governador e, principalmente, aos resultados de sua administração. A coligação situacionista, “Para o Ceará seguir mudando”, agregou dezoito agremiações de diferentes tendências, como o PP e o PCdoB, formando uma coligação ideologicamente inconsistente.

O quadro eleitoral foi formado por quatro candidaturas ao governo do Estado: Camilo Santana (PT), Eunício Oliveira (PMDB), Eliane Novaes (PSB) e Ailton Lopes (PSOL). Depois de Camilo, a maior frente de partidos era liderada por Eunício Oliveira, que conseguiu trazer para o seu nicho político nove partidos, incluindo o PSDB de Tasso Jereissati e o PR do ex-governador Lúcio Alcântara, unificando parte significativa da oposição ao governo do Estado. É importante mencionar que as duas principais candidaturas ao governo estadual estavam ligadas ao governo federal, dificultando a presença de Lula e Dilma nos atos políticos e no HGPE. Pela primeira vez, o alinhamento que tanto beneficiara o grupo dos Ferreira Gomes estava comprometido, ampliando ainda mais as possibilidades de competição.

⁵ Cid chegou a desmaiar duas vezes em eventos públicos, dizendo-se muito cansado e estressado com todo esse processo.

As primeiras pesquisas de intenção de voto, em maio de 2014, apontavam ampla vantagem do candidato Eunício Oliveira. Após as primeiras semanas do HGPE, Camilo Santana foi conseguindo reduzir a diferença de 27% para 10%, segundo o Datafolha, ao tempo em que apresentava o que seria o legado da Era Cid, com destaque para a saúde e a educação, além de defender o situacionismo verticalizado. O candidato do governo destacava em sua campanha que iria finalizar as obras inconclusas nas gestões Cid Gomes, principalmente as estruturais, como a Companhia Siderúrgica do Pecém, o Cinturão das Águas e as linhas do Metrô de Fortaleza. Reconhecia a necessidade de dialogar mais com a sociedade e reavaliar os problemas enfrentados com o aumento dos índices da violência, afirmando que a área da segurança reclamava novas ideias, como a requalificação do Ronda do Quarteirão, e prometia a construção de mais hospitais regionais, habitações populares e escolas profissionalizantes, demonstrando plena sintonia com as ações realizadas nos governos Cid Gomes.

O principal candidato da oposição, Eunício Oliveira, destacou em sua campanha e nos debates a crise da segurança pública e da sua independência com relação a padrinhos políticos, numa forte referência a Camilo Santana, que se apresentou como candidato de Cid, Lula e Dilma. Denunciou o suposto uso da máquina pública estadual em benefício de seu opositor, salientando que suas principais promessas giravam em torno da contratação de 12 mil profissionais de saúde, ampliação da polícia e criação da 13ª parcela do Bolsa Família. A campanha de Eunício enfatizou os investimentos em projetos sem importância social, apresentando imagens da construção do Aquário do Ceará e do Centro de Eventos (CARVALHO, 2014). De uma forma genérica, garantia a continuidade dos programas que estavam funcionando, bem como a expansão da rede hospitalar, não se distinguindo substancialmente das propostas apresentadas pelo candidato do PT.

O desgaste do governo estadual foi percebido ao longo da campanha. Segundo pesquisa *O Povo/Datafolha*, divulgada em agosto de 2014, o governo Cid apresentou 46% de aprovação entre os eleitores cearenses (ótimo/bom). Mesmo sendo bem avaliado, perdera 19 pontos, se comparado com o fim do primeiro mandato, em 2010, quando divulgada a pesquisa informando que o governo apresentava 65% de aprovação (ótimo/bom). Nessa eleição, a competitividade retornou às disputas para o governo, com equilíbrio no número de apoios de lideranças e estrutura de campanha. Ao contrário do que havia ocorrido em 2010, os principais municípios do estado estavam com suas lideranças divididas entre governo e oposição. Os prefeitos de Fortaleza, Sobral, Caucaia e Barbalha apoiavam Camilo, enquanto os gestores de Maracanaú, Juazeiro do Norte, Iguatu e Crato fizeram campanha para Eunício Oliveira, sinalizando a fragmentação e a instabilidade da base política que elegera Cid nas últimas eleições.

O pleito se estendeu para o segundo turno, com Camilo vencendo por uma pequena margem de votos (47% a 46%). Um dos mais sérios opositores, Tasso Jereissati (PSDB), ganhou a única vaga em disputa para o Senado, num fenômeno raro, pois nas eleições anteriores o governador em exercício sempre conseguiu eleger o seu candidato. No segundo turno, prevaleceu a competitividade entre os candidatos Camilo Santana e Eunício Oliveira, com as pesquisas eleitorais apontando um leve favoritismo para o primeiro. No final, Camilo ganhou com 53,35% dos votos, enquanto o senador peemedebista obteve 46,65% dos votos válidos, fortalecendo o

grupo dos Ferreira Gomes, responsável direto pela escolha de Camilo e pelas articulações no interior. A aliança nacional não foi fragilizada. A presidente Dilma Rousseff, apesar de não ter participado das eleições no estado, conseguiu 77% dos votos, a terceira maior votação da petista no país.

6 Considerações finais

Ao longo do artigo, propôs-se demonstrar as estratégias utilizadas pelo grupo para conquistar apoio nas eleições cearenses de 2004 a 2014. Pode-se notar que, nesse período, as coligações se ampliaram, principalmente após chegar ao governo em 2007. A ausência de identidade partidária, o estilo agregador do grupo e o situacionismo pragmático de importantes lideranças facilitaram a negociação com as diferentes siglas, formando coligações que progressivamente foram anulando as clivagens ideológicas e reproduzindo o modelo que havia sido testado em Sobral na década de 1990. Em 2006, Ciro Gomes demarcou os rumos da campanha vitoriosa. Após sua eleição, Cid passou a liderar as estratégias eleitorais do grupo e compartilhar espaços com os aliados, fenômeno que pode ser percebido pela ampliação da representação dos partidos da base e pelo peso relativo da sigla governista.

A tradição familiar não foi explorada pelos Ferreira Gomes, mas destacada nos discursos das coligações oposicionistas, acusando-os de oligarcas, novos coronéis e autoritários. Em nenhum momento da campanha de 2006, Cid Gomes criticou o projeto da Era das Mudanças. Elegeu-se prometendo um “salto de desenvolvimento” para o estado, que só poderia ser realizado se um novo gestor assumisse o governo. A construção e descentralização de obras estruturantes como hospitais e escolas profissionalizantes deram a tônica da propaganda governista em 2010 e 2014. A principal crítica se instalou no terreno da segurança pública e dos escândalos políticos. O situacionismo verticalizado foi preponderante até 2012. Ao se aliar com a gramática do lulismo, o grupo conquistou seguidas vitórias, muito próximo do que ocorreu em Pernambuco e na Bahia.

Entretanto, a fragmentação da base aliada começou a se concretizar nas eleições de 2012, aprofundando-se até 2014, com o rompimento do PMDB, as dissidências no PT, a articulação dos partidos de oposição e a impopularidade do governo, sinalizando desgastes no ciclo político. O lulismo, que se constituiu no maior dos aliados do grupo Ferreira Gomes, começava a dar sinais de decadência, bem como a lógica do situacionismo verticalizado se fragilizava. O número de aliados nos legislativos estadual e federal reduziu-se. As alianças políticas com os prefeitos demonstraram relativa instabilidade. Em 2006, inicialmente desagregados, os prefeitos marcharam em torno do candidato apoiado por Tasso Jereissati. A campanha de 2010 não registrou grandes dissidências, diferente da de 2014, em que o cenário se mostrou competitivo e as lideranças municipais dividiram-se em seus apoios. O grupo saiu derrotado na RMF, e em Sobral houve dificuldade para eleger o aliado do grupo. O equilíbrio de forças estava seriamente danificado.

As campanhas analisadas se mostraram paulatinamente mais caras e midiaticizadas, com a expansão das doações de grandes empresas e o emprego crescente do aparato publicitário. O salto foi gigantesco: a primeira disputa estadual de Cid Gomes, em 2006, teve custo calculado em R\$12 milhões, para, oito anos depois, em 2014, Camilo Santana informar que sua campanha

houvera desembolsado R\$51,1 milhões (MONTE, 2016). O personalismo e o impacto do cenário nacional continuaram a marcar os períodos eleitorais. Contudo, apesar dos desgastes, Cid Gomes ganhou prestígio com a vitória de Camilo Santana e até o momento demonstra grande ascendência sobre seu governo, indicando, inclusive, secretários. Desde 2015, os Ferreira Gomes vêm buscando reestruturar sua base. Ao que tudo indica, pela primeira vez, um grupo político cearense conseguiu manter sua rede de aliados, mesmo com seus líderes fora do comando do governo estadual. Atualmente o grupo se articula para alçar voos maiores. Em 2016, conquistaram 67 prefeituras e, no início de 2017, lançaram a pré-candidatura de Ciro Gomes à Presidência em 2018.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro quarto poder: imprensa e compromisso político no Brasil. *Contracampo – Revista do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação*, n. 4, p. 23-27, 2000.

ALMEIDA, Jorge. Lula, Serra e a disputa pelo discurso da “Mudança” em 2002. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social (COMPÓS), 12, 2003, Recife. 12º Encontro Anual Compós. *Anais...* Compós: Recife, 2012.

BARREIRA, Irllys. Pensamento, palavras e obras. In: ARRUDA, José Maria (Org.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luís Felipe. Razão e sentimento: a comunicação política e a decisão do voto. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social (COMPÓS), 20, 2011, Porto Alegre. 20º Encontro Anual Compós. *Anais...* Compós: Porto Alegre, 2011.

BORGES, André. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, n. 35, p. 167-188, fev. 2010.

3ª CAMPANHA mais cara do país. Disponível em: <<http://o-povo.jusbrasil.com.br/politica/6194883/3-campanha-mais-cara-do-pais>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

CARREIRÃO, Yan de Sousa; NASCIMENTO, Fernanda Paula. As coligações nas eleições para o Senado brasileiro (1990-2006). In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luís Felipe (Org.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Edit. da UNESP, 2010.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly; LOPES, Monalisa Soares. Duelo entre candidatos poste: a campanha eleitoral pela prefeitura de Fortaleza em 2012. In: Encontro da Associação Nacional de Ciência Política (ABCP), 9, 2014, Brasília. XI Encontro Anual da ABCP. *Anais...* Brasília: ABCP, 2014.

_____. Eleições 2014: transição de ciclos políticos no Ceará?. *Em Debate*, Belo Horizonte, v. 6, n. 5, p. 23-36, set. 2014.

_____. Considerações sobre o regime midiático de representação da política. In: _____. *Campanhas eleitorais e comunicação política: ciclos de mudança e continuidade*. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

_____; AQUINO, Jakson Alves. A derrota de Tasso Jereissati na disputa para o Senado em 2010: como entender a dissolução de suas bases eleitorais. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 5, n. 2, jul./dez., 2011.

_____. Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos: a campanha para o governo do Ceará em 2006. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 39, n. 2, p. 22-43, 2008.

_____. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: ARRUDA, José Maria (org.). *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. São Paulo: Pontes Editores/UFC, 1999.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

DAHL, Robert. *Análise política moderna*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília: Editora da UNB, 1981. (Coleção Pensamento Político, 26).

FARIAS, Airton de. *História do Ceará*. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FIRMO, Érico. O futuro do poder político no Nordeste. *O povo cenário*, Fortaleza, ano 1, n. 4, p. 40-45, 2013.

GOMES, Wilson. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio R. Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

KINZO, Maria Dalva. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-85. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 54, fev. 2004.

KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luís Felipe (Org.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Edit. da UNESP, 2010.

_____; GODOI, Pedro Paulo. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luís Felipe (Org.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Edit. da UNESP, 2010.

LIMA, João Gilberto do Nascimento. Coalizões em disputas eleitorais: notas a partir de um caso do Nordeste brasileiro. *Tomo*, Aracajú, n. 25, jul./dez. 2014.

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (Org.). *Sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências (1982-1994)*. Rio de Janeiro: Edit. da FGV, 1997.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. “Muro baixo, o povo pula”: iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais. *Opinião Pública*, Campinas, v. 16, n. 1, p. 117-142, jun. 2010.

MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 4, p. 13-41, jul./dez. 2010.

MIGUEL, Luís Felipe. Os meios de comunicação e a prática política. *Lua Nova*, São Paulo, v. 56, p. 155-184, 2002.

MONTE, Cleyton. *Os caminhos do poder no Ceará: a política de alianças nos governos Cid Gomes (2007-2014)*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

PARENTE, Josênio. *A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses*. Fortaleza: Edições UFC/UVA, 2000.

PERISSINOTTO, Renato. *As elites políticas: questões de teoria e método*. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SANDES, Vitor Eduardo. *Alianças partidárias nos estados brasileiros: das coligações às coalizões de governo*. 2015. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

SARAIVA, Ciro J. *Depois dos coronéis*. Fortaleza: RDS, 2014.

SCHMITT, Rogério. Os estudos sobre as alianças e coligações eleitorais na Ciência Política. In: KRAUSE, Silvana; SHMITT, Rogério (Org.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Edit. da UNESP, 2005.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Herbert José de. *Como se faz análise de conjuntura*. Petrópolis: Vozes, 2012.

SOUSA, Vivaldo de. Reeleição de governadores e posicionamento ideológico das coligações eleitorais nas eleições de 1998, 2002 e 2006. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luís Felipe (Org.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Edit. da UNESP, 2010.

Conexão Política, Teresina v. 6, n. 2, 97 – 119, jul./dez. 2017

STROMER-GALLEY, Jennifer. Interação on-line e por que os candidatos a evitam. In: MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; SAMPAIO, Rafael Cardoso; AGGIO, Camilo. (Org.). *Do clique à urna: internet, redes sociais e eleições no Brasil* [recurso eletrônico]. Salvador: EDUFBA, 2003. (Coleção E-livro).

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

Resenhas

CHWALISZ, Claudia. *The populist signal: why politics and democracy need to change*. London: Rowman & Littlefield, 2015.

Isabele B. Mitozo[†]

Claudia Chwalisz é uma pesquisadora canadense, especialista em inovações democráticas e democracia deliberativa, que atua como consultora de pesquisa na agência *Populus*. É, ainda, associada ao *Crick Centre for the Public Understanding of Politics*, da Universidade de Sheffield, no Reino Unido. A autora tem voltado sua pesquisa, há alguns anos, para as relações que podem ser mantidas entre o desenvolvimento de novas práticas democráticas – especialmente aquelas em ambiente *online* – e o populismo, o que resultou em duas obras, dentre elas *The Populist Signal*.

O livro, lançado em 2015 – embora ainda pouco conhecido no Brasil –, traz uma abordagem original acerca do populismo contemporâneo, partindo do reconhecimento de que um sentimento de insatisfação ronda as instituições políticas desde o advento da democracia representativa e da constatação de que esse sentimento se acentua em determinados contextos. A pesquisa se desenvolve a partir de três questionamentos acerca de como evitar a expansão desse fenômeno: 1) Como engajar as pessoas novamente em um projeto político reflexivo? 2) É necessária uma descentralização do poder e novas formas de construção institucional? 3) Precisamos de uma democracia mais direta? (p. 10).

A fim de responder às referidas perguntas de pesquisa, a autora desenvolve um estudo empírico do caso britânico a respeito da percepção pública dos processos democráticos. Ademais, ela suscita outros países, a fim de exemplificar como a política tem passado por mudanças pelo mundo. Desse modo, o estudo não tem por foco condicionantes econômicos ou culturais gerais do populismo, mas, sim, como cidadãos e cidadãs “sentem que a política não funciona e como isso inflama o apoio a partidos e atores insurgentes”¹ (p. 11).

A obra está dividida em três capítulos, que fazem um percurso desde a compreensão do populismo como processo aos conceitos e práticas de democracia deliberativa, especialmente a partir do desenvolvimento de modalidades de engajamento público por meio da plataforma *online*. O sistema democrático deliberativo consistiria em um modelo que aproximaria representantes e representados, servindo de “remédio” àquela “patologia política”, como ela denomina o populismo (p. 8).

O primeiro capítulo discute características no comportamento dos indivíduos em relação ao campo político que podem conduzi-los ao apoio a movimentos populistas. A crescente (a)

[†] Doutoranda em Ciência Política na Universidade Federal do Paraná e Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Ceará. Pesquisadora associada ao Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT-DD). E-mail: ibmitozo@gmail.com

¹ Todas as traduções de trechos do livro aqui utilizados são de responsabilidade da autora da resenha.

desafeição pela política, marcada pela visão das elites desse campo como ameaças à soberania dos representados constituiria, segundo Chwalisz, o primeiro fator a contribuir para o desenvolvimento do apoio a pautas populistas.

O estudo do caso britânico aponta que, desde o surgimento do *United Kingdom Independent Party* (UKIP)², em 1993, os níveis de desconfiança na política, que já eram altos entre eleitores de modo geral, ficam em torno de 26% mais altos entre aqueles que direcionaram seu voto ao referido partido populista. É interessante perceber, portanto, que o perfil dos cidadãos que tendem ao populismo é o mesmo em diferentes localidades apresentadas pela pesquisadora: homens mais velhos, trabalhadores “colarinho azul” e, majoritariamente, indivíduos sem formação universitária.

Esse fenômeno seria ainda mais inflamado (b) pelas mudanças nos valores e pelo choque geracional contrastados ao engessamento das pessoas mais antigas. Essas alterações nas dinâmicas cotidianas suscitarão a ideia do “outro”, figura que se assenta nas minorias – como imigrantes negros e muçulmanos –, visto como perigoso à estabilidade social da comunidade dos “iguais”.

Nesse contexto, os mais jovens não encontram identificação com a forma tradicionalmente hierárquica de fazer política. De acordo com o caso estudado, eles são “individualistas pragmáticos” e essa característica, combinada ao advento das tecnologias digitais, contribuiu para mudanças nas relações de poder, gerando motivações ao engajamento público. A maior exposição do campo político, principalmente de seus vícios e privilégios, leva os cidadãos a desafiarem essa esfera a reconfigurar as formas tradicionais de representação em que ela se sustenta.

Essa percepção conduz a argumentação de Chwalisz, no segundo capítulo, à defesa das inovações democráticas e à consequente formação do que ela nomeia “democracia de contato” como antídoto à alienação política. Nesse momento, é travado um diálogo com teorias democráticas, como a participativa (PATERMAN, 1970), a direta (BARBER, 2003/1984) e a deliberativa – desde a proposta de minipúblicos de Fishkin, no final dos anos 1980, à segunda fase dos estudos dessa vertente, consolidada no início dos anos 2000. Essa reflexão resulta em uma visão de que verdadeiras inovações democráticas são caracterizadas por três fatores: “deliberação, seleção aleatória e influência direta” (p. 34) nas questões políticas.

Desse modo, o desenvolvimento das práticas inovadoras se constitui como um desafio, pois elas devem contribuir para a otimização dos resultados do processo de decisão política. Os cidadãos e cidadãs precisam ser levados a sério, pois seu envolvimento em uma esfera de influência sobre os representantes traz ao centro de decisão o conhecimento da realidade comum, distante das elites que ocupam a posição de mandatários, o que a autora constata a partir da análise de algumas iniciativas de sucesso e de outras malsucedidas. Além disso, se o intuito é evitar ou reverter a alienação política, práticas como Assembleias de Cidadãos podem ser efetivas, uma vez que eleitores de partidos populistas se mostraram, de acordo com a pesquisa de Chwalisz, aqueles mais disponíveis a participar desse tipo de atividade, especialmente quando está envolvido um poder efetivo de decisão.

Não se pode deixar de notar um otimismo da pesquisadora ao propor sistemas de escolha

² Esse partido foi o maior apoiador e condutor de campanha a favor do voto pela saída do Reino Unido do bloco econômico europeu.

de representantes para as Câmaras Legislativas locais baseados na lógica do sorteio. Conforme a própria investigação constata a partir do *survey* aplicado, cidadãos e cidadãs apresentam receios a essa proposta. Esses atores estão mais interessados em ser ouvidos (*have a say*), mas não responsabilizados pela tomada de decisão em si. Esse resultado vai ao encontro do que afirmaram outros trabalhos, ao estudar o mesmo caso, como aquele de Fox (2009), que encontra uma certa acomodação pública, mesmo diante do escândalo de corrupção que atingia a Casa dos Comuns britânica naquele ano.

O terceiro capítulo apresenta o estudo de iniciativas – em níveis local, regional e nacional – desenvolvidas em Bélgica, Austrália, Canadá, Noruega, Holanda, Islândia e Irlanda. Segundo a autora, os projetos demonstram como as inovações democráticas podem aproximar os cidadãos do processo de tomada de decisão política, muitas vezes utilizando-se de mecanismos digitais. Aqui, persiste a defesa de que os cidadãos, quando selecionados aleatoriamente para constituir um corpo deliberativo, teriam vontade de defender melhor os interesses da sociedade.

Uma perspectiva interessante apresentada na obra é que a entrada do populismo em democracias pelo mundo ocorreu por meio do sistema eleitoral proporcional, pois, no caso Britânico, o sistema distrital majoritário evitou que o UKIP alcançasse, em vez de apenas uma, 80 cadeiras no parlamento em 2010. O partido conquistara quase 4 milhões de votos no país, o terceiro mais votado, tendo chegado em segundo lugar em mais de 100 disputas distritais naquelas eleições gerais. Esse sucesso é apontado pela pesquisadora como, ainda, efeito de “partido cartel”, uma vez que os partidos do *mainstream* “têm usado os recursos do Estado para limitar a competição política e garantir a vitória eleitoral” (p. 7), mais que se preocupado em resolver ou mesmo abordar problemas estruturais reais, como o fator migratório na Europa. E os populistas possuem grande habilidade para conquistar “públicos desiludidos com soluções simples para problemas complexos” (p. 17).

Os resultados da pesquisa parecem servir a todo momento de alerta, sobretudo para os partidos de centro-esquerda, uma vez que a autora defende que “o populismo pode ser visto como um sinal corretivo para a democracia, se ele força políticos e partidos a renunciarem a sua compreensão de poder e explorarem formas inovadoras de dar genuinamente voz às pessoas nas decisões que as afetam” (p. 64-65). Os casos estudados mostram que, quando há oportunidades de apresentar e discutir demandas junto ao centro de decisão, os cidadãos mostram grande capacidade de julgar e compreender questões complexas.

Para concluir, Chwalisz afirma que não há fórmula única para o desenvolvimento de iniciativas, mas existe uma certeza: devem acontecer reformas profundas nos sistemas políticos a fim de que modelos deliberativos de práticas democráticas sejam estabelecidos como parte do processo de decisão política. Essas mudanças devem confrontar os atuais sistemas partidários, para que se abra espaço a uma construção coletiva das decisões como complemento à democracia representativa. Vale ressaltar que, embora otimista, a autora não deixa de considerar que essas inovações não seriam soluções instantâneas e, portanto, não reconstruiriam de imediato a confiança da esfera civil, anulando os efeitos das práticas populistas.

Em um contexto já desenhado pelo expressivo desempenho eleitoral de partidos populis-

tas nas eleições britânicas, mas ainda não marcado por Donald Trump (EUA) e pela campanha a favor do *Brexit* (UK), o livro se torna leitura obrigatória para quem se interessa pelo tema, por ter se constituído como um binóculo para o contexto político-eleitoral que se formaria um ano após o lançamento da obra.

Referências adicionais

BARBER, Benjamin. *Strong democracy: participatory politics for a new age*. Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 2003.

FOX, Ruth. Engagement and participation: what the public want and how our politicians need to respond. *Parliamentary affairs*, v. 62, n. 4, p. 673-685, 2009.

PATEMAN, Carole. *Participation and democratic theory*. London: Cambridge University Press, 1970.

GOHN, Maria da Glória. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Cortez, 2017.

Caroline Bandeira de Brito Melo[†]

Maria da Glória Gohn compôs sua obra mais recente (2017), *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*, através de um mapeamento de 100 movimentos sociais, dentre os movimentos clássicos e “novos” e dentre 30 movimentos por ela denominados de “novíssimos”. Esse trabalho é dividido em duas partes, que de forma geral tentam compreender tanto a dinâmica dos “novíssimos” movimentos sociais como o desenrolar das manifestações entre os anos de 2013 e 2016.

Na primeira parte, a autora realiza uma seleção dos três movimentos mais importantes que participaram das manifestações no período entre 2013 e 2016: Movimento Passe Livre (MPL), Vem Para Rua (VPR) e Movimento Brasil Livre (MBL). O objetivo da autora é caracterizar a identidade desses movimentos, os repertórios de demandas, as articulações sociopolíticas e a cultura política que construíram.

O primeiro foco da explicação de Gohn é o Movimento Passe Livre, criado em 2005, em Porto Alegre, e que originalmente estava ligado a protestos de estudantes do ensino médio, desencadeados na cidade de Salvador em 2003 e em Florianópolis em 2004. Em 2013 entrou em cena apresentando como objetivo a diminuição dos preços dos bilhetes de transportes.

A autora destaca inúmeras novidades que o MPL trouxe durante os protestos de 2013, como a falta de líderes declarados, o fato de as decisões serem elaboradas, em sua maioria, através de consensos e a ausência de carros de som. Além disso, os ativistas utilizavam uma camiseta branca e preta com o desenho de uma catraca.

O Movimento se apresenta como autônomo e horizontal, não aceitando o modelo de representatividade proposto tanto pelos clássicos como pelos “novos” movimentos sociais. Vale ressaltar que é composto principalmente por estudantes do ensino superior, entre 16 e 29 anos, e não deve ser visto como um Movimento de camadas médias, uma vez que realiza um trabalho de base em locais periféricos, levando algumas de suas pautas para discussão em escolas situadas nessas regiões.

Maria da Glória Gohn salienta que, apesar da importância auferida nas manifestações de junho de 2013, com o passar do tempo o Movimento perdeu forças, principalmente em razão de divisões internas e da saída de alguns ativistas importantes.

O segundo grupo apontado pela autora é o Vem Pra Rua, criado em outubro de 2014, que tem como principais líderes Rogério Chequer e Colin Butterfield. Ancorado em matrizes

[†] Mestranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

liberais modernas, os ativistas se inspiram nos Estados Unidos como exemplo de civismo e senso de comunidade e atribuem grande importância às redes sociais como melhor canal de divulgação de protestos. Da mesma maneira, apresentam-se como um movimento suprapartidário, tendo em vista o estímulo dado à participação política dos cidadãos e à carreira política dos seus membros. Propugnam, porém, que, uma vez inseridos nas estruturas de poder, esses deverão desvincular-se do VPR.

Durante o período de 2014-2016, o Movimento realizou dois encontros nacionais com seus líderes e conselheiros, nos quais foi respeitada a sua organização interna dividida em três níveis: Conselho, Núcleo Duro e Líderes de Trabalho. Isso demonstra, portanto, que no VPR há lideranças, demandas, repertórios de práticas e ideologia. Foram delineadas missões a serem desenvolvidas para superar os problemas no Brasil, quais sejam: educação suprapartidária nas escolas, conscientização política e atuação cívica.

O terceiro grupo destacado por Gohn é o Movimento Brasil Livre (MBL), que se originou em novembro de 2014, no qual se misturam ideias liberais e neoconservadoras. O Movimento se apresenta como liberal, uma vez que defende o livre mercado, e como antiestadista, visto que compreende o Estado, quando este regula ou intervém no mercado, como um problema. Para os ativistas do MBL, corrupção e intervenção estão intrinsecamente correlacionadas, sendo a corrupção uma consequência da intervenção do Estado nas empresas, tanto privadas como públicas. Além disso, o grupo é neoconservador, pois é contrário a vários direitos sociais e culturais da contemporaneidade.

A autora destaca que, para os analistas de esquerda, o MBL seria um grupo de direita. No entanto, a partir do exame do seu material discursivo e suas práticas, difere dos *Revoltados On-line*, que propugnam a volta do regime militar. O Movimento Brasil Livre, por exemplo, não é contra o casamento gay e nem contra a descriminalização das drogas.

Trata-se de um grupo predominantemente formado por jovens. Tem como principais líderes Kim Kataguiri e Fernando Holiday. Assim como o Movimento Vem Pra Rua, possui um site no qual promove venda de produtos. Além disso, não nega a forma de partido. Pelo contrário, lança candidatos para concorrer a cargos eleitorais, o que aconteceu nas eleições de 2016, em que 8 vereadores pertencentes ao Movimento foram eleitos no estado de São Paulo, dentre eles, um dos seus líderes, Fernando Holiday.

Gohn destaca ainda que o MBL apresenta um documento com propostas de políticas públicas de cunho liberal nas áreas de gestão pública. Na área de educação, há defesa do Projeto de Lei *Escola sem Partido*, tanto em legislativos estaduais como municipais.

Na segunda parte do livro, a autora realiza um panorama das manifestações e dos protestos de rua ocorridos entre 2013 e 2016, e, para sistematizar, subdivide esse período em quatro momentos, segundo o caráter e as novidades presentes em cada um deles.

No primeiro, intitulado “Novíssimos atores em Cena em Junho de 2013”, Gohn delinea as principais características das mobilizações desse momento, tais como: comparecimento de aproximadamente um milhão de pessoas em todo o Brasil; diminuição das tarifas de transportes coletivos como foco inicial, com posterior ampliação das demandas para áreas do serviço público:

educação e saúde; grande protagonismo de jovens, organizados preponderantemente por meio da internet; e, como já salientado anteriormente, atuação incisiva do Movimento Passe Livre.

Inicialmente, em São Paulo, integrantes de partidos políticos como PSOL (Partido Socialista e Liberdade), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), PCO (Partido da Causa Operária) e alguns militantes do PT (Partido dos Trabalhadores) estavam presentes com o Movimento Passe Livre. Posteriormente, porém, as bandeiras partidárias foram rejeitadas.

De acordo com a autora, não se destacaram líderes. Existia apenas uma organização informal cujo intuito era o de cuidar da logística-trajeto, alvos-foco, datas e horários. Ademais, outras manifestações ocorreram paralelamente aos protestos de junho de 2013, tais como: Marcha das Vadias, Marcha da Maconha, greves, ocupações em universidades, Marcha da Família com Deus, dentre outras. Nenhuma delas, no entanto, atraiu tamanha atenção como as mobilizações organizadas pelo MPL.

Maria da Glória Gohn ainda chama atenção para o desenvolvimento de novas formas de sociabilidade na sociedade civil originadas através das novas tecnologias, principalmente em razão da internet e do uso de aparelhos móveis. Além disso, defende que essas mobilizações não podem ser consideradas completamente anárquicas, uma vez que havia um foco central – a diminuição das tarifas –, posteriormente ampliado.

Outro ponto relevante diz respeito à questão da violência, do papel dos agentes policiais e dos *Black Blocs*. Como as multidões pregavam a horizontalidade, não havendo explicitação de lideranças, apresentou-se dificultosa a interlocução entre os manifestantes e os poderes constituídos. Sendo assim, a polícia teve amplo papel em momentos de tensão, ocupando a falta de mediação com a utilização da violência contra os manifestantes. Outrossim, a tática *Black Bloc*, em junho de 2013, apresentou-se com uma estética peculiar cujas marcas eram as roupas pretas, os rostos semicobertos, seus gestos e práticas diferenciados e a comunicação entre seus membros – a adesão aos protestos ocorreu por meio da internet.

O segundo momento é designado “Surgimento de contracorrentes nos novíssimos”. Nessa parte do livro, a autora acompanha os acontecimentos do ano de 2014, ano eleitoral, ressaltando que foi um período de grande mobilização nas redes sociais, dentro do qual surgiram os grupos denominados “novíssimos” – VPR, MBL, Nas Ruas e Revoltados Online – que tiveram atuação decisiva nas manifestações de 2015, e se apresentaram com campos de ação e repertórios eminentemente diferentes do MPL.

A autora denomina o terceiro momento de “A multidão retorna às ruas – 15 de março de 2015”, em que faz um apanhado das manifestações ocorridas nesse ano. Inicialmente, destaca que ocorreram dois tipos diferentes de protestos. O primeiro, no dia 13 de março, denominado de Dia Nacional da Luta ou Ato Nacional em Defesa da Petrobrás, foi convocado pelos movimentos clássicos como MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), CUT (Central Única dos Trabalhadores), UNE (União Nacional dos Estudantes) e MTST (Movimento dos Trabalhadores sem Teto). Nesse protesto, popularmente conhecido como “antigolpe”, houve comparecimento de 12 mil pessoas. Apresentava como agenda a defesa da presidente Dilma Rousseff e a reivindicação de políticas sociais. O segundo, no dia 15 de março, trouxe à cena novos grupos com diferentes

matrizes políticas, e teve como pautas o *impeachment* da presidente Dilma e a necessidade de reforma do Estado.

A autora tece um paralelo entre os protestos de junho de 2013 e os do dia 15 de março de 2015, afirmando que a predominância de jovens das primeiras manifestações foi substituída por pessoas de todas as faixas etárias, incluindo famílias que levavam seus filhos. As camadas sociais participantes também se alteraram. Nas de 2015, houve a predominância de classes médias, havendo, portanto, uma mudança no repertório das demandas. Ademais, os carros de som retomam as avenidas.

Gohn destaca que os movimentos sociais pautados no *impeachment* da presidente entrarão para a história devido ao elevado número de participantes e pela ordem e normalidade como transcorreu. Ressalta, além disso, que os policiais não inspiravam medo; pelo contrário, realizavam gestos de amizade com os manifestantes.

Outro ponto que a autora salienta se refere à articulação realizada por 26 dos “novíssimos” movimentos sociais – Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre, Instituto Democracia e Ética, Jovens Transformadores, Avança Brasil, Brava Gente Brasileira, Chega de Impostos, Diferença Brasil, dentre outros – que criaram a “Aliança Nacional Democrática” e elaboram a “Carta do Povo Brasileiro”.

No quarto momento, intitulado “O ano do *Impeachment*”, é ressaltada a novidade dos movimentos clássicos e “novos” advindos da década de 1980, que realizaram uma União e reativaram-se em muitas frentes de ação, a exemplo da Frente Brasil Popular, composta por 70 movimentos, e a Frente Povo Sem Medo, na qual participam 30 movimentos e agremiações partidárias.

Para a autora, o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff foi um marco, tendo em vista que, após esse acontecimento, as mobilizações diminuiriam progressivamente e os “novíssimos” movimentos ou se recolheram, ou se lançaram em campanhas eleitorais, a exemplo do Movimento Brasil Livre. Outrossim, os movimentos clássicos passaram à defensiva, lutaram, principalmente, contra o corte de direitos sociais e resistência às reformas propostas.

Gohn finaliza elencando alguns destaques desses “novíssimos” movimentos, como o uso das tecnologias digitais, por exemplo, que agregaram potência e força às manifestações. Ademais, sublinha a existência, nesses movimentos, de inúmeras matrizes político-discursivas e sujeitos políticos distintos, que oscilam desde o socialismo utópico do século XIX até as teorias autonomistas do capital humano, passando por ideias liberalistas, anarcocapitalistas, conservadoristas e marxistas.

A partir desse ponto do livro, apreende-se que os “novíssimos” movimentos sociais não se enquadram em uma categoria homogênea. É notável a diferença entre o Movimento Passe Livre e o Movimento Brasil Livre, por exemplo. Além disso, a partir da leitura do livro, compreende-se que os movimentos clássicos e “novos” não saíram de cena; pelo contrário, estão se rearticulando. Assim, a entrada de novos grupos de movimentos sociais não implica, automaticamente, o desaparecimento dos mais velhos, havendo, na atualidade, uma concomitância de grupos de movimentos sociais.



DOSSIÊ: Representação e Partidos Políticos

1 Apresentação

Olívia Cristina Perez

Raimundo Batista dos Santos Junior

2 Aspectos paradigmáticos para o estudo dos partidos políticos na Ciência Política brasileira

Sara de Sousa Fernandes Epitácio

3 Os remanescentes do Partido Libertador no bipartidarismo: análise do desempenho eleitoral dos seus deputados estaduais no Rio Grande do Sul

Rafael Machado Madeira

Taiane Bringhenti

Suliane Cardoso

4 O conflito como estratégia política: grandes mobilizações e realinhamento partidário

Vitor Vasquez

5 Questões preliminares acerca da representação política no Brasil: a percepção dos eleitores a partir dos dados do ESEB de 2002 a 2014

Soraia Marcelino Vieira

6 Clientelismo e teoria democrática: do passado ao presente

Adauto de Galiza Dantas Filho

7 As estratégias eleitorais dos Ferreira Gomes e os alinhamentos na política cearense contemporânea (2006-2014)

Cleyton Monte

Resenhas

CHWALISZ, Claudia. The populist signal: why politics and democracy need to change. London: Rowman & Littlefield, 2015.

Isabele B. Mitozo

GOHN, Maria da Glória. Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade. São Paulo: Cortez, 2017.

Caroline Bandeira de Brito Melo

APOIO:

